

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA LÚCIA CALBAISER DA SILVA

**ENCRUZILHADAS DA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEITO
DE ADMINISTRAÇÃO, DE GESTÃO E DE GERENCIALISMO NA
RBP AE**

**SÃO CARLOS - SP
2012**

**ENCRUZILHADAS DA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEITO
DE ADMINISTRAÇÃO, DE GESTÃO E DE GERENCIALISMO NA
RBP AE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA LÚCIA CALBAISER DA SILVA

**ENCRUZILHADAS DA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEITO
DE ADMINISTRAÇÃO, DE GESTÃO E DE GERENCIALISMO NA
RBPAE**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Educação para obtenção do
título de mestre em educação.**

*Orientação: Prof. Dr. José
Carlos Rothen*

**SÃO CARLOS
2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586eo

Silva, Ana Lúcia Calbaiser da.

Encruzilhadas da organização educacional : conceito de administração, de gestão e de gerencialismo na RBP AE / Ana Lúcia Calbaiser da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2012. 184 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Escolas - organização e administração. 2. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. 3. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. 4. Gestão democrática. 5. Gerencialismo. I. Título.

CDD: 371 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Rothen

Profª. Drª. Alessandra Arce Hai

Prof. Dr. João Augusto Gentilini



Handwritten signatures of the examiners, each written on a horizontal line. The signatures are: José Carlos Rothen, Alessandra Arce Hai, and João Augusto Gentilini.

AGRADEDIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar pela oportunidade de realização desta pesquisa.

À minha família pelo carinho e apoio.

Ao meu namorado, Jeferson, pelo carinho, compreensão, auxílio na busca de materiais para a pesquisa, apoio e estímulo para a realização deste trabalho.

Às minhas grandes amigas, Angela, Marina e Débora, que conheci nesta jornada acadêmica.

Ao meu orientador, prof. Dr José Carlos Rothen, pela orientação e paciência.

À prof^a. Dr^a. Sandra Riscal e à prof^a. Dr^a. Alessandra Arce Hai pelas importantes observações feitas ao meu texto durante a Banca de Qualificação.

À prof^a. Dr^a. Maria Cecília Luiz que me apoiou nesta jornada.

Ao prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi pela disposição em me apresentar os pressupostos bibliométricos, importante ferramenta que utilizei na elaboração de minha pesquisa.

Aos servidores técnicos da “Biblioteca Setorial de Educação” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da “Biblioteca e Documentação” da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, por disponibilizarem o acervo da *RBP* para consulta.

Aos colegas do grupo de estudos, Aryane, Cláudia, Egberto, Flávio, Ivan, Jaime, Letícia, Marcelo e Raiani, que pacientemente leram e criticaram meu trabalho, cooperando para a ampliação de minhas reflexões.

À prof^a. Dr^a. Alessandra Arce Hai e ao prof. Dr. João Augusto Gentilini por participar da minha Banca Examinadora.

À prof^a. Dr^a Maria Cristina dos Santos Bezerra e à prof^a. Dr^a. Gladys Beatriz Barreyro por aceitarem o convite para serem Suplentes da minha Banca Examinadora.

Aos meus professores, desde o primário até a pós-graduação, que me conduziram ao caminho da docência.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explicitar e categorizar os conceitos de Administração da Educação, de Gestão Democrática e de Gerencialismo presentes na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)* no período de 1995 a 2004. Publicada desde 1983 pela *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)*, a Revista acompanhou importantes momentos históricos de nossa sociedade brasileira. Dentre eles destaca-se o período de redemocratização da nossa sociedade, na década de 1980, e a Reforma Administrativa do Estado, na década de 1990, momentos em que a discussão sobre a gestão pública ganhou destaque em nossa sociedade. Neste trabalho nos baseamos na metodologia Epistemologia Política, que nos permitiu explicitar, categorizar e compreender as concepções de administração da educação, de gestão democrática e de gerencialismo difundidas e defendidas pelos autores dos artigos publicados na Revista. A *RBPAE* foi utilizada, principalmente, por pesquisadores de pós-graduação da área da educação como veículo de transmissão de conhecimento sobre a administração da educação, a gestão democrática e o gerencialismo. A presença destes conceitos na Revista se deu por meio de dois movimentos: o número de artigos publicados e as ideias presentes em cada conceito. Sobre a quantidade de artigos publicados, a administração da educação foi a temática mais abordada durante a década de 1980 e meados da década de 1990. Esse movimento se inverteu no final da década de 1990 e início dos anos 2000, instantes em que a gestão da educação passou a ter maior número de trabalhos publicados. A gestão da educação foi abordada por duas concepções, a gestão democrática e o gerencialismo, sendo que esta última esteve menos presente nos artigos investigados. A concepção mais abordada foi a gestão democrática, o que revela a preferência da Revista por estes estudos. Sobre as ideias presentes em cada conceito, há neste periódico um movimento que ora aproxima ora afasta cada uma das três concepções, resultando, em alguns estudos, na confusão das ideias presentes em cada conceito. A administração da educação foi apresentada como atividade relacionada à coordenação de ações por meio da organização, desenvolvimento e avaliação do processo de forma coletiva e hierárquica. A gestão democrática foi compreendida pelo aspecto político, tendo como características fundamentais a descentralização de poder, as tomadas de decisões coletivas, a comunicação horizontal e o aperfeiçoamento técnico. O gerencialismo foi apresentado pela limitação do Estado ao gerenciamento de sistemas auto-regulados e pela ênfase às avaliações e aos resultados.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Administração da Educação. Gestão Democrática. Gerencialismo.

ABSTRACT

This study aims to explain and categorize the concepts of Educational Administration, Management and Democratic Management within the Educational system presented on the *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)* between 1995 and 2004. Published since 1983 by the *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)* this journal witnessed many historical moments in our society, from which two particular periods stand out: the Administrative State Reform (in the 1990s) and the reestablishment of the democracy (in the 1980s). During these two particular moments the discussion on public management received greater attention. Our study was based on the analysis of the conceptions on Educational Administration, Management and Democratic Management defended by the authors of the articles published on the magazine. This methodology enabled us to understand and categorize these conceptions. The *RBP AE* was used mainly by post grad researchers acting on the educational field as a means of knowledge source on educational administration, management and democratic management. The presence of these concepts on the Magazine happened because of two reasons: the number of articles and the ideas in each concept. The education management was the most studied subject during the 1980s and mid-1990s. In the late 1990s and early 2000s this trend was reversed and then the articles on educational administration outnumbered the latter. It was analyzed under two different concepts: administration and democratic management. The latter was less present on the studied articles. The most analyzed concept was the democratic management, which shows the preference of the Journal for these studies. In some of them the different ideas in each concept brought about some confusion. The educational management was presented as an activity related to the coordination of actions by means of organization, development and evaluation of the process collectively and hierarchically. The democratic management was presented by its political aspect and its main characteristics: the decentralization of power, collective decision-making, communication and technical improvements. Management was presented by the limitation of state management systems and self-regulation with the emphasis on evaluation and outcomes.

Key words: Brazilian Education Management & Policy Journal. National Association for Policy & Education Management. Educational Administration. Management. Democratic Management.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: O circuito das comunicações	16
Figura 2: Inter-relação Administração da Educação, Gestão Democrática e Gerencialismo	117

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Editores da <i>RBPAE</i> (1983-2009).....	75
Tabela 2: Número de artigos x Quantidade de autores (1983-2009).....	79
Tabela 3: Autor x Artigo (1983-2009).....	80
Tabela 4: Titulação Acadêmica do Autor (1983-2009)	83
Tabela 5: Área de atuação do autor (1983-2009)	84
Tabela 6: Vínculo Institucional (1983-2009)	86
Tabela 7: Nome das Instituições mais citadas (1983-2009).....	87
Tabela 8: Nome dos Programas de Pós-Graduação mais citados (1983-2009).....	88
Tabela 9: Descritores dos artigos (1983-2009).....	89
Tabela 10: Descritores x Ano (1983-2009).....	91
Tabela 11: Descritores: administração da educação e gestão (1995-2004)	92
Tabela 12: Descritores x Número de autores (1995-2004)	93
Tabela 13: Titulação acadêmica dos autores (1995-2004).....	94
Tabela 14: Área dos autores (1995-2004).....	95
Tabela 15: Instituição x autor (1995-2004).....	95
Tabela 16: Vínculo do autor (1995-2004).....	96
Tabela 17: Programa de Pós-Graduação x Autor (1995-2004).....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

AI – Atos Institucionais

ANFOP – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

APM – Associação de Pais e Mestres

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CRVD – Companhia Vale do Rio Doce

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

FFCL – USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OEA – Organização dos Estados Americanos

PPG – Programa de Pós-Graduação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSF – Programa de Saúde da Família

RBAE – Revista Brasileira de Administração da Educação

RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação

SBAE – Simpósio Brasileiro de Administração Escolar

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

TGA – Teoria Geral da Administração

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USAID - *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS	20
3. A FUNDAÇÃO DA ANPAE E DA RBP AE	47
3.1 A FUNDAÇÃO DA ANPAE.....	48
3.2 AS PUBLICAÇÕES DA ANPAE: RBAE E RBP AE.....	60
3.2.1 A RBAE e a RBP AE	61
4. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.....	72
4.1 ANÁLISE PRELIMINAR DA RBP AE (1983-2009).....	73
4.2 ANÁLISE DA RBP AE: ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO E GESTÃO (1995-2004).....	90
4.3 DISCUSSÃO DOS DADOS	97
5. DISCUSSÃO DOS ARTIGOS	102
5.1 OS PROBLEMAS CONSIDERADOS LEGÍTIMOS E OS PRINCÍPIOS NÃO PROBLEMATIZADO.....	103
5.1.1 Administração da Educação	104
5.1.1.1 Finalidade da Administração Escolar	104
5.1.1.2 Especificidade da Administração Escolar	104
5.1.2 Gestão Democrática	107
5.1.2.1 Finalidade da Gestão Democrática.....	108
5.1.2.2 Especificidade da Gestão Democrática	109
5.1.3 Gerencialismo.....	112
5.1.3.1 Finalidade do Gerencialismo	112
5.1.3.2 Especificidade do Gerencialismo	113
5.2 ALGUMAS TENDÊNCIAS	114
5.3 OS PRINCÍPIOS QUE APROXIMAM E DISTANCIAM A ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O GERENCIALISMO.....	116
6. CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICE A: MODELO DE FICHA DE LEITURA	141
APÊNDICE B: PLANILHA DE CATALOGAÇÃO	143

1. INTRODUÇÃO

A intenção em realizar a presente pesquisa adveio de nosso contato sobre as questões de administração da educação e de gestão democrática durante a graduação de Licenciatura em Pedagogia, na qual desenvolvemos a pesquisa de Iniciação Científica intitulada “*As formas de participação da família de estudantes de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental de três escolas municipais de São Carlos – SP e suas implicações no Comunidades de Aprendizagem*”. Foi por meio desta pesquisa que conhecemos a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, como um dos importantes veículos de divulgação científica sobre a administração da educação, a gestão e o gerencialismo. Os estudos sobre as formas de participação em uma gestão democrática nos levaram a questionar como se desenvolveu, na percepção de pesquisadores acadêmicos, o processo de transição das práticas de administração para as de gestão na educação pública brasileira.

A partir desta questão desenvolvemos esta Dissertação de Mestrado que teve como objetivo principal explicitar e categorizar os conceitos de administração da educação, de gestão democrática e de gerencialismo presente nos artigos da *RBP AE*.

Inicialmente visamos analisar os conceitos supracitados no período referente aos 25 anos de publicação da Revista: de 1983 a 2009. Entretanto, após a organização dos dados e explicitação da quantidade de artigos a ser investigada (21,1% dos artigos publicados neste período), reduzimos a amostra de estudos. Tendo como base a constatação analítica de que entre os anos de 1995 a 2004 os artigos sobre o termo “Administração da Educação” tendem a ceder espaço na Revista para estudos sobre o termo “Gestão”, delimitamos a quantidade de artigos que passou a ser 8,6% do total de estudos publicados.

A *RBP AE* é um dos veículos impressos de transmissão de conhecimento na área de administração da educação. Editada pela *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)*, a *RBP AE* acompanhou o processo de redemocratização da sociedade brasileira da década de 1980 e a Reforma Administrativa do Estado promovida no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998), momentos em que a discussão sobre gestão pública ganhou grande ênfase em nossa sociedade, especialmente na área da educação.

É importante ressaltar que no período analisado o título do periódico investigado sofreu alteração. Desde sua fundação até o ano de 1995, a Revista esteve denominada como *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*. A partir de 1996 passou a ser denominada como *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)*¹. Neste trabalho utilizamos a sigla *RBPAAE*, generalizando ambos os períodos elucidados, salvo quando a análise precisou de alguma especificidade em relação aos referidos períodos.

A presente Revista e sua mantenedora integraram algumas investigações acadêmicas. A *RBPAAE* esteve presente na pesquisa *Temáticas privilegiadas em periódicos nacionais: uma análise das publicações na área de administração da educação (1982 - 2000)* de Marta Luz Sisson de Castro e Flávia Obino Correa Werle (2009) na qual realizaram um estudo exploratório sobre as temáticas mais privilegiadas de periódicos nacionais. Luciane Maria Q. Falcão e Vera V. Esteves (FALCÃO; ESTEVES, 1998) no estudo *A Educação Superior na Revista Brasileira de Administração da Educação - RBAE (1968 - 1995)*, pesquisaram um tema específico: a educação superior na *RBAE* entre 1968 a 1995. Gilson Ricardo Medeiros Pereira e Maria da Conceição Lima de Andrade (PEREIRA; ANDRADE, 2007), no estudo denominado *A construção da administração da educação na RBAE (1983 - 1996)*, investigaram de modo qualitativo a construção do conceito de administração da educação na *RBAE* no período de 1983 a 1996. A mantenedora deste periódico esteve presente no estudo *Administração Escolar: a trajetória da Anpae na década de 1960* de Afrânio Mendes Catani e Renato de Sousa Porto Gilioli (CATANI; GILIOLI, 2004). Benno Sander (SANDER, 2010), no artigo denominado *Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação*, fez uma introdução sobre a história da *ANPAE*, destacando sua fundação e algumas questões que envolveram a sua trajetória no campo da educação. Graziela Zambão Abdian Maia (MAIA, 2004), em sua tese de doutorado intitulada *As Publicações da ANPAE e a Trajetória do Conhecimento em Administração da Educação no Brasil*, investigou as publicações da *ANPAE* relacionado-as com a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. Ângela Maria Martins (MARTINS, 2011) organizou a obra *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000 - 2008)*, na qual apresenta levantamentos e pesquisas sobre o estado da arte referente à

¹ O processo de alteração nominal deste periódico foi resultado da mudança da denominação de sua mantenedora, a *ANPAE*, que de *Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação* passou a ser denominada, a partir de 1996, *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*, conforme veremos no Capítulo *A Fundação da ANPAE e da RBPAAE*, desta pesquisa.

organização e à gestão da escola, com destaque para a introdução deste livro em que apresenta alguns dos estudos produzidos sobre a *ANPAE* e a *RBPAE*.

Tendo como base estas investigações buscamos nesta dissertação tratar de um tema ainda não explorado por pesquisas acadêmicas: a explicitação e a categorização dos conceitos de administração da educação, de gestão democrática e de gerencialismo na *RBPAE* (1995 - 2004). Esta dissertação visa contribuir para o desenvolvimento de pesquisas no campo da administração e da gestão da educação em um período significativo que envolve a transição, na *RBPAE*, do discurso sobre a prática de administração pelo de gestão na educação brasileira.

A metodologia desta investigação foi pautada na *Epistemologia Política* de José Carlos Rothen (ROTHEN, 2004). Esta metodologia propõe que a análise de revistas seja dividida em dois momentos: a de sua estrutura gráfica e a de seus artigos. Com base nesta metodologia realizamos nossa investigação utilizando técnicas qualitativas de análise documental².

O conceito de Epistemologia Política foi formulado para o estudo da atuação do Conselho Federal de Educação, na Reforma Universitária de 1960, por meio da análise de um impresso: a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, veículo utilizado por parte do Conselho para a publicização de documentos (Estudos Especiais, Indicações, Pareceres e Resoluções). A Epistemologia Política é apresentada por Rothen (2004, p. 84) “como uma hipótese enunciada de uma metodologia para o estudo dos paradigmas que norteiam grupos na elaboração de políticas públicas e dos procedimentos de legitimação”.

Para a elaboração desta metodologia, o autor recorreu aos estudos de Thomas S. Popkewitz sobre Epistemologia Social - conceito formulado para o estudo da reforma educacional. Segundo Popkewitz (1997, p. 23),

a Epistemologia proporciona o contexto dentro do qual devem ser consideradas as regras e os modelos através dos quais o mundo é formado, as distinções e categorizações que organizam as percepções, as formas de responder ao mundo e o conceito de *self* (*grifos do autor*).

² Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental é uma técnica importante que pode complementar as informações obtidas por outras técnicas. Os documentos são constituídos por quaisquer materiais escritos, como os livros e os periódicos. O modo de utilização da análise documental perpassa pela: a) seleção dos segmentos específicos do conteúdo analisado; b) classificação dos dados por meio de anotações à margem do material ou, ainda, síntese da comunicação; c) organização dos dados; d) leituras e releituras dos dados que propiciarão a construção de categorias; e) análise das categorias.

Diferentemente da tradição positivista que concebem a história voltada para o progresso científico e cultural, os autores consideraram o conceito de *Regime de Verdade* de Michel Foucault para a problematização de regras e padrões que os indivíduos utilizam para a definição do que é bom, razoável e racional dentro de determinado contexto histórico. Tal problematização possibilita a compreensão de “padrões coletivos que organizam a vida social e, durante o processo, abrir espaços para o entendimento das causas que organizam nossos comportamentos” (POPKEWITZ, 1997, p. 24).

Na análise da *RBPAE* a Epistemologia possibilita a compreensão de regras explícitas e implícitas na publicação dos artigos. Ressaltamos que nesta investigação não pretendemos saber qual concepção de administração da educação, de gestão e de gerencialismo é correta ou errada, verdadeira ou falsa, uma vez que a verdade está diretamente relacionada aos efeitos do poder³. Mas, buscamos compreender o conhecimento que circula dentro da *RBPAE*, quais são as concepções de administração da educação, de gestão democrática e de gerencialismo difundidas e defendidas pelos autores dos artigos aceitos, quais destas concepções são problematizáveis e quais são recorrentes na Revista, e a relação de tais discursos com o contexto histórico da administração educacional pública brasileira.

Além destes conceitos, Rothen (2004) utiliza, para a elaboração da Epistemologia Política, os estudos de Foucault sobre o conceito de *poder*. O *poder* é entendido como feixe multiforme ou rede, que não atende uma direção apenas, ou seja, não emana do centro para a periferia. Assim, o poder é apresentado como um exercício e,

seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, freqüentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outros (FOUCAULT, 2006, p. 75).

Para Foucault (2006), não interessa saber qual poder está agindo em um dado contexto, mas antes compreender qual o *Regime de Verdade* em que este poder se encontra, ou seja, o autor busca saber “o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimento científico” (p. 4, *grifos do autor*). Evidenciar o regime em que o poder se encontra é lutar contra o poder. Uma das

³ Segundo Foucault (2006, p. 14), “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ de verdade”.

maneiras de evidenciá-lo é por meio do modo como se apresenta o discurso, uma vez que o poder não está definido no conhecimento, mas sim na “forma como as pessoas recebem conhecimento e o usam para intervir nas relações sociais” (POPKEWITZ, 1997, p. 38).

Nesta análise consideramos o discurso contido na palavra impressa, em especial, na *RBPAE*. Tal consideração fez-se pertinente, uma vez, que buscamos compreender as relações de poder que se formam neste impresso, as quais se refletem tanto em aspectos negativos, agindo por meio da repressão ou censura de determinados conceitos e/ou teorias; quanto por meio de aspectos positivos, produzindo ou ratificando saberes.

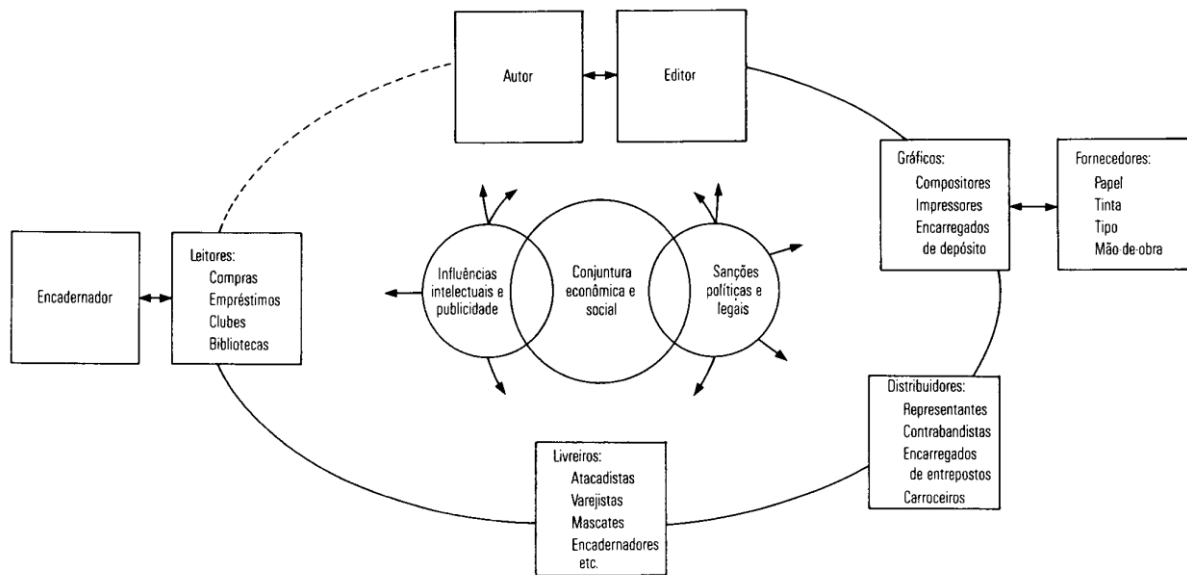
O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2006, p. 8).

Por meio dos discursos apresentados nos periódicos, percebemos que estes veículos de conhecimento não estão alheios ao exercício de poder. Entender o modo como se produz esse saber, essa *episteme*, na elaboração de periódicos nos auxilia na compreensão dos motivos que permitem a veiculação de problemas considerados legítimos e aqueles não discutíveis na *RBPAE*.

No entanto, é preciso conhecer o modo pelo qual a Revista é produzida, ou seja, compreender o processo de elaboração deste impresso. Para isso, os estudos de Robert Darnton (1995, p. 112), sobre o *Ciclo do Livro*, auxiliam a pesquisa com revistas. Segundo o autor, o *Ciclo do Livro* é apenas um “modelo geral para analisar como os livros surgem e se difundem dentro da sociedade” e apesar das diferenças de tempo e espaço, os impressos tendem a passar pelo mesmo processo, ou seja, pelo mesmo circuito.

Na figura 1 observamos o circuito das comunicações referente ao ciclo pelo qual o livro é produzido. O circuito é iniciado pelo autor passando pelo editor, impressor, distribuidor, vendedor até chegar ao leitor, que, por sua vez, pode influenciar o autor tanto antes quanto depois de sua composição. Os autores também são compreendidos como leitores. Cada fase apresentada neste circuito é de interesse dos historiadores dos livros, já que todos os agentes supracitados influenciam na obra, por exemplo, em sua elaboração - quando o autor idealiza determinados leitores imaginários de acordo com o gênero de literatura e o público que se quer atingir; ou ainda em sua produção gráfica - na qual a disposição das letras e a textura do material utilizado também influenciam na composição/disposição da obra.

Figura 1: O circuito das comunicações



Fonte: DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 113.

Diferentemente dos livros que são obras fechadas, delimitados e possuem número finito de autores, as revistas são obras abertas, como indica Rothen (2004). Nestas, a dinâmica de elaboração tende a ser construída a cada número, com um conjunto de autores que pode variar constantemente seguindo uma lógica editorial, havendo a incorporação de novos autores ou até mesmo a inserção de artigos sem explicitação de autoria. Outra diferença está na apresentação gráfica deste material que tende a ser modificado continuamente, assim como os seus editores, produzindo renovação gráfica e política. Contudo, mesmo com a “renovação” de grupos que lideram as revistas percebe-se que alguns dos temas veiculados tendem a permanecer legítimos e outros não são problematizados nestes impressos. Identificar tais temas permite explicitar a circulação de discursos emanados pelo impresso.

A análise do processo completo de construção, transmissão e recepção do saber sobre administração da educação, gestão e gerencialismo na *RBP*, envolvendo desde os autores até os leitores é uma investigação complexa e que demanda tempo e recursos materiais. Sendo assim, optamos, nesta investigação, por delimitar a abordagem do conceito a apenas um dos aspectos que envolvem a produção do conceito de administração da educação e de gestão da educação: a análise dos artigos publicados na *RBP* no período de 1995 a 2004.

Considerando que “algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares” (CHIZZOTTI, 2005, p. 84) partimos para a quantificação dos dados contidos no documento analisado, a *RBPAAE*. As informações coletadas foram digitadas em uma planilha⁴ criada especialmente para esta pesquisa. Para a coleta e a organização dos dados na planilha utilizamos pressupostos da bibliometria.

A bibliometria é aqui compreendida como método preliminar que permite maior elucidação do campo por meio da apresentação de autores que mais publicaram, quais temáticas estiveram mais presente na Revista etc. A análise documental foi realizada a partir de fontes primárias (editoriais, anais de simpósios da *ANPAE*) e por fontes secundárias (estudos sobre a *ANPAE* e a *RBPAAE*, estudos sobre o contexto histórico e social do período analisado, estudos sobre administração e gestão da educação). Tais fontes foram importantes na análise dos dados quantitativos e dos artigos investigados para que pudéssemos compreender quais termos (administração da educação, gestão democrática e gerencialismo) foram mais veiculados na *RBPAAE*, quais argumentos foram aceitáveis, quais questões não foram apresentadas, quais foram os autores que tiveram maiores números de artigos publicados, entre outros.

Com base nos pressupostos metodológicos supracitados traçamos a seguinte linha de investigação dos artigos sobre administração da educação, gestão democrática e gerencialismo publicados na *RBPAAE*:

- a) reconstrução da história da mantenedora da *RBPAAE*;
- b) análise da periodicidade da Revista buscando saber quantas Revistas pretendia-se publicar anualmente e se esse número se manteve constante, assim como se houveram oscilações quanto a sua pontualidade;
- c) análise dos editoriais da Revista buscando apontar se houveram grandes alterações quanto aos seus objetivos iniciais. Por meio de esta análise identificar qual tipo de leitor buscava-se alcançar neste periódico;

⁴ Ver apêndice B.

- d) construção de uma planilha referente aos artigos da Revista com base no sumário de cada número. Inserção de informações referentes aos editores da Revista, autores e dos títulos dos artigos;
- e) identificação dos autores dos artigos: sua área de atuação, programa de pós-graduação credenciado (quando houver) e vínculo com a ANPAE. Utilização do *Currículo Lattes* dos autores (quando houver), para sua identificação;
- f) seleção dos temas dos artigos referentes à administração e gestão da educação por meio da identificação das expressões *administração da educação, gestão e gerencialismo* nos títulos dos artigos;
- g) análise dos artigos selecionados por meio de *fichas de leitura*⁵: identificação dos modelos e regras adotados para a construção do conhecimento sobre administração da educação e gestão; identificação da concepção do termos *administração da educação, gestão democrática e gerencialismo*; identificação dos problemas considerados legítimos e dos princípios não problematizados.

A presente Dissertação está organizada em três momentos. No primeiro, desenvolvido em dois capítulos denominados “Administração e Gestão da Educação no Brasil: alguns pressupostos históricos” e “A Fundação da ANPAE e a RBPAE”, realizamos, primeiramente, em um breve panorama sobre o contexto em que a disciplina administração escolar foi desenvolvida no Brasil, enfatizando o período da Reforma Administrativa do Estado realizada na década de 1930 e da Reforma Gerencial de 1995. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre a fundação e o desenvolvimento da ANPAE, no qual observamos que o contexto no qual a Associação foi instituída caracterizou-se na busca, pelos docentes da cadeira de *Administração Escolar e Educação Comparada*, de melhores condições profissionais, de prestígio acadêmico e de divulgação de pesquisas na área. E, por fim, tratamos em específico da RBPAE apontando aspectos significativos que envolveram seu processo histórico.

No segundo momento, com o capítulo intitulado “Estudo Bibliométrico”, apontamos dados da Revista com base em pressupostos bibliométricos. Apresentamos os procedimentos de análise utilizando os dados presentes na planilha que criamos para esta

⁵ Ver apêndice A.

catalogação (ver apêndice B), apontando informações sobre os editores, os autores e a categorização dos temas dos artigos com base nos títulos. Primeiramente utilizamos os dados referentes aos 25 anos de publicação da Revista (1983 - 2009) e, a partir destas informações, elegemos o período analisado nesta investigação (1995 - 2004) referente ao momento em que os artigos intitulados com o termo “Gestão” tendem a ganhar espaço na Revista em detrimento dos artigos que apresentam em seu título o termo “Administração da Educação”, os quais começam a ter reduzido número de trabalhos publicados.

No terceiro momento, no capítulo denominado “Análise dos Artigos”, trabalhamos com os artigos selecionados para a investigação. A seleção dos artigos teve como base as discussões teóricas sobre administração da educação, gestão democrática e gerencialismo, realizadas no primeiro momento desta dissertação. Para esta análise elaboramos as fichas de leituras que nos permitiram apontar os temas mais recorrentes, os temas não discutidos, os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento sobre administração da educação, gestão democrática e gerencialismo, a identificação da concepção de administração da educação e de gestão adotada pela Revista.

Na Conclusão desta dissertação apontamos os objetivos iniciais, os objetivos alcançados, as limitações e as contribuições do texto.

2. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: alguns pressupostos históricos

Neste capítulo apresentamos alguns dos pressupostos históricos que marcaram o desenvolvimento da administração da educação no Brasil. A compreensão de tais pressupostos será importante para entendermos os motivos que impulsionaram a fundação da ANPAE e a criação da RBPAE.

Segundo Maurício Tragtenberg (TRAGTENBERG, 1977), a administração, compreendida como organização formal burocrática, originou-se no âmbito do Estado e permaneceu nesta estrutura durante muitos séculos. Para o autor, é na administração estatal que a burocracia possui sua forma mais acabada, uma vez que medeia por meio da esfera política o interesse particular e o interesse geral. Nessa compreensão, podemos entender o termo *burocracia* como “uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais” (MOTTA, 2008, p. 7).

O *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998, p. 10), expõe que em uma organização estatal, a administração pública refere-se ao “conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum”. A atividade administrativa corresponderia a ações voltadas para a coletividade estatal, que por sua vez estaria relacionada a:

- a) atividades de governo: ações correspondentes aos poderes decisórios e de comando e de auxílio ao exercício do Governo;
- b) atividades de consecução de objetivos públicos: ações definidas por normas jurídicas (atividades econômicas e sociais); intervenção na sociedade ou procedimentos técnico-materiais (trabalhos, serviços); e controle quanto à realização de suas finalidades.

Dada estas atividades, os autores apontam que suas características são duas: dependência ou subordinação a outras atividades políticas ou soberanas que determinam sua finalidade; serem atividades executivas acatando uma norma anterior e dando continuidade em prol do alcance dos objetivos fixados.

Sandra Riscal (RISCAL, 2007) nos indica que a administração pública ao ser apropriada pela empresa capitalista teve seu significado político redirecionado para o campo

do planejamento buscando a acumulação de capital pela empresa privada. “A organização moderna do capitalismo reduziu a sociedade ao caráter produtivo e burocratizado da empresa privada e determinou uma reestruturação do modo de pensar e agir” (p. 64). Esse processo permitiu o estabelecimento de estruturas administrativas e de direitos com base no racionalismo técnico, caracterizado por regras informais e impessoais.

Desta forma, podemos compreender que é a partir da administração pública que a empresa capitalista desenvolveu estudos que permitiram a elaboração da Teoria Geral da Administração (TGA).

Segundo Fernando Cláudio Prestes Motta (MOTTA, 1981), foi em meados do século XX que surgiram os pioneiros preocupados com a racionalização do trabalho em organizações lucrativas. Estes pioneiros, que realizaram estudos semelhantes voltados para a organização e execução do trabalho, ficaram conhecidos como os fundadores da Escola de Administração Científica.

Dentre estes pioneiros destacamos os estudos de Frederick Wislow Taylor que em 1911 publica o livro *Princípios de Administração Científica*, anunciando um novo tipo de administração. Taylor (1980), de maneira empírica elaborou sua obra na tentativa de provar que a administração por *iniciativa e incentivos* (referente àquela em que o trabalhador recebe incentivos pessoais de seu patrão devido suas melhores iniciativas) se mostra inferior diante da administração científica. A administração científica mostrar-se-ia superior a qualquer outro tipo de sistema, uma vez que permitiria o aumento da produtividade por meio do controle racional dos trabalhadores.

A partir daí diversos estudos foram realizados sobre o processo de planejamento e execução do trabalho no âmbito da empresa capitalista visando maior acúmulo de capital.

O processo de desenvolvimento da administração educacional foi semelhante ao da administração pública, uma vez que aquela também nasceu e se desenvolveu no âmbito do Estado e da economia. Conforme aponta Sander (2007, p. 11), “a administração da educação no Brasil nasceu e se desenvolveu no contexto da administração pública e no âmbito da política econômica, científica e cultural do país”.

Os estudos sobre administração da educação brasileira ganharam maior expressão a partir da década de 1930. Anterior a esse período poucos foram os trabalhos teóricos e de sistematização do conhecimento no campo da administração da educação

(SANDER, 2007). Os acontecimentos que se deram a partir da década de 1930 foram importantes para o processo de desenvolvimento de estudos da área.

No campo político, a deposição do Presidente Washington Luís⁶, em 24 de outubro de 1930 pelas forças revolucionárias, não significou apenas o fim da Primeira República, mas o sonho de ter alcançado um novo momento de liberdade e progresso. A “alegria popular pelo Brasil-novo” (BASBAUM, 1981, p. 13), traduzido pelo ideal nacionalista marcou o início do Governo Provisório assumido por Getúlio Vargas⁷.

Durante a República Velha, a oligarquia rural teve forte predominância tanto no campo político quanto econômico, devido à exportação de, pelo menos, quatro produtos agrícolas: a borracha, o cacau, o algodão e, principalmente, o café. Tais exportações garantiam a importação de produtos manufaturados para satisfazer as vontades da sociedade abastada. Sem poder de competição com o setor agrário-exportador, o processo de industrialização-urbanização ganhou expressão com o agravamento da situação econômica⁸ do país, no início do Governo Provisório. O aparecimento de um parque industrial brasileiro foi favorecido pela Primeira Guerra Mundial (1911 - 1918), fato que gerou o declínio tanto da quantidade de exportação quanto do preço do café. (CUNHA, 1989).

Não era apenas a crise do café que assolava a economia brasileira. As dívidas externas, a redução de salários dos que estavam empregados para evitar o desemprego, o grande número de desempregados e, por consequência, o problema da fome propiciaram o surgimento de motins, levantes e revoltas no primeiro ano do governo revolucionário (BASBAUM, 1981).

⁶ Washington Luís Pereira de Sousa (1869 - 1957) foi o décimo terceiro presidente do Brasil e o último presidente da República Velha. Foi deposto em 24 de outubro de 1930, a apenas vinte e um dias antes do término de seu mandato por um golpe militar, que passou o poder às forças político-militares, comandada por Getúlio Vargas. Informações obtidas no sítio: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 23 fev. 2011.

⁷ Getúlio Dornelles Vargas (1883 - 1954) foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período, de 1930 a 1945 teve três fases: 1930 - 1934 (Chefe do Governo Provisório); 1934 - 1937 (Governo Constitucional, sendo eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte); 1937 - 1945 (Estado Novo, implantado após golpe militar). No segundo momento, eleito por voto direto, ficou na presidência da república de 1951 a 1954. Informações obtidas no sítio: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 23 fev. 2011.

⁸ Segundo Leôncio Basbaum (1981, p. 21), “o café [...] sustentáculo máximo da economia brasileira, [...] atravessava a maior crise da sua história, caracterizada: a) pela diminuição do consumo, não somente no exterior, onde a crise mundial deflagrara no ano anterior continuava a varrer o capitalismo, como no próprio país, em virtude do desemprego e da rebaixa geral dos salários; b) pela diminuição do seu valor ouro (passara de 4 libras esterlinas a custar apenas 1, por saca); c) pela formidável superprodução: 24 milhões de sacas em estoque em 1931, para uma exportação provável de apenas 12 milhões”.

Diante de tal crise, o Governo Provisório formulou um novo modelo de organização social e econômica com base no fortalecimento do executivo, evitando a prevalência de qualquer grupo ou segmento contrário ao governo. Nesse novo modelo, as práticas da República Velha não foram alteradas, mas antes subordinadas ao executivo. Tal centralização ganhou expressão durante o Estado Novo, que ainda manteve a orientação de suas políticas com ênfase no nacionalismo (CUNHA, 1989).

Segundo Célio da Cunha (CUNHA, 1989, p. 41), as decisões sobre o âmbito econômico, pautados em uma política intervencionista, permitiram a recuperação rápida deste setor.

A depressão econômica de 1929 fez diminuir o poder de compras no exterior, aumentando a demanda interna. O crescimento do mercado interno foi decisivo para o desenvolvimento da indústria nacional, que se mostrou capaz de substituir boa parte das importações (p. 41).

Para Dermeval Saviani (SAVIANI, 2010), o processo de industrialização e modernização marcou profundamente a sociedade brasileira no período pós-1930. Se por um lado esse processo foi gerado pela cafeicultura, por outro lado representou o declínio da oligarquia cafeeira. O exercício do poder deslocou-se dos barões do café para as mãos da burguesia industrial.

No campo da educação, Getúlio Vargas instituiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública, entregue a Francisco Campos⁹. Ainda no primeiro semestre de 1931, o então ministro da educação baixou sete decretos¹⁰ conhecidos como Reforma Francisco Campos.

Com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central (SAVIANI, 2010, p. 196).

⁹ Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) foi advogado e político. Participou do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder, ato que propiciou a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública. Como Ministro da Justiça foi encarregado de elaborar a Constituição Federal de 1937. Informações obtidas no sítio: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_francisco_campos2.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

¹⁰ Os sete decretos foram: “a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931: que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário” (SAVIANI, 2010, p. 195-196).

Por meio desta reforma, Francisco Campos regulamentou o ensino secundário e universitário do país. Tais regulamentações revelam alguns dos motivos que impulsionaram a reforma educacional, advindas da reforma do aparelho burocrático, que por sua vez tinha como objetivo a modernização e industrialização do Brasil. Convém ressaltar que dentre as medidas de reforma de ensino encontra-se o estabelecimento do ensino religioso nas escolas oficiais.

Segundo Saviani (2010, p. 198), as questões que impulsionaram a reforma educacional nestes moldes foram “a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional e a descoberta da psicologia infantil”. Além disso, o autor ressalta que a escolha por uma educação religiosa nas escolas oficiais adveio da preocupação em relação ao movimento operário, que na República Velha causou tantos conflitos sociais.

Nesse período, dois grupos distintos impulsionaram o processo de modernização da educação: as forças do movimento renovador e a Igreja Católica, “concorrendo, cada uma à sua maneira e independentemente de seus propósitos explícitos, para a realização do projeto de hegemonia da burguesia industrial” (SAVIANI, 2010, p. 193). Até o momento de publicação dos referidos decretos (1931), ainda não havia tornado manifesto o conflito entre católicos e escolanovista, os quais juntos participavam da Associação Brasileira de Educação - ABE¹¹.

O conflito emergiu no apagar das luzes de 1931, na IV Conferência Nacional de Educação, vindo a consumir-se a ruptura com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹², no início de 1932. Em consequência os educadores católicos retiraram-se da ABE e fundaram, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação (SAVIANI, 2010, p. 197).

Em relação à educação superior, Catani e Gilioli (2004) afirmam que o Código da Educação de 1933¹³ foi importante marco do período, por instituir oficialmente os cursos especiais para formação de administradores escolares. Em 1947, com a Consolidação das Leis

¹¹ Fundada em 1924, a ABE é uma associação, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a congregação de professores, educadores, pessoas físicas e jurídicas com interesse no debate e estudo de temas ligados à educação e cultura. Informações obtidas no sítio: <<http://www.abe1924.org.br>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

¹² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi o documento resultante do conflito de postura ideológica entre católicos e escolanovistas em relação à educação. Neste documento, os pioneiros defendem a organização pelo Estado de um plano geral de educação com defesa da universalização da escola pública, laica e gratuita. Informações obtidas no sítio: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

¹³ O Código da Educação de 1933, formulado por Fernando de Azevedo, na época Diretor Geral de Instrução em São Paulo, defendia não apenas a valorização da pesquisa, mas também a formação técnica do profissional docente, em consonância com o “modelo de sociedade pautada em valores industrializantes e cidadãos” (EVANGELISTA, 2001, p. 251).

de Ensino foi estabelecido o curso de formação de administradores escolares para atender aos quadros do primário.

Segundo Sander (1981, p. 18), o processo de desenvolvimento desse campo ocorreu sob uma relação de interdependência entre Administração Pública e Administração da Educação. Para o autor, os estudos sobre administração a partir da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) até a década de 1960 apresentam uma administração pública pautada “nos princípios da administração clássica com seus movimentos científico, burocrático e gerencial”.

Na administração pública, a lógica da tecnocracia imperou como sistema de organização, na qual se buscou “soluções racionais para resolver problemas administrativos, em detrimento de seus aspectos humanos e sociopolíticos” (SANDER, 1981, p. 15). A fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa¹⁴ (Inep) em 1938 foi um dos destaques desse período, pois esta instituição “desempenhou um papel fundamental nos estudos superiores de educação e na qualificação do pessoal técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento da educação brasileira” (SANDER, 1981, p. 17). No mesmo ano de 1938, a instituição do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) contribuiu para a ênfase no caráter burocrático da administração pública, uma vez que foi fundada com o intuito de selecionar funcionários pela capacidade técnica e não mais por questões políticas, assim como promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários públicos (BRASIL, 1938).

Para a administração pública e educacional do país houve a adoção de estudos realizados em âmbito internacional, como os princípios da administração científica de Frederick Taylor, industrial de Henri Fayol e burocrática de Max Weber. Uma das justificações para a adoção dos princípios da administração científica na administração pública pautou-se na consideração de que embora primordialmente pensados para a organização empresarial capitalista, estes princípios não se restringiriam às organizações lucrativas.

Sobre a possibilidade de aplicação destes princípios em organizações não-lucrativas, Idalberto Chiavenato (CHIAVENATO, 2003, p. 2), nos indica que é viável, já que

¹⁴ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), fundado em 1937 é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Tem como objetivo realizar estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional do Brasil para o subsídio de formulações e implementações de políticas públicas na educação. Na década de 1990, em homenagem a Anísio Teixeira, o Inep passou a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informações obtidas no sítio: <<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

a preocupação principal da TGA é a organização em si, independente de seu tipo (lucrativa ou não lucrativa) e de seu porte.

A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não-lucrativa. A administração trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização.

A aproximação entre administração empresarial e administração escolar teve sentidos distintos para teóricos de cada área. Maria de Fátima Costa Félix (FÉLIX, 1986) nos indica que no ponto de vista de teóricos da Administração de Empresas, os princípios da TGA, que foram elaborados primordialmente para as empresas, podem ser generalizados para organizações cuja finalidade não é lucrativa, em especial as instituições públicas educacionais. Já para teóricos da Administração Escolar, a aproximação entre administração empresarial e administração escolar pautou-se na busca da cientificidade por meio da validação de seus princípios por teorias da administração de empresas. Tais teorias permitiriam o alcance da eficiência e da racionalidade que outras organizações, como as empresas, já haviam alcançado.

Segundo a autora, a justificativa da adoção da TGA pelas instituições escolares encontra-se em dois aspectos:

- a) estruturas similares: apesar de as organizações empresariais lucrativas e as escolas terem objetivos diferentes, as suas estruturas são similares, o que justificaria a aplicação dos mesmos princípios da TGA, observando as adaptações necessárias para o alcance de seus objetivos;
- b) garantia da eficiência: a assimilação de métodos e técnicas da administração empresarial garantiria a eficiência do sistema escolar, assim como da organização escolar na busca do alcance dos objetivos propostos pela sociedade.

Essa ideia que considera a administração aplicável tanto em organizações lucrativas quanto em organizações não lucrativas já estava presente no pensamento de alguns teóricos da administração escolar na década de 1960, como, por exemplo, no estudo de José Querino Ribeiro¹⁵ (RIBEIRO, 2005), originalmente publicado em 1961. Segundo o autor, a

¹⁵ José Querino Ribeiro (1907 - 1990) foi importante educador brasileiro e escritor de diversos estudos sobre administração escolar. Criou e dirigiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Marília. Na década de 1960 foi diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do MEC/INEP. Nos anos de 1970 foi diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Informações obtidas no sítio: <http://www.ceesp.sp.gov.br/educ_ribeiro.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

administração, sendo uma atividade meio, pode ser aplicável a qualquer tipo de empresa, inclusive a empresa escolar.

De fato, a escola de hoje é uma empresa facilmente caracterizável pelo próprio rol de seus problemas – de pessoal, de material, de serviços, de financiamento – enquanto que *educação*, quer no seu sentido lato, quer no restrito, se espraia num campo tão largo e complexo que impossibilita tratamento dentro de fronteiras relativamente muito mais estritas como aquelas que permitem pensar em termos de *empresa*. (RIBEIRO, 2005, p. 86, *grifos do autor*).

Para o autor, a administração “é um dos instrumentos destinados a servir a certa filosofia e a certa política de educação. Ela não é fim em si mesma, é apenas meio para atingir alguns dos objetivos superiores da educação” (RIBEIRO, 2005, p. 87). Neste estudo, percebemos que a compreensão da escola caracterizável como uma empresa não diz respeito, necessariamente, a uma empresa que busca a obtenção do lucro.

É importante salientar que a compreensão da escola com características semelhantes a uma empresa refere-se ao campo de estudos da administração, que segundo o autor, envolve as seguintes atividades: planejamento; organização; assistência à execução (gerência); avaliação de resultados; prestação de contas (relatório). Tais atividades se aplicam aos seguintes setores: pessoal; material; serviços; financiamento. Estes setores encontram-se presentes em qualquer tipo de empresa, inclusive a escolar. Daí pensar a escola “em termos de *empresa*”.

Analisando essa reflexão de Querino Ribeiro, Vitor Henrique Paro (PARO, 2007, p. 565) afirma que “na verdade, se nós pensarmos num sentido bastante geral, podemos dizer que a escola é uma empresa, ou seja, uma instituição que persegue fins e busca alcançá-los por meio do esforço humano coletivo”. Para o autor a compreensão da escola com características semelhantes a uma empresa está na consideração da administração como instrumentos e fórmulas, ou seja, a sua forma. A grande diferença está nos objetivos que as empresas possuem, pois os interesses que cercam as empresas que visam o lucro são diferentes dos interesses das instituições públicas. Portanto, é preciso considerar a *filosofia* e a *política da educação* que condicionará o exercício da administração escolar.

De maneira geral, o que queremos ressaltar no pensamento de Querino Ribeiro é a compreensão de que fundamentalmente a administração escolar corresponde a uma das aplicações da TGA e o que direcionará esta aplicação é o conteúdo filosófico e político disposto em seus objetivos.

Anísio Teixeira¹⁶ (TEIXEIRA, 2005, p. 36) também criticou a aplicação aleatória da TGA na escola em seu artigo *A administração pública brasileira e a educação*, originalmente publicado em 1956, no qual faz uma reflexão sobre a reforma administrativa no período do Estado Novo, em especial, à centralização e uniformização dos serviços públicos, inclusive a educação. Segundo o autor, a reforma administrativa ao compreender a técnica da administração como uma “ciência autônoma de organização e meios” não considerou as especificidades das atividades do Estado, como no caso da educação. Diante de tal reforma, a educação e a escola foram vítimas

de uma concepção de “ciência da administração” como algo de autônomo e geral, que se pode aplicar a todos os campos, constituindo-se, por isso, o administrador em um *especialista em tudo*, capaz de organizar seja lá o que lhe der na telha organizar, resultando daí um tipo de organização divorciado do verdadeiro conhecimento do conteúdo da administração, com hipertrofia inevitável de meios e processos puramente formais e, na realidade, formalísticos, que desatendem e desprezam os fins (TEIXEIRA, 2005, p. 36).

A crítica do autor está no fato de que para a educação e também para a unidade escolar não basta apenas aplicar os conceitos da ciência administrativa ou mesmo da TGA de maneira aleatória. A educação teria a sua especificidade e esta requereria um olhar atento do administrador, um olhar que preserve sua cultura, seu contexto, ou, nas palavras do autor, sua *autonomia e independência*.

Nesse período, a busca de conhecimento sobre a administração foi intensa, principalmente, entre os professores que ministravam a disciplina Administração Escolar nas faculdades brasileiras. Estes docentes aspiravam pela criação de uma instituição de estudos nesse campo de conhecimento devido, principalmente, à escassez de material didático da disciplina (CATANI; GILIOLI, 2004). Como manifestação desse desejo realizou-se o *I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar* organizado por Querino Ribeiro, em 1961, na Universidade de São Paulo, no qual as características e princípios organizacionais foram discutidos pelos especialistas participantes. Segundo Sander (1981, p. 19), ao final do evento com a fundação da *Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE)*, iniciou-se “uma nova etapa no desenvolvimento do estudo da administração da educação no Brasil”.

¹⁶ Anísio Spínola Teixeira (1900 - 1971), um dos intelectuais do Manifesto dos Pioneiros, foi importante personagem na educação brasileira. Na década de 1940 foi Conselheiro da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Nos anos de 1950 dirigiu o Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).
 Informações obtidas no sítio:
 <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_anisio_teixeira2.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

Diante da referida escassez de material didático, a importação de ideias estrangeiras foi muito utilizada em cursos e até mesmo na percepção da organização do sistema de ensino brasileiro, conforme excerto abaixo, sobre o I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar.

A perspectiva de valorização da Administração Escolar brasileira por organismos internacionais já existia mesmo antes da criação da Anpae. Do mesmo modo, a preocupação de trazer professores estrangeiros para o simpósio integrava-se numa tendência delineada anteriormente, ainda não concretizada, de um olhar para modelos que inspirassem a organização do sistema de ensino brasileiro em novas bases (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 40).

Não apenas no campo educacional, mas na administração pública em geral o período pós-1930 foi marcado por influências internacionais. O Governo de Juscelino Kubitschek¹⁷ é um grande exemplo, pois com vistas a completar o processo de substituição das importações iniciado no governo de Getúlio Vargas, que estava se consolidando com o estabelecimento de empresas de produtos de consumo não duráveis (indústrias alimentícias, têxteis) atraiu “as empresas estrangeiras para implantar, então as indústrias de bens de consumo duráveis” (SAVIANI, 2010, p. 351), uma vez que tais empresas requeriam grandes somas de investimentos das quais a economia brasileira não possuía e que foram aplicadas pelo capital internacional¹⁸. Esse processo foi possível graças a acordos do governo com organismos internacionais, como o FMI¹⁹.

De acordo com Sander (2007, p. 43), nas décadas de 1950 e 1960 organismos internacionais e de assistência técnica e financeira, como a OEA²⁰, influenciaram na

¹⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 - 1976) foi médico e político. Como presidente da República (1956 - 1961), sua gestão, norteadada pelo projeto nacional-desenvolvimentista, foi marcada pelo Plano de Metas, que resultou em grande crescimento industrial. Apesar disso, o favorecimento da concentração de capital de empresas multinacionais, a importação visando suprir a escassez de produtos internos, dentre outras ações, resultaram em desequilíbrio financeiro e contribuiu para o retorno da inflação. Seu governo ainda foi marcado pela construção da cidade de Brasília, a nova capital federal. Informações obtidas no sítio: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 28 fev. 2011.

¹⁸ Este ato foi incompatível com a política nacionalista desenvolvimentista, uma das bandeiras do governo de Juscelino Kubitschek, uma vez que internacionalizava a economia brasileira. Convém ressaltar que, contraditoriamente o governo Kubitschek incentivou, ao mesmo tempo, por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) “a elaboração e difusão da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista, nela embalando o lema ‘cinquenta anos em cinco’, que alimentava a execução de seu Plano de Metas” (SAVIANI, 2010, p.352).

¹⁹ O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional, atualmente com 187 países membros, que tem como objetivo a busca pelo crescimento equilibrado do comércio internacional e redução da pobreza. Além de empréstimo econômico, a organização presta assistência técnica e treinamento aos países membros em dificuldade quanto à gestão econômica. Informações obtidas no sítio: <<http://www.imf.org/external/about/overview.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

²⁰ Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional estabelecida em 1948 em prol da solidariedade e colaboração entre seus países membros. Democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento são os norteadores das ações desenvolvidas pela organização, como cooperação, mecanismos

organização e estruturação da educação brasileira devido a “necessidade de organizar e administrar os serviços de assistência técnica e ajuda financeira na etapa do pós-guerra”. Este movimento ganhou impulso por estar relacionado com a modernidade econômica e na área educacional refletiu-se no planejamento da educação. Segundo o autor “a produtividade e a eficiência eram preocupações centrais dos adeptos do desenvolvimento pedagógico que encontraram na técnica o novo instrumento modernizador da educação e da sociedade” (SANDER, 2007, p. 47-48).

Convém ressaltar que, no âmbito das políticas públicas educacionais, a partir de 1958 começou-se a exigir diplomação em Administração Escolar para os concursos de cargos de diretores de grupo escolar, inspetores e delegados de ensino, traduzindo assim, a organização e o planejamento do Estado em prol da consolidação de quadros administrativos técnicos nesta área.

Essa perspectiva começou a se modificar na década de 1960, quando os fatos demonstraram que os investimentos em educação foram insatisfatórios para a realização de resultados esperados, indicando que a dimensão econômica não era suficiente para a administração da educação, havendo necessidade de sua combinação com outras disciplinas, como por exemplo, as ciências sociais. A partir da década de 1960, os estudos sobre administração passaram a considerar que a “eficiência da administração se determina primordialmente pela atuação de variáveis políticas, sociológicas e antropológicas e apenas secundariamente pela atuação de variáveis jurídicas e técnicas” (SANDER, 2007, p. 21).

Nas políticas públicas, essa década foi marcada pelo golpe militar²¹ (1964), realizado por forças militares que estavam em desacordo com a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista que orientava as decisões no âmbito político e econômico. De acordo com Saviani (2010), substituindo a ideologia nacional desenvolvimentista pela doutrina da interdependência, a referida revolução provocou uma ruptura. Contudo,

de acompanhamento e patrimônio jurídico. Informações obtidas no sítio: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 14 dez. 2010.

²¹ O golpe civil - militar ocorreu em 1964 e instaurou no Brasil um regime autoritário que perdurou até 1984. Tal regime rompeu com as políticas de tendência populistas até então vigentes nos governos brasileiros. A defesa e intensificação da internacionalização da economia foi um dos motivos que levaram os militares ao golpe. Para se manter no poder, os militares utilizaram de forças repressivas, legalizadas por meio dos Atos Institucionais – AI. No âmbito da educação, este período foi marcado pela presença dos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura - *United States Agency for International Development*), em que técnicos da USAID participaram da reorganização do sistema educacional no Brasil por meio de treinamentos pessoal docente e técnico, reorganização administrativa, distribuição de materiais didáticos, entre outros (SILVA, s/d).

a ruptura deu-se no âmbito político e não no âmbito econômico. Ao contrário, a ruptura política foi necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico (SAVIANI, 2010, p. 364).

A continuidade também se deu no âmbito da educação.

E isso se refletiu na legislação que instituiu as reformas de ensino baixadas pela ditadura. Eis por que não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina de interdependência (SAVIANI, 2010, p. 364).

As reformas de ensino, como a reforma universitária (Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968), a regulamentação da implantação da pós-graduação (Parecer CFE n.77/69), entre outras, foram realizadas sob a tendência da teoria do capital humano de Theodore Schultz, que “adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação nas formas dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2010, p. 365). Neste período, a pedagogia tecnicista foi convertida em pedagogia oficial por meio da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 e, mesmo diante das críticas atribuídas a ela em meados da década de 1970, essa tendência prevaleceu.

Dentre estas críticas, destacamos os estudos de Félix (1986) que apontam a necessidade de reflexão quanto ao tipo de administração que se desenvolve na escola, uma vez que o surgimento dos estudos sobre administração está intimamente relacionado com a expansão do sistema capitalista.

De certa forma a administração em termos de sua elaboração teórica se traduz pelos teóricos da Administração Científica que, em seus trabalhos sobre administração nas empresas capitalistas, procuraram caracterizar essa relação como natural e aperfeiçoá-la, desenvolvendo métodos e técnicas de administração como instrumento para a expansão do capital.

Alguns princípios, como racionalização, produtividade, especialização, controle, constituem os fundamentos teóricos da prática da administração orientada para garantir a divisão do trabalho e o seu controle em todos os níveis da organização da empresa, desde o planejamento do processo de produção até a sua execução (FÉLIX, 1986, p. 35).

Nesta concepção, a organização em que a atividade administrativa se desenvolve está inserida em um contexto histórico que determina o modo pelo qual se dará o desenvolvimento desta atividade. Entretanto, partindo do pressuposto de que esta atividade não está apenas determinada por esta realidade, considera-se que, também, há a possibilidade de transformação deste contexto, superando limites impostos pela natureza por meio da intencionalidade, ou seja, da racionalidade humana. Essa dialeticidade tanto permitiria o

desenvolvimento da administração ao longo do processo histórico, quanto justificaria a sua existência.

A atividade administrativa participa também das contradições e forças (sociais, econômicas, políticas, culturais etc.) em conflito em cada período histórico e em cada formação social determinada. Por isso, sua realização concreta determina, ao mesmo tempo em que é determinada por estas forças (PARO, 1993, p. 31).

De acordo com Paro (1993, p. 32), a característica de determinar e ser determinada pelo contexto histórico, não significa que a administração se constitua “numa força revolucionária autônoma”. E é esse o seu caráter contraditório, uma vez que é colocada como co-participante da evolução histórica das forças produtivas. “Por isso é compatível tanto com um projeto revolucionário, de superação da estrutura social vigente, quanto com as forças conservadoras interessadas em manter tal estrutura” (PARO, 1993, p. 32). O que delimitará o tipo de administração que se desenvolverá em certa organização é a finalidade que se busca atingir, pois parte-se da ideia de que a administração, por ser abstrata, é generalizada a qualquer tipo de organização, conforme vimos em Chiavenato (2003).

Félix (1986) indica que a generalização da teoria administrativa apenas faz sentido dentro de seu contexto histórico. Assim, dentro da lógica de produção capitalista os padrões de eficiência, eficácia, racionalidade, produtividade etc., são determinados e aceitos na própria sociedade capitalista. Esse é um aspecto importante para a reflexão sobre os padrões que são estabelecidos para a prática administrativa e o questionamento acerca de tais padrões, se eles estão mais preocupados com o processo administrativo ou com sua finalidade e, ainda, quais são os fins que se pretende chegar ao estabelecer determinados padrões.

No final da década 1970 e início da década de 1980, o questionamento sobre os padrões até então seguidos foi um dos impulsionadores à luta pelo fim do Regime Militar e pela busca de ambientes democráticos, principalmente na escola pública. Esta luta foi traduzida na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), também conhecida como *Constituição Cidadã*. A educação pública passou a adotar a gestão democrática, a participação da comunidade na escola, a corresponsabilização da educação entre poder público e sociedade civil.

Em relação ao conceito de gestão, Riscal (2009) nos indica que no campo da administração pública este conceito adquire caráter popular a partir do final do período militar (décadas de 1970/80), quando movimentos sociais buscaram uma forma de governo coletivo, democrático, em resposta ao regime militar que durante mais de duas décadas reprimia o país e instituiu um governo autoritário e centralizador. Estes movimentos sociais eram formados

por coletivos de mulheres, coletivos de índios, coletivos de negros etc. Para a autora, tal formação permite a compreensão de que o conceito de gestão adquiriria a ideia de autogestão, ou seja, uma organização sem dirigentes ou hierarquias de poder que governava a si mesma de forma coletiva e autônoma. O movimento docente, por exemplo, questionava as formas de poder que tinham caráter privatista e patrimonialista nas políticas públicas e nas relações sociais. Conforme nos indica Miguel Arroyo (ARROYO, 2008, p. 40),

a gestão democrática pelo movimento docente dos anos 1980 atreveu-se a defrontar e desestabilizar as estruturas tradicionais de poder e a cultura política que as legitimava; instalou um confronto no campo de poder, não apenas no interior das escolas e do sistema escolar, mas do reperto do poder no Estado, nos governos, nos partidos, na sociedade.

Em meio a esse “clima” de lutas pela liberdade democrática, pela participação nas tomadas de decisão, pelas “Diretas Já”, entre outras reivindicações que emergiram nesse período, a legalização do princípio de gestão democrática na escola pela Constituição Federal de 1988 foi considerada como uma conquista popular em prol da democracia.

Rubens Barbosa de Camargo (CAMARGO, 1997, p.110) chama a atenção para o fato de que muitas das aspirações destes movimentos foram incorporadas nas plataformas de partidos de oposição ao regime militar, eleitos a partir de 1982. “Ao mesmo tempo, diversas investidas legais foram realizadas, em todos os níveis de poder executivo e legislativo, procurando estabelecer, em texto legal, tais iniciativas democratizadoras”.

Contudo, a inserção do princípio democrático na Carta Magna não ocorreu sem conflitos. Setores mais democráticos e progressistas defendiam uma vivência democrática como parte da formação dos estudantes em prol de uma sociedade mais participativa e igualitária. Diferentemente desta concepção, setores mais conservadores defendiam certa participação de mestres, comunidade, pais - deixando de fora os alunos. Esse embate influenciou na redação final da constituinte, que ficou “gestão democrática do ensino público na forma da lei” (BRASIL, 1988).

Além de incumbir uma legislação posterior (no caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais leis) para regulamentar o conceito deste princípio, a constituinte restringiu o princípio de gestão democrática aos estabelecimentos públicos de ensino, excluindo, assim, o setor privado. O embate entre setores mais conservadores e setores mais democráticos ocorreu devido aos posicionamentos diferentes sobre a gestão democrática no ensino, conforme aponta Camargo (1997, p. 102).

No campo conservador, representado pelos interesses das entidades patronais de educação e associados a setores bem organizados da Igreja Católica, a idéia de gestão democrática devia ser combatida, pois voltava-se contra a livre iniciativa, contra a liberdade de aprender e ensinar e contra a existência de um pluralismo de idéias e instituições [...].

No campo progressista, representado por entidades nacionais de trabalhadores da educação, entidades estudantis diversas, entidades de pais e alunos e entidades de pesquisa e divulgação da área educacional [...], a defesa da gestão democrática implicava na idéia de organização institucional de estudantes [...], de organização de docentes dos três níveis de ensino, de participação da comunidade e da sociedade civil nas decisões dos rumos da escola, em nível microscópico, e nas decisões da política educacional, em nível estadual e federal (p. 102).

A constituição de espaços para participação da população na esfera pública foi uma das formas encontradas pelos movimentos sociais de requererem seus direitos. Alguns governos implantaram esses espaços de participação popular por meio de Conselhos, antes mesmo da inserção do princípio democrático na constituição brasileira, como, por exemplo, municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina (CAMARGO, 1997; RAMOS; FERNANDES, 2010; RISCAL, 2010).

Segundo Riscal (2007, p. 66), os Conselhos voltados para diferentes áreas, como saúde, educação e habitação, seriam alguns desses espaços de participação popular, uma vez que

pensados para garantir uma maior participação da população na gestão dos negócios públicos, previa-se, a partir da criação dos Conselhos, uma maior democratização no processo de elaboração do orçamento, diretrizes, planos-diretores, planejamentos das instituições públicas.

Esses espaços organizados por movimentos populares tiveram grande influência na inclusão do princípio de gestão democrática na Constituição Brasileira. Entretanto, a autora nos indica que a cultura de participação é um dos grandes empecilhos para a implantação desses Conselhos. A importância da participação está no fato de que em uma gestão democrática, ela deve ser plena, envolvendo todo o processo de tomadas de decisão, conforme nos aponta Juan E. Diaz Bordenave (BORDENAVE, 1992).

De acordo com o autor (BORDENAVE, 1992, p. 22), “a palavra *participação* vem da palavra *parte*. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Dependendo do grau de participação, ou seja, da quantidade de espaços abertos para a participação é que se define o tipo de gestão adotado em determinada instituição ou sociedade. Vejamos alguns tipos de gestão e suas principais características:

- a) autogestão: este termo refere-se a um sistema de organização voltado para as atividades sociais, no qual não há espaço para as hierarquias de poder e os dirigentes, uma vez que as

decisões são tomadas por um coletivo que é definido de acordo com as estruturas de atividades que correspondem, podendo ser empresa, escola etc. Neste sistema evidencia-se a superação da distinção entre os que mandam e os que executam, e a não interferência alheias às decisões de cada estrutura, permitindo a autonomia do poder de decisão de cada estrutura. A origem do conceito estaria relacionada ao pensamento socialista e anárquico, com destaques aos estudos de Proudhon. A autogestão está vinculada a aspectos econômicos, buscando a socialização do poder empresarial, atribuindo ao trabalhador o poder ativo quanto às decisões (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998);

- b) cogestão: o que rege esse sistema de organização é o princípio democrático das sociedades industriais. Neste sistema há a modificação do procedimento decisório que envolve a consulta aos dependentes, ou seja, a participação destes sujeitos nas tomadas de decisões. Considerando as escolas, em uma cogestão os estudantes e os familiares também estariam envolvidos no processo de decisões, não de forma ativa como ocorreria em uma autogestão, uma vez que as estruturas hierárquicas continuariam a existir. Em alguns espaços há graus de participação restritos a alguns aspectos, não envolvendo, por exemplo, questões econômicas. Em outros espaços a cogestão abrange todas as áreas de empresas ou instituições (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998);
- c) heterogestão: A lógica capitalista de acúmulo de capital ganha forte ênfase na heterogestão, uma vez que por meio de uma visão unidimensional as distintas funções entre dirigentes e dirigidos são acentuadas. A dualidade entre os que planejam e os que executam é levada ao extremo. A esfera de competência de cada um encontra-se bem delimitada. A participação do trabalhador estaria apenas reduzida em sua função, uma vez que esta concepção é incapaz de perceber o trabalhador em seu contexto mais amplo (CORRÊA, 2004; MOTTA, 2008).

Na visão de Naura Syria Carapeto Ferreira (FERREIRA, 2006, p. 172), o termo *decisão* é comumente definido como escolha dentre as possíveis soluções. O processo de decisão assenta-se “num processo subjacente, elaborado a partir do conhecimento e da apreensão da informação necessária e da intencionalidade que lhe dá sentido”. As etapas que envolvem o processo de tomada de decisão são referentes à consciência da necessidade de decisão “que consiste na identificação das situações em que se tem de decidir, dos problemas que têm de serem resolvidos e no estudo das alternativas possíveis para tomar decisão” (FERREIRA, 2006, p. 172-173).

Diferentemente de uma tomada de decisão que ocorre no plano individual, a participação de um coletivo permite que esse processo envolva o debate, o diálogo, ideias diferentes, argumentos distintos para a construção de uma gestão democrática. Sendo “voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e de crescimento da sociedade como sociedade democrática” (FERREIRA, 2006, p. 173).

Para Heloisa Lück, Kátia Siqueira de Freitas, Roberto Girling e Sherry Keith (LÜCK et al, 2007, p. 15), a participação da comunidade escolar (professores, especialistas, pais, alunos, funcionários e gestores de escolas) “é parte do esforço, que promove o afastamento das tradições corporativas e clientelistas, prejudiciais à melhoria do ensino, por visarem o atendimento a interesses pessoais e de grupos”. Segundo os autores, dentro da instituição escolar as reivindicações dos movimentos sociais da década de 1980 que buscavam descentralização e democratização destas instituições foram concentradas em três vertentes:

a) participação da comunidade escolar na seleção dos gestores da escola; b) criação de um colegiado/conselho escolar que tenha autoridade deliberativa como poder decisório; c) repasse de recursos financeiros às escolas, e conseqüentemente, aumento de sua autonomia (LÜCK et al, 2007, p. 15).

A descentralização²² do poder de decisão, não apenas no seio da escola - em nível micro -, mas também na organização da estrutura burocrática da educação - em nível macro - atenderia aos critérios democráticos requeridos pelos movimentos sociais, uma vez que os centros de intervenção estariam localizados mais próximos da comunidade escolar, conforme nos indica Antonio Nóvoa (NÓVOA, 1999). Essa descentralização permitiria o desenvolvimento da autonomia da escola.

Licínio Lima (LIMA, 2000, p. 83), ao fazer uma análise das obras de Paulo Freire, chama a atenção para a questão de que a autonomia estaria diretamente relacionada com a responsabilidade.

Exigindo-se aos processos de tomada de decisões, a fim de os considerarmos processos democráticos, a participação de sujeitos conscientes, responsáveis e livres, através da sua *ingerência* nas decisões (e não simplesmente por ação da *gerência* dos outros), a autonomia e a responsabilidade são, simultaneamente, condições e conseqüências da democracia, resultados alcançados por uma educação democrática e condições necessárias à prática dessa educação e ao processo de democratização da escola (*grifos do autor*).

²² A luta pela descentralização do poder de decisão na estrutura burocrática da educação brasileira adveio do contexto de centralização ocorrido nas políticas públicas educacionais que ganharam maior expressão no período do Estado Novo e no período do Regime Militar. Autores como José Querino Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire foram alguns dos defensores do processo de descentralização da educação pública brasileira.

Em contraposição a uma postura neoliberal que defenderia a privatização da educação, o autor chama a atenção de que na visão de Paulo Freire, a autonomia da educação em relação ao Estado deveria estar pautada na organização da estrutura burocrática e não em seu financiamento. Daí a defesa de Paulo Freire em relação à municipalização da educação, que não significaria desobrigar o Estado de oferecer educação de qualidade a todos, mas antes considerar que o Estado teria o dever de repassar responsabilidades e recursos para esse processo de descentralização.

Desta maneira, a escola garantiria autonomia necessária para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP), que direcionaria as práticas pedagógicas de acordo com o contexto social em que estaria inserida, visando à formação dos estudantes para a cidadania. Além disso, “a construção coletiva do projeto pedagógico, envolvendo os diversos segmentos (professores, alunos, funcionários, pais de alunos) se caracteriza como um importante aprendizado da gestão democrática e participativa” (DOURADO, 2005, p. 27).

O que direcionaria a prática de gestão democrática seria a possibilidade de formação de cidadãos autônomos, críticos e reflexivos. A prática de participação nas tomadas de decisão na escola permitiria a formação para a cidadania. A aprendizagem participativa em Conselhos de Escola, Associação de Pais e Mestres (APM), Grêmios Estudantis, entre outros, possibilitaria à comunidade escolar maior aquisição de uma cultura participativa na sociedade.

A gestão compartilhada em suas diferentes formas de conselhos, colegiados etc. precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de grupos lobistas (GOHN, 2006, p. 36).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, observamos um novo redirecionamento da tendência adotada pela administração pública brasileira: o gerencialismo, pautado na lógica da mundialização, globalização e neoliberalismo, orientado pela reforma gerencial do governo Fernando Henrique Cardoso²³. Nesta reforma, o Estado passaria a ser “agente efetivo de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 22).

²³ Fernando Henrique Cardoso (1931 -) foi sociólogo e professor universitário. Como Presidente da República (1995 - 1999; 1999 - 2003), realizou medidas em prol da estabilização da moeda e promoção do crescimento econômico, como as reformas da administração federal e da previdência social, na busca da redução dos gastos públicos. Realizou um projeto de privatização, amplamente criticado, de várias empresas, como a Vale do Rio Doce (CVRD). Outras medidas que marcaram seu governo foram: reforma agrária, cujo número de famílias assentadas foi três vezes maior do que nos trinta anos anteriores; criação de programas sociais, como o Bolsa-escola e o Programa de Saúde da Família (PSF); regulamentação dos remédios genéricos, entre outros. Informações obtidas no sítio: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 12 mar. 2011.

Segundo Riscal (2009, p. 63), a utilização do termo gerencialismo no campo da administração empresarial brasileira ocorreu, principalmente, na década de 1990. O impulso para sua utilização adveio “com as novas teorias de gerenciamento de resultados e qualidade total, como tradução do termo inglês *management*”. Embora *management* seja tradicionalmente traduzido para o português pelo termo gerenciamento, seu significado refere-se mais “a habilidade, destreza na solução de dificuldades, controle da ação e condução dos negócios”. Diferentemente deste significado, o termo *administration* “teria um caráter mais institucional e burocrático, significando planejamento e distribuição de atividades, justiça, poder ou riquezas”.

Quanto ao termo *gestão*, a autora nos indica que, atualmente, houve uma ressignificação de seu sentido, que outrora estava vinculado à autogestão e passou a ser adotado como tradução do termo *management*. A intenção em adotar o termo *gestão* em substituição ao termo gerenciamento, como tradução de *management*, encontra-se na possibilidade de

atenuar o caráter hierarquizante e centralizador que este termo parecia possuir. O termo gerente, na cultura brasileira, tem, no senso comum, um forte significado de poder pessoal e individual, inibindo a possibilidade de cooperação e participação coletiva. Já o termo gestão admitiria, assim, uma certa ambigüidade, o que permitiu o desenraizamento de sua origem. Seu novo significado foi se cristalizando pelo uso no próprio campo da administração e do trabalho (RISCAL, 2009, p. 63).

O uso do termo *gestão* como tradução de *management* ganhou espaço no campo da administração empresarial devido ao uso dos conceitos de cogestão e autogestão, que já se encontrava presente nesse campo. Este termo (*gestão*) adquiriu conotação mais democrática, por meio de concepções de flexibilização e multifuncionalidade. Para a autora, o que houve no Brasil foi uma “transposição de significados” que permitiu sob uma aparente democratização a reorganização da distribuição de tempo e tarefas e de responsabilidade dos trabalhadores.

Nesta lógica, os resultados dos índices de qualidade educacional são publicados em escalas de rankings, atribuindo a responsabilização de tais resultados aos gestores e membros da equipe escolar. Essa forma de responsabilização presente em políticas gerencialistas é aplicada por meio de políticas de *accountability*, conforme nos indica Nigel Brooke (BROOKE, 2006).

Sobre o termo *accountability* é interessante apontar que, no senso comum, corresponde ao termo *responsabilização*. Contudo, Linda deLeon (2010, p. 573) nos indica que alguns autores distinguem os dois termos.

Accountability é usada para se referir aos sistemas de controles externos sobre o comportamento individual, que podem ser formais ou informais. Responsabilidade, por outro lado, refere-se aos controles internos sobre o comportamento, que são demonstrados pelas crenças e sentimentos pessoais (*grifos da autora*).

Embora haja algumas diferenças entre os termos, todos os sistemas organizacionais contam tanto com controles externos formais (leis, normas etc.) ou informais (membros de uma comunidade, mídia etc.), quanto com controles internos.

Em suma, cada tipo de ambiente organizacional – hierarquias, pluralismo competitivo, comunidade e anarquia – usa controles externos para restringir o comportamento a limites aceitáveis e conta também com controles internos, com responsabilidades individuais [...]. Requer-se alguma mistura de *accountability* e responsabilidade para manter os sistemas sociais, políticos e econômicos em equilíbrio (DELEON, 2010, p. 579, *grifos da autora*).

Dada suas características intrínsecas, o gerencialismo foi considerado por alguns teóricos, como, por exemplo, Juan Casassus (CASASSUS, 2001), como um novo estilo de gestão. Segundo Casassus (2001), esse novo estilo de gestão foi adotado na América Latina a partir das reformas educacionais realizadas na década de 1990. A implantação destas reformas possibilitou a orientação de algumas características necessárias à gestão, alterando a forma de administração do Estado por meio da adoção de um novo estilo de gestão voltado para a abertura do sistema administrativo, a realização de novas alianças, o estabelecimento de processos de descentralização e o destaque para a qualidade e para a equidade.

Para o processo de adoção deste novo estilo de gestão, o autor ressalta que dois movimentos foram realizados:

- a) abertura a novas alianças: na busca de obtenção de maior estabilidade nos processos educacionais, várias coalizões foram realizadas por meio de acordos, como, por exemplo, *Planos Decenais, Fóruns Públicos, Leis educacionais*. Além disso, diferentes setores sociais foram convocados pelas autoridades do Estado para a realização de tais acordos;
- b) nova organização do Estado: no Brasil, assim como em outros países da América Latina, ocorreu um padrão de descentralização²⁴ no qual esses processos eram dependentes dos processos de centralização. Foram centralizadas decisões²⁵ de *política educacional; avaliação; normas; currículo; financiamento*. As decisões referentes aos processos

²⁴ Segundo Casassus (2001), no Brasil o processo de descentralização é anterior à década de 1990, sendo realizado por governos autoritários que tinham como objetivo a redução de gastos públicos (financeiro) e a divisão do movimento sindical (político).

²⁵ Esta consideração refere-se às leis educacionais do período de 1971 - 1988. Algumas das decisões apontadas, apesar de estarem centralizadas em âmbito federal, podem ser complementadas por decisões em nível estadual (CASASSUS, 2001).

pedagógicos e administrativos no interior da escola eram tomadas em esferas menores. Na nova organização do Estado essa estrutura foi reordenada em um modelo de estrutura educacional dividido em *Homogêneo* (âmbito central estratégico: política educacional, avaliação, normas); *Misto* (âmbito compartilhado: currículo, financiamento, planejamento); *Heterogêneo* (local operativo: supervisão, administração de escolas, contratos docentes).

Quanto à avaliação do sistema escolar, foram criados sistemas de medição do rendimento e desempenho dos alunos. Estudos comparativos de Estados foram aprimorados por organismos internacionais, como a UNESCO. A liberdade de gestão de instâncias administrativas menores ficou comprometida pelo resultado destes estudos, ou seja, dependendo do resultado destes estudos certa margem de liberdade de gestão era dada a instâncias administrativas menores. Políticas de discriminação positiva também ficaram centradas nas intervenções do Estado sob a justificativa da “necessidade de o Estado central velar pela equidade no sistema” (CASASSUS, 2011, p. 23).

Desta forma, para Casassus (2001) as reformas educacionais voltadas para a nova gestão estão apoiadas em um âmbito maior, que é a reestruturação do papel do Estado. Reestruturação realizada não apenas no Brasil, mas em um contexto mais amplo da América Latina.

Para compreendermos como esse processo se desenvolveu no Brasil, em especial na administração pública brasileira e, conseqüentemente, na educação, elucidaremos os estudos de Luiz Carlos Bresser-Pereira²⁶ (2001), que reconstrói a história da administração pública no Brasil para defender a ideia de que a gestão gerencial mostra-se superior devido a sua eficiência e eficácia. Para o autor três são as fases que marcam o processo histórico da administração pública brasileira: 1821 a 1930 - Estado Patrimonial; 1930 a 1995 - Estado Burocrático; 1995 até os dias de hoje - Estado Gerencial.

Na primeira fase de Estado Patrimonial, o patrimônio do Estado tende a se confundir com o patrimônio de seus membros, os quais em geral são formados pela nobreza aristocrática decadente que ao perder suas terras encontraram no poder político do Estado um meio de obtenção de poder e renda. Por meio da arrecadação de impostos das classes, em especial da burguesia mercantil, o Estado sustentava tanto o estamento dominante quanto o

²⁶ Nomeado para ser Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995 - 1998), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Bresser-Pereira iniciou a Reforma Administrativa de 1995. O estudo analisado foi escrito depois que Bresser-Pereira saiu do Ministério da Administração e Reforma do Estado.

corpo de funcionários de nível médio. Aos poucos se tornou burocrático, uma vez que sua renda derivou do Estado, mas não perdeu o caráter patrimonialista, já que os critérios de escolha não eram de natureza racional-legal, e também por possuírem “um complexo sistema de agregados e clientes em torno de si, sustentado pelo Estado, confundindo o patrimônio privado com o estatal” (BRESSES-PEREIRA, 2001, p. 7). Sendo os critérios de escolha administrativa voltados para o âmbito pessoal, a questão da eficiência e da efetividade em relação à administração pública não tinha grandes espaços.

Esse quadro teria começado a se reverter quando a máquina administrativa passou a agregar elementos externos, cuja origem social era mais baixa se comparada com a origem social da aristocracia, como, por exemplo, os militares do Exército que diferentemente dos militares da Marinha não possuíam legitimidade para serem inseridos no estamento burocrático-aristocrático do Império. Nesse momento começou a surgir a administração pública burocrática que se materializou a partir da Reforma Burocrática da década de 1930 promovida por Getúlio Vargas. A grande maioria dos membros do Estado não se restringiam mais a apenas médicos e advogados (como na fase anterior), devido à presença de uma nova classe média de administradores e de profissionais liberais dos mais variados tipos. A criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) consolidou a reforma administrativa pública por meio da busca de princípios como modernização, industrialização e valorização da competência técnica dos servidores públicos. Embora o Estado buscasse afirmar-se por meio da centralização e hierarquização burocrática, não houve plena transição do Estado Patrimonial para o Estado Burocrático, uma vez que formas patrimonialistas ainda permaneciam na administração pública.

A transição do Estado Burocrático para o Estado Gerencial teria se realizado por meio de um processo gradativo.

Reconhecendo que as formas burocráticas rígidas constituíam um obstáculo ao desenvolvimento quase tão grande quanto as distorções patrimonialistas e populistas, a reforma procurou substituir a administração pública burocrática por um “administração para o desenvolvimento”: distinguiu com clareza a administração direta da administração indireta, garantiu-se às autarquias e fundações deste segundo setor, e também às empresas estatais, uma autonomia de gestão muito maior do que possuíam anteriormente, fortaleceu e flexibilizou o sistema do mérito, tornou menos burocrático o sistema de compras do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 14).

Segundo Bresser-Pereira (2001), as políticas adotadas para o processo de reforma da máquina administrativa do Estado, no período da Reforma Desenvolvimentista de 1967, foram os prenúncios para a Reforma Gerencial de 1995, pois com políticas de desconcentração o Estado atribuía grande autonomia administrativa para serviços sociais e

científicos, em prol da viabilização da industrialização de grandes empresas estatais, como a Petrobrás. Para a promoção deste desenvolvimento industrial foram criadas agências reguladoras de atividades econômicas como o Banco Central.

Analisando este período, Camargo (1997) aponta que, se por um lado a crise fiscal, resultado do endividamento externo feito na década de 1970 e que na década de 1990 desencadeou a hiperinflação, colocou em xeque o modelo desenvolvimentista adotado pela reforma administrativa de 1967; por outro lado, a hiperinflação viabilizou o processo de implantação de políticas com bases neoliberais no contexto brasileiro pautadas em experiências realizadas em outros países.

Somente com a hiper-inflação é que houve viabilidade política e econômica para a disseminação e construção das bases de hegemonia do ideário neoliberal no país, iniciado a partir de José Sarney, Fernando Collor e que tem continuidade com Fernando Henrique Cardoso (CAMARGO, 1997, p. 93).

Na análise de Fernando Luiz Abrucio (ABRUCIO, 2010), não apenas o descontrole financeiro resultante de problemas históricos da administração pública deste país, fortemente potencializado durante o regime militar, mas também a ausência de responsabilização tanto dos governantes quanto dos burocratas diante da sociedade, a “indevida” politização da burocracia realizada nos estados e municípios, e a excessiva fragmentação de empresas públicas que resultaram na perda de foco da área de atuação do governo foram os principais erros administrativos dos militares. As reformas governamentais dos governos de José Sarney²⁷, Fernando Collor²⁸ e Fernando Henrique Cardoso buscaram primeiramente corrigir estes erros para então construir um novo modelo de Estado.

²⁷ José Ribamar Ferreira de Araújo Costa – José Sarney (1930 -) foi presidente do Brasil no período de 1985 a 1990. Sendo vice-presidente do governo de Tancredo Neves, José Sarney assumiu interinamente a presidência do país em 15 de março de 1985, em virtude de doença do presidente eleito. Em 21 de abril de 1985, com a morte de Tancredo Neves, José Sarney foi efetivado ao cargo de presidente. Os grandes desafios do seu governo foram: a reconstrução da democracia e o enfrentamento da crise inflacionária. As medidas que marcaram seu governo foram: a promulgação da Constituição Federal em 1988, as reformas econômicas realizadas na tentativa de conter os altos índices inflacionários e a criação do Ministério da Cultura em 1985. Informações obtidas no sítio: < http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 12 jan. 2012.

²⁸ Fernando Affonso Collor de Mello (1949 -) foi eleito presidente do Brasil em 1990 ficando neste cargo até 1992, ano em que acusado por crime de responsabilidade renunciou ao cargo de presidência. Em seu governo anunciou planos no combate à inflação, como: o confisco provisório de poupanças, contas correntes e outras aplicações financeiras; a extinção de órgãos públicos; a demissão de funcionários públicos; a privatização de empresas públicas. Buscou a diminuição de gastos públicos e o incentivo à economia de mercado, ajustando o governo à ideia de “Estado Mínimo” e de neoliberalismo. Informações obtidas no sítio: < http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/default.asp>. Acesso em: 12 jan. 2012.

Para Bresser-Pereira (2001), a Reforma Gerencial de 1995²⁹ adotou um novo tipo de visão de Estado: um Estado regulador. Separaram-se as atividades exercidas pelo Estado em: atividades exclusivas do Estado (núcleo estratégico, ações executivas ou reguladoras); serviços sociais e científicos (embora não sejam exclusivos do Estado, exigem seu financiamento); setor de produção de bens e de serviços voltados para o mercado.

A educação estaria categorizada nas atividades de serviços sociais e científicos, que por ser considerada como direito humano fundamental não deveria ser privada, uma vez que o mercado não poderia garanti-la adequadamente por meio de preço e de lucro. Entretanto, não sendo uma atividade em que há o exercício do poder do Estado, entendeu-se que também não seria uma atividade estatal, ou seja, que faz parte do aparelho burocrático do Estado, mas sim uma atividade pública não-estatal, podendo-se utilizar de organizações privadas sem fins lucrativos, pois teria finalidade pública. Esta concepção de atividade pública não-estatal é justificada a partir da crença de que se garante a eficiência dos serviços sociais e científicos, uma vez que eles não fazem parte do aparelho burocrático do Estado que é ineficiente.

Em síntese: nesta concepção tem-se a ideia de que o Estado é ineficiente devido à burocracia estatal³⁰. Para o autor, a eficiência e a eficácia são preocupações centrais, pois se notou que a estrutura organizacional pública que se tinha anteriormente não permitiria chegar aos padrões alcançados pelas organizações empresariais.

A partir destas considerações sobre as três fases da administração pública brasileira e, conseqüentemente, da administração da educação, percebemos que, nesta concepção, nas duas primeiras fases a administração pública esteve voltada mais para o processo do que para os resultados. Esse fato desencadeou uma primeira tentativa (fase patrimonialista) em se constituir um aparelho estatal, embora com vícios patrimonialistas e clientelistas, e uma segunda tentativa (fase burocrática) de organizar burocraticamente este aparelho. Para Bresser-Pereira (2001), tais fases resultaram na ineficiência do Estado que, por sua vez, buscou tornar-se uma organização eficiente a partir da terceira tentativa (fase

²⁹ A reforma gerencial que Bresser-Pereira se refere é a Reforma do Estado realizada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998).

³⁰ Considerando que a eficiência do Estado está diretamente relacionada com a burocratização deste aparelho, pode-se chegar à conclusão de que ao acabar com a burocracia chegar-se-ia ao Estado eficiente. Contudo, Bresser-Pereira (2001) aponta que mesmo no Estado Gerencial em que o Estado repassa para outras organizações a incumbência na oferta de alguns serviços, e assume apenas o papel de regulador, a burocracia tende a permanecer, ou seja, a burocracia na “[...] Reforma Gerencial pode diminuir, mas não acabar” (p. 25).

Sobre o conceito de burocracia, ver Fernando Cláudio Prestes Motta (2008).

gerencial) em que inspirado na administração empresarial o Estado assume o papel de regulador de alguns serviços, privatizando outros.

Sobre o papel regulador do Estado, Carlos Ari Sundfeld (SUNDFELD, 2010), com base na literatura de direito administrativo, afirma que a ideia original do conceito de regulação teve conotações distintas das que atualmente possui. Assim, no Brasil

o conceito de regulação foi introduzido para afirmar que a administração poderia ter uma série de poderes para ordenar quaisquer atividades econômicas – inclusive poderes normativos, exercidos pela edição de regulamentos autorizados pelas leis –, mas, em contrapartida, deveria exercê-los por meio de processos administrativos e de estruturas administrativas de caráter técnico (como as agências reguladoras independentes). Com isso, deveria ser superada a concepção, herdada do liberalismo econômico, de que, enquanto a disciplina dos serviços públicos pela administração seria profunda (em virtude de um amplo poder concedente), a das atividades privadas seria reduzida (baseando-se em um poder de polícia econômico de caráter negativo, que imporá apenas algumas proibições) (SUNDFELD, 2010, p. 294).

O autor ainda avalia que com o passar do tempo a organização e controle da administração pública desenvolveu-se diferentemente.

O conceito de “administração indireta” rompeu com a ideia de que o Estado teria que ser uma única pessoa jurídica, tendo sido cunhado para explicar a existência de estruturas administrativas com algum grau de autonomia em relação ao Poder Executivo. Em um primeiro momento, pensou-se em criar entes semelhantes à administração, com personalidade de direito público (autarquias). Mas logo se partiu para incluir na administração indireta também empresas, pessoas de direito privado, inclusive algumas para realizar atividades de tipo privado (serviços bancários, indústria, comércio etc.). Nesse momento surgiu o conceito de “empresa estatal”, em duas modalidades: *sociedades de economia mista* (empresas com capital misto, estatal e não estatal) e *empresas públicas* (empresas de capital apenas estatal) (SUNDFELD, 2010, p. 294, *grifos do autor*).

Para Janete Maria Lins de Azevedo (AZEVEDO, 2005), foi por meio da “administração indireta” que se buscou garantir a eficiência e a eficácia na gestão pública, devido à concepção de que a má gestão dos serviços públicos é uma das causas de sua precariedade. No caso da educação, a má gestão dos estabelecimentos públicos seria uma das principais responsáveis pelos problemas que afetam os processos de ensino e a qualidade da educação.

Algumas políticas públicas educacionais são resultados desta organização gerencialista, como por exemplo, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e o Programa Bolsa Família que por meio de descentralização e transferência de recursos por mecanismos financeiros da esfera federal tende a garantir a eficiência no campo da educação. Eficiência que é apontada por meio de índices que, conforme nos indica Virgílio Afonso da Silva (SILVA, 2010), a partir da aplicação de tais

políticas houve um salto quantitativo em relação às matrículas dos estudantes, principalmente do ensino fundamental.

Conforme vimos acima, o processo de industrialização e modernização do Brasil, no período em que Getúlio Vargas assume a presidência do país, foi fator importante para vários setores da sociedade, dentre estes a educação. A reorganização do Estado em um modelo de administração racional permitiu o desenvolvimento da Administração Escolar e posteriormente de cursos superiores para a formação de profissionais para atuação na burocracia estatal.

Os estudos sobre gestão ganham ênfase entre as décadas de 1980 e 1990, sob duas concepções: gestão democrática e gerencialismo. Tendo concepções distintas, ambas são compreendidas dentro de seu contexto. O processo que envolveu a busca por uma gestão democrática na escola pública esteve atrelado às lutas políticas e sociais da sociedade brasileira. A luta para o fim do regime autoritário em meados da década de 1970, período em que esse regime mostrou-se ineficiente na condução do Estado, refletida, principalmente na crise fiscal que atingiu a economia brasileira, desencadeou movimentos que questionavam tal regime.

No campo da educação, este contexto, trouxe maiores discussões sobre a administração pública que, na concepção de alguns autores, sob uma forma hierárquica, refletia o autoritarismo presente no Estado. Questionou-se a forma burocrática que a educação estava organizada tanto em nível macro quanto em nível micro.

A busca por uma gestão democrática passou a fazer parte da reivindicação dos movimentos sociais desse período. A possibilidade de participação da comunidade nas tomadas de decisão, a descentralização da estrutura educacional por meio da municipalização, a busca por uma escola que atendesse a todos, foram algumas das bandeiras levantadas nesse contexto.

Em resposta a tais reivindicações, a inserção do princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988 foi uma das conquistas desses movimentos, todavia, como vimos acima, tal inserção não ficou isenta de conflitos. Embora houvesse empecilhos para a realização plena da gestão democrática no interior da escola, como, por exemplo, a falta de uma cultura participativa, espaços foram abertos para que ocorresse a participação da comunidade nos processos de tomadas de decisão. O exercício participativo

no interior da escola é compreendido por alguns estudiosos como a aprendizagem para o exercício da cidadania na sociedade democrática.

Enquanto a sociedade civil lutava por uma gestão democrática na administração pública educacional, as políticas públicas tendiam a implantar um projeto de gerencialismo. Tal projeto ganhou notoriedade com a Reforma Gerencial do Estado realizado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Segundo Abrucio (2010), o modelo de gestão gerencialista brasileiro tem como bases principais: (a) democratização acompanhada por princípios de legalidade e publicidade que tendem a garantir o fortalecimento de controle externo; (b) descentralização em resposta, principalmente, ao regime centralizado do período militar; (c) profissionalização da burocracia por meio de capacitação dos servidores e concursos públicos.

É nesse contexto que envolve desde a Reforma Administrativa do governo Getúlio Vargas até a Reforma Gerencial do governo Fernando Henrique Cardoso que encontramos algumas das situações favoráveis para o nascimento e desenvolvimento da *ANPAE*, como entidade fundada por professores das universidades brasileiras que buscavam a aquisição e produção de conhecimento sobre administração educacional baseados na realidade nacional e não apenas a importação de saberes estrangeiros, estranhos à nossa realidade.

No próximo capítulo trataremos em específico sobre a fundação da *ANPAE* e as publicações desta Associação, em especial, a *RBPAAE* - objeto desta pesquisa.

3. A FUNDAÇÃO DA ANPAE E DA RBPAE

A história da *Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE)* atualmente denominada de *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)* começou na década de 1950, uma década antes de sua fundação. Nesse período, manifestava entre os professores de Administração Escolar das Faculdades de Filosofia do Brasil o desejo de reunir-se para estudos nesta área. Em 1955, o Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto³¹, que ocupava a cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, traduziu esse desejo em uma carta endereçada aos professores de Administração Escolar e Educação Comparada das Faculdades de Filosofia indicando a necessidade de realização de uma reunião para o estudo de problemas dessa área relacionados ao ensino, pesquisa e atividade profissional (PINTO, 1955).

Embora esta reunião não tenha ocorrido naquele momento, a manifestação do Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto impulsionou a realização do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, que ocorreu na década seguinte, e a fundação da *ANPAE* pelos professores de Administração Escolar e Educação Comparada, presentes neste mesmo evento.

Neste capítulo elucidamos, primeiramente, os pressupostos históricos e sociais que impulsionaram a fundação da Associação. Em seguida, apresentamos um dos veículos de divulgação desta Associação: a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*. Utilizamos neste texto fontes primárias (editoriais, anais dos Simpósios Brasileiros de Administração Escolar) e fontes secundárias (estudos publicados sobre a *ANPAE* e a *RBPAE*). Combinando ambas as fontes reconstruímos a história da *ANPAE* e da *RBPAE* contextualizando-a com algumas das discussões sobre administração e gestão da educação daquele período.

³¹ Antonio Pithon Pinto foi professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia e foi diretor do Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Em relação à história da *ANPAE*, destaca-se por ser seu precursor e um de seus fundadores. Foi o primeiro presidente da *ANPAE*, exercendo esse cargo por dez anos consecutivos, no período de 1961 a 1971. Informações obtidas no sítio <<http://www.anpae.org.br/website/sobre-a-anpae/nossos-presidentes>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

3.1 A Fundação da ANPAE

A fundação da *ANPAE* está atrelada a diversos fatores como a preocupação dos professores da disciplina Administração Escolar e Educação Comparada das faculdades brasileiras em adquirir e promover conhecimento com base na realidade nacional; a afirmação desta disciplina como campo de pesquisa, gerando a busca de prestígio destes professores no seio das instituições de ensino; o processo de administração racional do Estado iniciado na década de 1930, entre outros.

Conforme vimos acima, um dos precursores da *ANPAE* foi o Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto. Em 1955, quando ocupava a cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, escreveu uma carta endereçada aos professores desta cadeira, de distintas faculdades brasileiras, na qual solicitava a estes o “currículo vitae”,

com o propósito de facilitar a aproximação dos Professores de Administração Escolar e Educação Comparada das Faculdades de Filosofia do País, de que resulte o conhecimento por parte de todos eles do trabalho e atividades dos cursos que vêm ministrando, pretendemos publicar um pequeno volume, reunindo os “currículos vitae” dos Catedráticos e Professores interinos ou contratados dessa Cadeira (PINTO, 1955, p. 1).

Ainda nesta carta, ressaltou que sendo este um primeiro passo, esperava-se a realização de uma reunião entre os professores desta cadeira para o estudo de assuntos pertinentes à pesquisa e ao ensino. Embora a reunião não tenha ocorrido naquele momento, a manifestação do Prof. Dr. Antonio Pithon Pinto impulsionou a realização do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, que aconteceu na década seguinte, e a fundação da *ANPAE* pelos professores de Administração Escolar e Educação Comparada presentes neste mesmo evento.

Para a análise do processo histórico da *ANPAE*, nos baseamos nos anais de alguns dos simpósios realizados por esta Associação, durante a década de 1960, enfatizando o Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, uma vez que nesses encontros estavam presentes pesquisadores, docentes, representantes do poder público, entre outros. Esta diversidade de participantes proporcionou ao simpósio ser considerado como um importante espaço para compartilhamento de estudos, opiniões e discussões. Além disso, nos pautamos nos editoriais da *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, atualmente denominada *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*.

Na década de 1960 foram realizados quatro simpósios. Estes simpósios revelaram as primeiras preocupações da instituição: “afirmação da administração escolar como campo de pesquisa e prática educacional e como disciplina fundamental do processo de formação pedagógica dos educadores e dirigentes de ensino” (SANDER, 2010, p. 4).

O I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar (SBAE) foi realizado entre os dias 5 e 11 de fevereiro de 1961 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em São Paulo. Organizado pela Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada desta mesma universidade, cujo catedrático era o Prof. Dr. Querino Ribeiro - tendo como assistente-docente o Dr. Carlos Correa Mascaro e assistente o Prof. Moysés Brejon - o evento contou com o apoio do prof. Anísio Teixeira, diretor do Inep, do prof. Heli Menegale, diretor do Departamento Nacional de Educação, entre outros.

Segundo o relatório deste evento (I SIMPÓSIO, 1962), até então não havia sido realizado nenhum encontro de amplitude nacional que possibilitasse a articulação entre professores e estudantes de Administração Escolar. Além disso, a discussão sobre os conteúdos tratados nesta disciplina também foi uma das razões para a realização deste simpósio, conforme nos indica João Gualberto de Carvalho Menezes (MENEZES, 1997, p. 262).

A disciplina Administração Escolar nessa época tinha duas linhas principais de conteúdo: uma voltado para a aplicação prática do cotidiano escolar do diretor de escola e outro preocupado em construir teorias capazes de explicar o fato administrativo e descobrir leis generalizáveis e aplicáveis à atividade administrativa, independentemente da situação específica em que ocorra. De certo modo, procurava-se dar à disciplina Administração Escolar o status de ciência.

Para Catani e Gilioli (2004, p. 15), as motivações para realização do evento foram duas: uma endógena e a outra exógena. A motivação endógena referiu-se ao “âmbito acadêmico por parte dos próprios docentes da disciplina, os quais tinham pouco prestígio, apoio institucional, verbas e uma identidade pouco autônoma em relação a outros saberes pedagógicos” (p. 15). A motivação exógena foi “produto da perspectiva de instituir no país um sistema de ensino de massas” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 15), devido a “uma pressão incipiente por parte dos segmentos mais amplos da população por reivindicar acesso à escola, pressão que se agilizou significativamente na década de 1960” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 16).

Para atender à reivindicação de acesso à escola era necessária a ampliação do sistema de ensino nacional e, para isso, seria preciso organizar racionalmente e eficientemente a educação baseando-se na moderna Administração Escolar. A reorganização também seria necessária nas universidades que eram os pólos formadores dos profissionais da área. Nesse sentido, o propósito do encontro foi sistematizar as práticas desse campo disciplinar, definir a especificidade da Administração Escolar e fazer com que seus saberes fossem valorizados no meio acadêmico e fora dele (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 13).

Embora, pelo exposto no capítulo anterior, percebemos que neste momento já havia legislação específica em prol da formação de administradores escolar, na prática o cumprimento desta lei ocorria de forma lenta e gradual. Tal fato pode ser constatado com o seguinte excerto do discurso de Querino Ribeiro na sessão inaugural do I SBAE: “não há dúvida de que ainda estamos na fase mais difícil para o rompimento de nossas velhas tradições paternalistas” (I SIMPÓSIO, 1962, p. 42). Se de um lado, pelo desenvolvimento econômico, havia a necessidade de formação especializada destes profissionais, por outro lado a questão de tempo e ainda de ausência de competição foram apresentados como empecilhos para sua formação e aperfeiçoamento.

Dentre os temas discutidos no I SBAE ressaltamos a busca por uma terminologia adequada para a administração escolar; currículo e bibliografia básica da disciplina; finalidades e técnicas a serem aplicadas para alcance destas finalidades (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 41). Por administração escolar, entendiam-se, naquele momento, as atividades de “Planejamento, Organização, Assistência à Execução, Avaliação de Resultados e Prestação de Contas ou Relatórios” aplicáveis aos aspectos da vida escolar de quatro grupos: “Pessoal, Material, Serviços e Financiamento” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 42). A partir destes e de outros entendimentos desta área, chegou-se ao seguinte consenso sobre o conceito de administração escolar: “o estudo da organização e funcionamento de uma escola ou de um sistema escolar, de acordo, a) com as finalidades da educação, b) com as exigências da política educacional e, c) com os requisitos da moderna ciência da administração” (II SIMPÓSIO, 1963, p. 102-103).

De acordo com Sander (2001), estas características e princípios são referentes à administração clássica, mantidos pelos participantes do I SBAE, havendo certo distanciamento dos temas abordados em relação às questões que predominavam neste campo de pesquisa. Tal fato pode ser explicado pela fala de Anísio Teixeira na sessão inaugural do referido encontro:

Porque o problema se fez agora extremamente complexo, sobretudo nessa civilização paulista, que está celeremente atingindo níveis avançados, sem passar gradual e lentamente pelas fases por que deveria passar, o que a obriga a esforço maior e especial (I SIMPÓSIO, 1962, p. 47).

Percebemos que Anísio Teixeira fez referência ao Código de Educação de 1933 que, conforme vimos no capítulo anterior, requeria legalmente a formação técnica dos profissionais da administração escolar para a compatibilização do processo de modernização e industrialização do Estado de São Paulo. Observamos ainda neste excerto, o grande problema da administração da educação que apresentava a necessidade de avançar os conhecimentos deste campo devido, principalmente, ao desenvolvimento econômico do país, porém sem a disposição de tempo hábil para se passar tranquilamente por todas as fases deste processo.

Dos encaminhamentos realizados neste simpósio, destacamos a criação do Centro de Estudos de Administração Escolar na FFCL-USP que dentre suas finalidades visava à promoção da formação de administradores escolares em diferentes níveis: técnicos, pesquisadores, pessoal docente médio e superior; e à valorização dos títulos de formação universitária dos administradores escolares. Percebemos uma dupla preocupação: a formação inicial e continuada destes sujeitos e a valorização deste campo, resguardada pela busca de prestígio com a sua profissionalização.

Ao final deste evento, no dia 11 de fevereiro de 1961, por deliberação do I SBAE fundou-se a *ANPAE* que, conforme seu Estatuto, busca a promoção de encontros contínuos e sistemáticos destes profissionais, o intercâmbio entre professores, o incentivo aos estudos deste campo de conhecimento, e a busca de medidas referentes ao ensino, pesquisa e formação do pessoal desta disciplina (I SIMPÓSIO, 1962, p. 211).

Composta por três órgãos: a Assembleia Legislativa, o Conselho Deliberativo e a Presidência, a *ANPAE* foi instituída como uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como seus primeiros associados os 33 professores universitários participantes daquele evento. O primeiro presidente eleito da Associação, o professor Antonio Pithon Pinto, ficou nesse cargo ao longo da década de 1960. Analisando esse período, Menezes (1997, p. 263) atribui à gestão do prof. Pithon a consolidação desta Associação:

Inicia-se, a partir daí, a fase heróica da Associação, na qual, graças ao empenho do Prof. Pithon, nos 10 anos que duraram as suas sucessivas gestões, conseguiu-se assegurar o funcionamento ininterrupto e consolidar a *ANPAE* entre os docentes de administração escolar (p. 263).

De acordo com Catani e Gilioli (2004), neste I Simpósio decidiu-se algumas tarefas a serem executadas, como a elaboração dos estatutos da *ANPAE*, a eleição de seu presidente e a formação de uma comissão da *ANPAE* para a elaboração de um vocabulário sobre Administração Escolar que possibilitaria a delimitação do campo de conhecimento desta disciplina.

Para Sander (2010), a fundação da *ANPAE* marcou o início da primeira fase desta instituição em que o foco dos estudos dos pesquisadores é caracterizado pela *Dimensão Escolar* de pesquisa e na prática de ensino.

Dois anos depois, mais precisamente entre 7 e 13 de julho de 1963, realizou-se o II Simpósio Brasileiro de Administração Escolar (II SBAE) na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Assim como no evento anterior, o II Simpósio contou com o apoio do Inep (II SIMPÓSIO, 1963).

A preparação do II SBAE ocorreu com maior antecedência e organização em relação ao I SBAE, uma vez que a *ANPAE* já estava estruturada e colaborando para a promoção deste evento com a realização de intercâmbio entre os professores universitários, secretarias de educação, MEC, personagens políticos e líderes internacionais. Apesar deste esforço, Catani e Gilioli (2004) afirmam que houve menor impacto na participação de autoridades políticas e profissionais do ensino superior. Todavia, a presença de profissionais do ensino secundário mostrou-se intensa, demonstrando que “a Anpae transcendia, com isso, a defesa dos interesses dos docentes universitários de Administração Escolar e a dimensão de sua repercussão ampliava-se” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 47). Segundo os autores, o discurso foi redirecionado, abandonando a tendência democratizante do evento anterior para um discurso nacionalista ressaltando o “ufanismo nacional e um civismo conservador” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 51) como propósito educacional. Tendência demonstrada devido à presença de professores católicos de cunho mais conservador. Dentre os temas debatidos os autores destacam o estabelecimento de mecanismos vinculados às instituições que contribuíssem para a efetivação prática de leis, a aprovação da distinção entre especialista e profissional, a habilitação na formação de Administração Escolar pelos cursos de pedagogia e a regulação de mecanismo de reserva de mercado para estes profissionais.

Conforme o relatório do II Simpósio (1963), a questão do prestígio da disciplina diante da academia dar-se-ia por meio da superação de carências materiais, da intensificação do trabalho docente, de bolsas de estudos para formação continuada junto aos poderes públicos e intercâmbio cultural, e de aperfeiçoamento profissional entre os pares.

Quanto aos trabalhos apresentados, percebemos a preocupação com a organização e prática pedagógica da disciplina administração escolar, a compreensão da administração democrática, em específico nas atividades de direção, como “autoridade delegada e a responsabilidade compartilhada” (II SIMPÓSIO, 1963, p. 103), na qual o poder sobre o outro é derivado do poder compartilhado. A preocupação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1961, também foi objeto e discussão neste evento, principalmente quanto aos aspectos de formação e atuação do profissional administrativo.

Frequentemente no relatório (II SIMPÓSIO, 1963), a *ANPAE* foi apresentada como mediadora entre os profissionais deste campo de conhecimento. Diante das questões supracitadas, a Associação adveio como meio de adicionar prestígio a área, utilizando-se de suas publicações (jornal, boletim, revista), e, ainda, como estabelecadora de intercâmbio entre os pares, em busca da sistematização metodológica do ensino de administração escolar.

Apresentou-se no referido evento o programa de administração escolar da Universidade de Chicago, com as bibliografias e referências utilizadas e, ainda com anotações dos materiais disponíveis nas bibliotecas da FFCL-USP e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, o que nos leva a refletir sobre o esforço da *ANPAE* em prol da disposição de recursos materiais, em específico, livros e material didático sobre esse campo de conhecimento para os profissionais da área. Tal reflexão é consistente, se considerarmos o esforço dos dirigentes desta Associação para a constituição de uma biblioteca.

A fim de atrair os estudiosos de administração escolar, o Presidente da *ANPAE* transferiu para a sua sede, cerca de trezentos (300) volumes, de sua propriedade sobre essa especialidade, organizando-se, assim, pequena biblioteca que tem servido a professores e alunos. Espera a *ANPAE* receber doação de livros, revistas e outras publicações de instituições educacionais e culturais do Brasil e do estrangeiro, para organização definitiva de sua Biblioteca (II SIMPÓSIO, 1963, p. 95).

Percebemos neste excerto a preocupação em relação à formação inicial e continuada dos administradores de escola. A constituição de uma biblioteca com acervo disponível para estudo, além de permitir maior aproximação destes profissionais com a *ANPAE*, permitiria aos sócios desta Associação maiores possibilidades de aumento de conhecimento. Convém ressaltar que naquele momento havia em nossa sociedade o problema da escassez de material didático sobre esta área de conhecimento e a preocupação sobre como formar pedagogicamente e didaticamente o administrador escolar para que ele atuasse de acordo com o processo de racionalização do aparelho educacional.

O III Simpósio Brasileiro de Administração Escolar (III SBAE) foi realizado de 16 a 22 de janeiro de 1966, na Universidade da Bahia, cátedra do então presidente da *ANPAE*, Antonio Pithon Pinto. Além do apoio desta universidade, o evento ainda contou com o apoio do Inep. Dada a experiência obtida no evento anterior,

a Anpae se reorganizou e efetivou a perspectiva que desejava perseguir desde as primeiras tentativas frustradas de organização de encontros nacionais de professores de Administração Escolar: a Anpae conseguiu impulsionar institucionalmente a disciplina, cujo prestígio incipiente começou a se consolidar tanto no interior da academia quanto no contexto do sistema escolar brasileiro como carreira profissional valorizada por sua especialidade e seu corpo de saberes (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 66).

O III SBAE teve a presença de especialistas e de autoridades de organizações internacionais, como da OEA, que além de prestigiarem o evento planejaram em conjunto com a *ANPAE* um Simpósio Interamericano de Administração Escolar, que foi realizado no ano de 1968. O intercâmbio com estes profissionais adveio como possibilidade de troca de conhecimentos a respeito tanto das teorias quanto da organização dessa área de estudos internacionalmente, para a reflexão e contribuição aos sistemas de ensino brasileiros (III SIMPÓSIO, 1966).

Segundo Catani e Gilioli (2004), dentre as discussões ocorridas no III SBAE, destacaram-se: a reorganização da educação em nível nacional, traduzida pela reforma do sistema de ensino e a busca de uma gestão eficiente; a formação dos administradores escolares com colaboração da USAID³²; o “combate à politização ideológica das funções burocráticas” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 80); o centralismo das decisões (sob o pressuposto de que a maioria dos cidadãos não teria capacidade de atuar de forma correta); e a delimitação do conceito de supervisão.

Além destas questões, com base no relatório do III Simpósio (1966, p. 45), destacamos a preocupação, já anunciada no I SBAE, quanto à busca por terminologia da administração escolar, devido “a falta de concordância no conteúdo dos termos empregados na Ciência Administrativa em nosso País” (p. 45). A resposta a este problema dada já no I SBAE foi a elaboração de um anteprojeto de Vocabulário, importante para a afirmação deste campo de conhecimento, que neste terceiro evento foi exposto como uma difícil tarefa “por desconhecimento das técnicas e por necessidade de manusear uma quantidade relativamente

³² *United States Agency for International Development* (USAID) é um órgão independente do governo federal dos Estados Unidos, que oferece assistência técnica em diferentes áreas, como a educação e processos de reforma da administração pública. Informações obtidas no sítio: <<http://brazil.usaid.gov/pt/node/33>>. Acesso em: 07 set. 2010.

grande de material bibliográfico” (p. 46). Diante destes problemas, a *ANPAE* constituiu comissões para a elaboração do Vocabulário de Administração Escolar.

Assim como nos demais simpósios, a preocupação em relação à formação dos profissionais da área foi constante. A *ANPAE* novamente foi designada como mediadora de políticas educacionais, da troca de conhecimento entre estes profissionais, de cursos para aperfeiçoamento destes sujeitos, entre outros. Dentre as publicações realizadas por esta Associação, ressaltamos os Boletins Informativos e ainda a possibilidade, anunciada neste simpósio, de publicação dos trabalhos recebidos no evento na série *Cadernos de Administração Escolar*. (III SIMPÓSIO, 1966).

O Simpósio Interamericano de Administração Escolar ocorreu em Brasília - DF, em outubro de 1968, sob o contexto histórico de Regime Militar vivenciado pelo Brasil. Segundo Catani e Gilioli (2004, p. 83), a *ANPAE* promoveu o simpósio com o objetivo de

capitanear suportes internacionais que conferissem a essa área do conhecimento pedagógico maior legitimação de seus saberes, de sua pesquisa, assim como inserção institucional mais favorável e valorização da carreira de administrador escolar no interior do sistema escolar brasileiro nos níveis básicos de instrução .

Não somente a *ANPAE* buscava reconhecimento e legitimação diante de organismos internacionais, mas “o Departamento da União Pan-Americana³³ enxergou como uma oportunidade de conseguir legitimidade acadêmica para si por meio da participação da *ANPAE* no encontro interamericano” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 87).

Dentre os debates realizados no evento, destacamos dois grandes temas: “A administração, instrumento fundamental para a elaboração, realização, avaliação dos planos de desenvolvimento educacional; A formação de administradores escolares” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 84). Além disso, buscou-se a uniformização dessa disciplina na América Latina, por meio, por exemplo, de uma terminologia, revelando o caráter técnico da TGA, “imiscuindo-se de discussões que pudessem adquirir cunho político-ideológico” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 88).

Segundo os autores, as experiências brasileiras destacaram-se no evento já que ao ter como base os debates realizados nos Estados Unidos, o Brasil avançou neste tema,

³³ O Departamento da União Pan-Americana teve suas origens em 1889, quando os Estados Americanos decidiram criar um sistema compartilhado de normas e instituições por meio de reuniões esporádicas. Na década de 1970 os encontros esporádicos da União Pan-Americana foram substituídos pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), órgão predecessor à União Pan-Americana. Informações obtidas no sítio: < http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>. Acesso em: 12 mar. 2011.

principalmente depois de realizar os três Simpósios promovidos pela *ANPAE*, diferentemente da fragilidade que se encontrava a administração escolar na América Latina. Além disso, o contexto de industrialização e os avanços técnicos foram importantes para a elaboração de teorias administrativas no Brasil.

O IV Simpósio Brasileiro de Administração Escolar foi realizado em Manaus-AM, nos dias 22 a 26 de julho de 1969. Como não houve a publicação de relatórios sobre o evento foram poucas as informações disponibilizadas. Dentre as informações disponíveis, Catani e Gilioli (2004, p. 97) destacam que neste evento a discussão

retornou grande parte de sua preocupação para o estímulo e para a luta por uma estrutura melhor de ensino superior e seguiu a linha da década anterior – que tinha marcado de modo peculiar a atuação da Anpae – de promover os docentes de Administração Escolar pela valorização e ampliação do espaço institucional por eles ocupado nas universidades (p. 97).

Em pesquisa sobre a *ANPAE* na década de 1960, os autores indicam que o “estudo dessa trajetória insere-se no tema mais geral da estruturação de entidades de classe de educadores” (CATANI; GILIOLI, 2004, p. 101), sendo que, no caso da Associação, neste período, esta dinâmica ocorreu dentro da classe de professores do ensino superior, mais especificamente os educadores da disciplina Administração Escolar dos cursos de pedagogia das faculdades de filosofia do Brasil. Ao mesmo tempo em que se empenhava pela busca do prestígio acadêmico dos docentes da disciplina Administração Escolar, a *ANPAE* lutava pela formação desses profissionais por meio da regulamentação da profissão, exigindo reserva de mercado para a área.

Segundo o editorial da *RBAE* (1991), na década de 1960 a *ANPAE* apresentou duas ênfases. A primeira, com a realização do I SBAE, em que acentuou a criação de condições que favorecessem o trabalho dos professores, a pesquisa e estabelecimento de diretrizes para o ensino da administração escolar, assim como a formação de pesquisadores e profissionais da área. “Em 1963 já havia uma LDB e a preocupação com os problemas, criados por ela, para a administração escolar” (REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1991, p. 6). Após o Golpe Militar de 1964, a ênfase na orientação da ação administrativa foi direcionada para o planejamento, compreendendo a administração como principal instrumento de planos de desenvolvimento da educação.

Entre a década de 1960 e 1970, a *ANPAE* representou um dos poucos espaços disponíveis para discussão na área de Administração Escolar.

Ao incluir temas representativos para a época e emitir sugestões de intercâmbio e recomendações aos órgãos executivos e normativos do governo federal e estadual, ela marcou presença fundamental no início da construção coletiva do conhecimento em Administração Escolar (MAIA, 2004, p. 24).

Em um contexto histórico marcado pelo início do debate e luta pela democracia e cidadania e da aplicação da ciência social aos estudos da prática da administração e da educação, a ANPAE realizou o V Simpósio Brasileiro de Administração Escolar no período de 18 a 24 de julho de 1971 em Niterói - RJ.

De acordo com Sander (2010), é nesse evento em que há a primeira alteração nominal da ANPAE, passando a se denominar *Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar*. A alteração da denominação ilustrou a ampliação dos membros da Associação que naquele momento passou a incorporar, além dos professores universitários, “outros especialistas e profissionais da educação, como dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino, pesquisadores educacionais e diretores de escolas e unidades universitárias” (SANDER, 2010, p. 5).

A segunda alteração de denominação da ANPAE ocorreu no VIII Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado de 12 a 16 de julho de 1976, na Universidade de Brasília. Nesse encontro a Associação passou a se denominar *Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional*³⁴. Com essa alteração, o foco dos estudos dos pesquisadores ampliou-se, incorporando a *Dimensão Educacional* de pesquisa e na prática de ensino (SANDER, 2010).

De acordo com Maia (2004), com a realização do IX Simpósio de Administração da Educação em Curitiba - PR, em 1978, houve “o início do movimento político-sociológico no âmbito da Associação” (MAIA, 2004, p. 25). Movimento que esteve marcado e foi impulsionado pelo cunho tecnicista nas orientações das políticas públicas educacionais brasileiras.

Outro marco importante da ANPAE, ainda na década de 1970, foi a realização do I Congresso Interamericano, em Brasília - DF “que contou com a colaboração de um elevado número de organismos internacionais e nacionais, participantes de 25 nações do

³⁴ Na obra de Catani e Gilioli (2004) esta alteração nominal não é mencionada. Na Apresentação desta obra, Catani enumera as seguintes denominações dadas à ANPAE: Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (1961); Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar (1971); Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (1980); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (1996).

hemisfério e teve grande impacto nos meios acadêmicos em todo o hemisfério.” (MAIA, 2004, p. 25).

Menezes (1997) aponta que nesse período o Brasil vivenciava o contexto de regime militar, havendo, portanto, poucos espaços para a livre discussão de temas acadêmicos, científicos e políticos.

Por iniciativa do Professor Mascaro as reuniões da ANPAE passaram a ser feitas conjuntamente com as Reuniões Anuais da SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, um dos raros pontos de discussão livre de temas científicos, acadêmicos e, de modo especial, políticos, da intelectualidade brasileira. Sem dúvida, a SBPC foi um dos principais instrumentos utilizados para a chamada abertura democrática (MENEZES, 1997, p. 265).

A década de 1980 foi marcada pela transição de um Estado Ditatorial para um Estado Democrático. Maia (2004) observa que neste período há na ANPAE influência da redemocratização do país e abertura política, ressaltando questões como planejamento participativo e gestão democrática.

Ainda em 1980 ocorreu a terceira alteração nominal da ANPAE que passou a se denominar *Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação*. É nessa fase que a Associação cria a *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, atualmente denominada *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, como “periódico de debate científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação” (SANDER, 2010, p. 6).

Segundo o editorial da *RBAE* (1991) no início da década de 1980, além da gestão democrática, a preocupação temática da ANPAE abrangia questões como análise da estrutura do sistema escolar, formação do docente e do administrador, políticas públicas e financiamento da educação, entre outros. Já no término desta década, a Associação liberta-se das questões de planejamento, acompanhando os novos ordenamentos do Estado Brasileiro. Temas como gestão inovadora passam a fazer parte dos problemas da área.

Na década de 1990, temos o redirecionamento das políticas públicas no Brasil, com a política neoliberal apoiada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, conforme vimos no item anterior. Analisando os simpósios realizados nesse período, Maia (2004, p. 26) ressalta que “na primeira metade da década de 1990, os simpósios incorporaram discussões a respeito dos novos desafios para a educação, sendo um deles a relação gestão-qualidade”. Como exemplo, temos a realização do XVII Simpósio Brasileiro de Administração da

Educação em 1995, em Florianópolis - SC. De acordo com os debates ocorridos no evento, a autora nos indica

que não está mais presente a reflexão sobre a terminologia em Administração Escolar e que, talvez, ela fosse imprescindível nesse contexto específico, em que há a alteração ou a utilização concomitante de “gestão” e “administração”, sem maiores esclarecimentos terminológicos (MAIA, 2004, p. 27).

Em 1996 ocorre a quarta e última alteração nominal da *ANPAE*, que passou se denominar *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*. Além da alteração nominal, a Associação revisou seus estatutos, “com o objetivo de redirecionar e ampliar ainda mais a sua área de atuação” (MAIA, 2004, p. 27). Analisando o Estatuto aprovado (1996-2001), Maia (2004, p. 28) ressalta que,

houve grandes modificações no interior da *ANPAE* no que diz respeito à estrutura organizacional, aos objetivos e às finalidades propostas pelos associados. A Administração Escolar era, inicialmente, o tema explícito das finalidades da entidade, com suas vertentes de aprimoramento dos estatutos e pesquisas e promoção de intercâmbio entre os professores catedráticos. O Regulamento de 1996 elege como áreas específicas de seu objeto e campo de atuação: as políticas públicas e institucionais da educação, o planejamento da educação em todos os níveis, a gestão de sistemas, instituições e processos gerais da educação, a avaliação de políticas públicas e de políticas institucionais da educação (p. 28).

Segundo Sander (2010), os cinco³⁵ nomes que a *ANPAE* teve ao longo destas cinco décadas de existência revelam a mudança de paradigmas da instituição em consonância com os debates político-sociais da comunidade acadêmica no Brasil. Apesar destas alterações, o autor ressalta que a sigla da instituição continuou a mesma, afirmando seu compromisso com o estudo teórico e prática da direção das instituições e sistemas educacionais.

Buscando compreender melhor o processo histórico das publicações da *ANPAE*, em especial da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, nosso objeto de estudos, apresentamos a seguir a constituição e o desenvolvimento deste periódico com base em investigações científicas que tratam sobre a Revista e também na análise dos editoriais da *RBPAE*.

³⁵ Conforme nos indica Sander (2010, p. 9, *grifos do autor*), “a **ANPAE** foi batizada e rebatizada cinco vezes”, ou seja, além de seu nome de “batismo” a Associação teve quatro alterações denominais: Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (1961); Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar (1971); Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional (1976); Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (1980); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (1996).

3.2 As Publicações da ANPAE: RBAE e RBPAE

Sobre as publicações da ANPAE, em específico a *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, posteriormente denominada *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, Falcão e Esteves (1998) indicam que os primórdios desta Revista datam da fundação de sua entidade, a ANPAE.

Inicialmente a ANPAE editou o *Boletim Informativo* que era destinado para a divulgação das atividades das cátedras, dos professores e da Associação. Logo o *Boletim* foi substituído pelas *Nótulas de Administração Escolar* que eram “mimeografadas e continham resumos de livros, bibliografias e artigos especializados” (MENEZES, 1997, p. 263).

Analisando estas *Nótulas*, Falcão e Esteves (1998, p. 182) apontam que foram publicados 34 números e dentre suas distintas abordagens teve como foco “a administração como aplicação da razão instrumental” sendo que os artigos publicados referem-se às relações entre administração e autoridade.

Posteriormente, a Associação publicou a série *Cadernos de Administração Escolar* limitada a apenas quatro³⁶ trabalhos publicados no período de 1961 a 1968. A partir de 1983, a entidade passou a editar a *RBAE*, “com edição semestral e distribuição aos associados, constituindo-se num veículo de comunicação acadêmica e intercâmbio de idéias no âmbito da Administração da Educação” (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 182).

Nos estudos de Castro e Werle (2009), sobre a produção de conhecimento na área de administração da educação a partir da investigação de periódicos nacionais entre o período de 1982 a 2000, a análise das palavras-chave na *RBPAE* indicou que a mais frequente foi Administração do Ensino Superior, com 34 artigos, o que revela a tendência em privilegiar este nível de ensino.

Para explicar tal predominância, as autoras indicam a “dificuldade dos pesquisadores realizarem estudos em outros níveis de ensino. Pesquisar a própria realidade do ensino superior seria mais fácil e exigiria menos investimento de tempo para o pesquisador universitário” (CASTRO; WERLE, 2009, p. 509). Ainda complementam que “outras interpretações possíveis estariam relacionadas às dificuldades da prática de pesquisa

³⁶ Os *Cadernos* editados foram: (1) *Natureza e Função da Administração Escolar*, de Anísio Teixeira; (2) *Introdução à Administração Escolar*, de José Querino Ribeiro; (3) *Alguns Aspectos da Formação de Administradores Escolares*, de Moysés Brejon; (4) *A Administração Escolar na América Latina*, de Carlos Corrêa Mascaro (MENEZES, 1997).

educacional no contexto brasileiro” (CASTRO; WERLE, 2009, p. 509). Diante disso, compreendem que

a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, mantida por uma associação nacional que em seus quadros conta com diretores e professores que atuam na gestão escolar em seus diferentes níveis, poderia ter uma maior diversificação temática nos artigos publicados (CASTRO; WERLE, 2009, p. 509).

Se por um lado concordamos com Castro e Werle (2009), sobre a dificuldade dos pesquisadores em estudar outros níveis de ensino distintos do ambiente acadêmico que os envolve, por outro lado discordamos parcialmente com a questão do foco da Revista. A pouca diversificação temática, encontrada pelas autoras, assinala o propósito da ANPAE, fundada como uma organização que lutaria em busca do prestígio acadêmico (CATANI; GILIOLI, 2004; PEREIRA; ANDRADE, 2004) ressaltando a tendência de temas em prol da educação superior. Além disso,

uma revista cujo objetivo principal é a administração da educação não poderia deixar de ter no ensino superior uma de suas principais vertentes de produção, uma vez que é por meio do pensamento produzido nessa área que surgem os questionamentos que vão enriquecer a própria teoria da administração (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 183).

Posteriormente, a partir da década de 1970, com a mudança de denominação e ampliação dos objetivos da Associação que alcançou os profissionais da administração escolar, a afirmação das autoras (CASTRO; WERLE, 2009, p. 509) faz mais sentido, ou seja, concordamos sobre a possibilidade de “ter uma maior diversificação temática nos artigos publicados”.

Na subseção a seguir trataremos em específico da *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, enfatizando o surgimento e o processo de desenvolvimento deste periódico.

3.2.1 A RBAE e a RBPAE

A *Revista Brasileira da Administração da Educação (RBAE)* foi criada na década de 1980, devido às exigências, deste contexto, de um veículo de comunicação e intercâmbio para aperfeiçoamento profissional dos administradores educacionais. A ideia de editar uma revista especializada no campo de administração da educação foi lançada

oficialmente em 07 de julho de 1981, na Universidade de São Paulo (USP), por ocasião da comemoração do vigésimo aniversário da *ANPAE*, contando com a presença expressiva dos fundadores e ex-presidentes. O Conselho Deliberativo autorizou a presidência da Associação a tomar as providências para o lançamento da Revista e a vice-presidenta da *ANPAE*, Maria Beatriz Moreira Luce, elaborou o projeto que foi aprovado no Conselho Deliberativo, em Brasília, no dia 28 de outubro de 1981. Este conselho também autorizou a presidência a gestionar com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a editoração da Revista, sendo Maria Beatriz Moreira Luce designada como editor responsável.

O início de nossa Revista foi motivado pela noção de que, por força da qualificação de especialistas, então habilitados nos cursos de Pedagogia, havia demanda por um periódico semestral que promovesse a sua educação continuada e também, de outra parte, pela noção de que a expansão da pós-graduação e da pesquisa no país, já proporcionava massa crítica suficiente para que à diretoria fossem submetidos artigos em quantidade e qualidade que permitissem uma rigorosa seleção de matérias (LUCE, 2001, p. 141).

A Revista surgiu como uma experiência em prol da qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais desse campo de estudos, contando com o apoio intelectual de pesquisadores e de pós-graduados para a submissão de artigos, ou seja, para a socialização de conhecimento. Naquele momento compreendia-se que a própria elite intelectual brasileira poderia produzir e socializar saberes e que, a partir de então, os profissionais da área não precisariam recorrer apenas à importação de conhecimento ou ficarem restritos ao conhecimento dispostos em suas faculdades. O periódico da *ANPAE* possibilitaria o intercâmbio entre estes profissionais.

Sander (2010, p. 6) nos indica que a Revista foi criada como “periódico de debate científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação”. Nesse sentido, Pereira e Andrade (2007, p. 140) afirmam que

a RBAE surge num momento em que o campo educacional se diversifica, e no qual os móveis da profissionalização e autonomia, embora às vezes transfigurados por palavras de ordem tais como conscientização, política, educação política, mudança social, entre outras, são disputados mais intensamente, e se insere num contexto de aumento da oferta e demanda por artigos especializados, decorrência do incremento na produção acadêmica e nas pesquisas realizadas nos, então em consolidação, programas de pós-graduação em educação nas universidades brasileiras.

Segundo Castro e Werle (2009), a fundação e organização de publicações no Brasil começaram no final da década de 1970 e início da década de 1980, o que nos indica que a *RBAE* acompanha este movimento. Como consequência desse incremento, Pereira e

Andrade (2007, p. 140) apontam que há a “criação de uma rede de periódicos educacionais simultaneamente concorrentes e complementares na disputa pela imposição dos arbitrários legítimos do próprio campo” (p. 140). Diante dessa rede de periódicos, a legitimação da Revista recai sobre seus consultores editoriais que são constituídos de vários autores de importantes obras e estudos da área.

O fato de esses profissionais, produtores específicos do campo educacional, estarem direta e indiretamente ligados à *RBAE* sugere o poder concentrado pela revista de imposição tanto das categorias e esquemas de percepção como das produções teóricas, bem como o poder de disseminar os valores e crenças capazes de fomentar a ação prática – no âmbito da administração da gestão, planejamento etc.- mais conforme à orientação da revista (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 141).

Os autores ainda nos indicam que a construção da administração da educação na Revista

dá-se por meio de um conjunto de operações cuja característica central consiste, por um lado, na remodelação do papel do administrador da educação, isto é, na redefinição da identidade política deste profissional, que é ao mesmo tempo a definição de sua especificidade profissional e o delineamento de seus atributos técnico-operacionais, e por outro lado, na construção propriamente teórica da disciplina (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 143).

Quanto à redefinição da identidade política do administrador da educação, os autores destacam que houve a construção de um perfil ainda não encontrado na área da administração escolar. Nesse perfil construído destacava-se o compromisso político e a competência técnica deste profissional - compatível com as qualidades políticas de esquerda. Nesta perspectiva emergiu termos como gestão democrática e administração colegiada. A participação, por sua vez, ganhou cada vez mais espaço em detrimento da concepção tecnocrata.

Sander (2010) ressalta que mesmo em contexto de regime militar, a Revista foi campo aberto para debate político-pedagógico de várias orientações educacionais, contendo em seu primeiro número cinco textos de inspirações marxistas, deslocando as discussões teóricas para o âmbito sócio-histórico. Este movimento provocou debates entre pesquisadores que defendiam a administração escolar no âmbito positivista e funcionalista e pesquisadores que defendiam o campo da gestão como resistência política e pensamento crítico. O aprofundamento do debate no campo político foi refletido no “compromisso com a construção do conhecimento e das práticas no campo da gestão democrática da educação brasileira” (SANDER, 2010, p. 8).

Segundo Pereira e Andrade (2007), com a influência do neoliberalismo na educação, nos anos 1990, houve o revigoramento da tendência de inserção de teorias de administração de empresas na educação, traduzidos, por exemplo, pela busca da qualidade total. Houve nesse período, a tendência de produção de artigos voltados à prescrição, elegendo termos como administração participativa, participação e trocas de experiências,

produto das tomadas de posição dos agentes relativamente dotados de reduzidos capitais culturais, e, por isso mesmo, mais inclinados a investirem nos efeitos sociais da produção intelectual, e conquanto com taxa de rendimento simbólico inferior à dos trabalhos teóricos, esses textos “de aplicação” desempenham igualmente importante papel na tarefa de legitimação da disciplina (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 147).

Atendendo à lógica de produção intelectual, o

enobrecimento da disciplina pela produção de um *corpus* teórico cuja divulgação nas páginas de uma revista prestigiosa seria suficiente para produzir efeitos na realidade das instituições universitárias, e, conseqüentemente, garantir aos produtores os créditos simbólicos daí decorrentes, a administração do ensino superior é posta na *RBAE* como questão política historicamente determinada, por meio da análise das relações entre política e universidade (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p.147).

A ênfase destes artigos está na participação política e na crítica à lógica da administração científica burocrática presente nas universidades brasileiras. Nesse sentido, “de 1985 a 1990, os volumes publicados enfatizam a problemática da democratização da gestão do ensino superior” (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 147-148). Já no período que trata de 1990 em diante, “as atenções voltam-se para o papel a ser desempenhado pela universidade em razão da reforma do Estado então em curso, denunciada como de feição neoliberal” (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 148).

O destaque às instituições de ensino superior, presente nos artigos da Revista, também foi discutida na pesquisa de Falcão e Esteves (1998) sobre as palavras-chave dos artigos produzidos na *RBAE* no período de 1983 a 1995. Nesta investigação as autoras elencaram algumas categorias para análise, sendo que “a categoria de análise que apresentou maior freqüência foi *organização acadêmica e gestão*; tal fato é explicável pela própria natureza da publicação, pois se refere à sua própria característica - a administração” (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 183). Como subcategorias apareceram questões relacionadas com “modelos organizacionais das instituições de ensino superior, gestão acadêmica, representação e participação e gerência de recursos humanos” (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 183). O enfoque da administração das instituições de ensino superior é tido

como questão política, relacionada não só às transformações sociais, mas também tomando como vertente a análise do processo histórico da expansão da Universidade: discute-se tanto a racionalidade instrumental presente no modelo burocrático de universidade, como as condições de viabilização do cumprimento dos objetivos institucionais, inclusive o desenvolvimento da pesquisa na pós-graduação (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 184).

Além disso, os artigos enfatizam a crítica da aplicação do modelo de organização burocrático, pautado no modelo francês de universidade, focando a questão da autonomia, da centralização do processo decisório e do formalismo.

A ideologia presente na produção estudada circunscreve-se na preocupação em ultrapassar os limites da racionalidade instrumental, tão característica da teoria da administração, que traz em si a ambigüidade do processo ideológico que se vincula à técnica utilizada no trabalho como determinação social, mas ao mesmo tempo, se afasta dessa mesma determinação, enquanto enfatiza a aplicação da racionalidade técnica (FALCÃO; ESTEVES, 1998, p. 186).

A transposição dos limites da racionalidade instrumental se materializa com a proposta do segundo ciclo da Revista, em 1997, quando ocorre a alteração de sua denominação para *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*. Segundo Maia (2010, p. 30), esse movimento indica que a Revista

destina-se, a partir de então, a apresentar e discutir questões teóricas e práticas de política e Administração da educação em geral e, mais especificamente, de políticas públicas e institucionais da educação, planejamento educacional, gestão de sistemas e instituições educacionais e avaliação da educação.

Com a ampliação dos temas discutidos esperava-se também a ampliação do público leitor.

No início, voltada para Administradores Escolares, a revista tinha o seu público quase exclusivo de Administradores de Escolas. O tempo passou e a própria entidade passou a atuar junto aos educadores interessados nas políticas e gestão da educação e, o mais importante, sem mudar a sigla ANPAE (SILVA, 2003, p. 5).

Dentre os motivos que impulsionaram a ampliação do público leitor, destacamos as diversas crises da Revista, relacionadas com a sua afirmação enquanto periódico científico de prestígio diante de grupos intelectuais da área. Tais tensões tiveram influências internas e externas como a crise descrita no editorial do vol. 2 n. 1 da *RBPAE*:

A crise que envolve a sociedade brasileira, e a universidade em particular, marca acentuadamente a produção acadêmico-científica no setor educacional e comprometeu sensivelmente o fluxo de contribuições e de avaliações dos trabalhos recebidos (LUCE, 1984, p. 7).

Segundo Bresser-Pereira (1997) a tensão que envolveu a sociedade brasileira nesse momento esteve atrelada à Crise do Estado que no âmbito político pautou-se no colapso do regime militar o que causou a transição democrática e no âmbito econômico na Grande Crise Econômica que refletiu na crise da dívida externa. Esse contexto refletiu substancialmente no fluxo de contribuições de trabalhos:

Crendo que este é um espaço para publicização de nossa gestão editorial, é dever destacar que foi difícil obter entre nossos colegas acadêmicos e profissionais da área matéria suficiente em qualidade e quantidade. Talvez haja uma crise de produção intelectual; talvez nosso periódico, por sua irregularidade, não esteja alcançando o interesse daqueles que têm textos para oferecer à leitura de seus companheiros e alunos. É porém, provável que condições contextuais amplas, além das particulares de nossa revista estejam a determinar a situação (LUCE, 1987, p.7 *grifos nossos*).

Em seguida, Luce (1987, p. 7) expôs que a ANPAE também passava por uma crise, no caso financeira, justificada pela “perda do poder aquisitivo do magistério e a tímida confiança dos educadores em entidades, como capazes de promover seus anseios e deveres” (p. 7). A crise do poder aquisitivo causada pela hiperinflação, arrocho de salários dos educadores e congelamento das cadernetas de poupança influenciaram para a irregularidade da publicação da *RBP*AE que não ficou restrita aos seus primeiros volumes, como o vol. 6 n. 1 que deveria ser publicado no ano de 1988 e só foi concluído em 1990 (LUCE, 1988) ou, ainda, o vol.13 n.1 no qual o editor expõe que

a *Revista*, porém será o que os leitores desejarem desde e sempre que haja autores que possam corresponder às solicitações. Por isso, não apenas convidamos, mas realmente convocamos todos os associados e colegas de outras áreas a que escrevam sobre novas matérias, sobre os velhos mas cadentes problemas que continuam a afligir a política, a gestão, as instituições e a avaliação da educação, sobre possibilidades de solução ou o que mais caiba (SILVA, 1997b, p. 149).

Diante dessa crise de produção intelectual algumas medidas foram tomadas, como a aprovação feita pelo Conselho Editorial³⁷ da *RBP*AE para a publicação de um número monotemático da Revista, ou seja, a utilização da Revista como anais de eventos³⁸ - no caso como Anais do Seminário “A Teoria e a Prática da Administração Universitária” organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)³⁹.

³⁷ No caso, o Conselho Editorial da revista era composto pelos membros do Conselho Deliberativo da ANPAE.

³⁸ Cabe ressaltar que a experiência repetiu-se em outros números da revista, por exemplo, nos vol. 7 n. 1 e 2; vol. 9 n. 1; vol. 9 n. 2; vol. 10 n. 2, entre outros.

³⁹ A ANPAD foi criada em 1976 como uma associação que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu*. Desenvolve ações que congregam a produção de conhecimento na área de ciências administrativas, contábeis, entre outras. Além disso, buscam a promoção do ensino e da pesquisa destas áreas. Informações obtidas no sítio: <http://www.anpad.org.br/sobre_apresentacao.php>. Acesso em: 16 mar. 2011.

A interlocução do periódico com a ANPAD, por meio desta publicação pode ter contribuído para maior legibilidade da *RBP* devido: à questão do fluxo de artigos enviados a este, conforme vimos acima; à possibilidade de publicação de artigos, compreendido pelo Conselho Editorial da *RBAE* pelo “valor acadêmico-científico e para a atualidade dos temas desenvolvidos” (LUCE; FACHIN, 1984, p. 7); à possibilidade de aumento de número de leitores; à “exclusiva oportunidade de articulação e esforço conjunto com a ANPAD na confecção deste número” (LUCE; FACHIN, 1984, p. 7).

A busca por agências de financiamento foi outra alternativa para a continuidade de publicações da Revista. Iniciada logo no vol. 2 n. 1 de 1984 (LUCE, 1984), essa alternativa predominou ao longo do período analisado. Além disso, distintas modificações gráficas e editoriais também foram feitas, como por exemplo, as descritas no vol. 22, n.2:

Ao completar-se este volume 22 da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, que inaugurou um novo projeto gráfico e editorial, do que faz parte a produção de pelo menos um número temático ao ano, cabe anunciar que a partir de 2007 serão publicados três números ao ano, com periodicidade quadrimestral (FARENZENA; LUCE, 2006, p. 194).

A mudança na periodicidade nos representou a superação da referida crise intelectual. Segundo Luce e Sander (2007, p. 10), tal mudança se justifica pelo

aumento crescente da demanda e da oferta de contribuições especializadas no campo da política e administração educacional. Segundo levantamentos recentes, ao redor de 30% das pesquisas de mestrado e doutorado das universidades brasileiras são sobre temas de política e gestão da educação, enfocando prioritariamente aspectos relacionados à gestão democrática da educação. O mesmo fenômeno se observa no mercado editorial brasileiro. O desafio, então, se impõe pela própria relevância dos estudos e pesquisas sobre políticas públicas e gestão da educação, recolhidos e socializados pela Revista. Finalmente, a qualidade dos trabalhos e a estatura dos autores e dos conselheiros e consultores editoriais sugerem um novo patamar acadêmico-científico para a Revista (p. 10).

Em outro excerto, verificamos o quanto as mudanças no editorial foram pertinentes para a promoção da Revista diante de demais grupos de intelectuais dominantes,

Com efeito, o projeto editorial lançado ao início de 2006, que conquistou amplo apoio de associados, autores e leitores, já alcança reconhecimento externo e nos gratifica a todos que temos participado deste empreendimento, das mais variadas formas – como autores, leitores, avaliadores, editores ou impulsionando as assinaturas e vendas. No relatório da Comissão de Avaliação de Periódicos, coordenada pela ANPED e que é base para o índice Qualis da CAPES, recentemente publicado (05/10/2007), a *RBP* foi promovida; é agora considerada periódico de nível Nacional A. Foi verificado que já cumpre integralmente (nota máxima) os critérios de Normalização e de Autoria e Conteúdo; ainda assim, ficam os desafios de melhorar nos critérios de Publicação (que a partir deste número já alcança o

critério de 3 ou mais números ao ano), Circulação e Gestão Editorial (LUCE, 2007, p. 415).

Observando os editoriais deste periódico, verificamos que em alguns momentos a posição da Revista destoou das políticas públicas educacionais, conforme o seguinte excerto:

Os artigos desta *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 11(2), jul./dez. 1995, são um desafio para nos situarmos frente à evolução da economia, à perspectiva política neoliberal, ao processo concreto de construção da legislação sobre educação no país, à estruturação da organização educacional e à avalanche da chamada qualidade total na educação (WITTMANN, 1995b, p. 7).

Neste trecho o editor contextualizou as políticas públicas frente à administração da educação. Em questionamento a tais políticas o editor expôs no número anterior

Nesta *Revista Brasileira de Administração da Educação* 11(1), jan./jun. 1995, somos desafiados a repensar os fundamentos e as práticas de administração da educação, questionados a partir das mudanças profundas que ocorrem no mundo de hoje e a partir do objeto específico do próprio ato pedagógico. A prática concreta desta administração é apresentada na busca do compartilhamento da gestão e do cumprimento da função pedagógica da administração escolar [...]. Os artigos deste exemplar da RBAE apresentam aspectos relevantes para construção de um novo paradigma em administração da educação e para a enucleação do caráter específico do trabalho escolar e da sua administração [...] no esforço da construção de uma administração pertinente, relevante e útil para a produção histórica de uma educação de altíssima qualidade, pública, gratuita e universal (WITTMANN, 1995a, p. 7-8).

A busca por um novo paradigma da administração da educação colocou em evidência a posição destoante da Revista, de maneira geral, e do grupo de intelectuais especialistas desta área em particular, diante das políticas públicas neoliberais presentes no governo de Fernando Henrique Cardoso. Diferentemente foi a postura do periódico quando fora convidado a se posicionar diante da construção de políticas públicas educacionais no governo de Luís Inácio Lula da Silva⁴⁰ em 2009:

⁴⁰ Luís Inácio Lula da Silva (1945 -) foi metalúrgico e líder de movimento sindical. Como Presidente da República (2002-2006; 2007-2010) implementou programas de transferência de renda e deu continuidade a algumas das políticas públicas do governo anterior, como o programa Bolsa-escola. Foi reconhecido internacionalmente e suas políticas econômicas ganharam destaques a ponto de ter uma projeção do Fundo Monetário Internacional como uma das cinco maiores economias mundial até a segunda década do século. Informações obtidas no sítio: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PBLula.html>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

O Brasil se prepara para a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, que compreende um amplo programa de debates e encontros municipais, intermunicipais e estaduais no transcurso de 2009. Nesse processo, a ANPAE, ao lado das associações acadêmicas congêneres – ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR – e outras entidades político-pedagógicas do país, como os sindicatos de trabalhadores da educação, têm participado ativamente de sua organização e desenvolvimento, em nível nacional, estadual e local (FARENZENA; LUCE, 2009, p. 392).

A possibilidade de participação ativa da ANPAE na CONAE⁴¹ permitiu a utilização deste periódico como meio de debate desta conferência e de políticas públicas como a aprovação da Emenda 59 à Constituição da República que ampliou a escolaridade obrigatória na faixa etária dos 04 aos 17 anos. Diante destes debates, o periódico compreende que os dispositivos do CONAE e da Emenda 59 da Constituição Federal

têm potencial para promover políticas públicas voltadas à democratização do acesso, das condições de qualidade e da gestão da educação brasileira. Mesmo assim, pontuar aqui indicadores da injustiça social e escolar tem o objetivo de marcar uma posição, a de não negligenciar o tamanho das tarefas por fazer no bojo de uma política educacional universal de garantia de direitos (FARENZENA; LUCE, 2009, p. 393).

Além da reflexão sobre “indicadores da injustiça social e da educação”, verificamos que ao longo do processo histórico da Revista os editores expuseram aos leitores questões que necessitariam serem pensadas para o alcance dos conceitos defendidos e adotados pelo grupo que compõe a *RBP*. Dentre estes conceitos destacamos a defesa da “educação como meio de libertação para a cidadania” (SILVA, 2003, p. 8); educação de qualidade; “criação de condições favorecedoras para o trabalho docente, a pesquisa, a elaboração de diretrizes para o ensino da disciplina e a formação de pesquisadores e profissionais da área” (BOTELHO, 1991, p. 6); a prática da administração pautada “na busca do compartilhamento da gestão e do cumprimento da função pedagógica da administração escola” (WITTMANN, 1995a, p. 7).

Conforme vimos acima, a Administração da Educação teve pouco prestígio no âmbito acadêmico, seja como disciplina do ensino superior, seja em relação à produção de trabalhos acadêmicos com reduzidos capitais culturais. Na década de 1980, encontramos uma experiência em prol da mudança desse quadro, que é a criação da *RBAE*,

⁴¹ A Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi um espaço aberto para todos em prol do desenvolvimento da educação nacional. Teve como abrangência, discussões realizadas nos sistemas municipal, estadual, distrital e federal de educação. Informações obtidas no sítio: <http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57>. Acesso em: 16 mar. 2011.

capaz de, a montante, dotar a disciplina de créditos simbólicos, politizando-a ou alçando-a ao pólo dominante da reflexão erudita (a teórica), e, a jusante, definir tanto o perfil técnico do administrador da educação quanto aos valores e crenças, tácitas e explícitas, às vezes até ambíguas, dos agentes aptos e dispostos à inserção prática na administração da educação (PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 148).

Segundo Pereira e Andrade (2007), o caminho percorrido pela *RBP* foi realizado tanto em prol da politização quanto da construção teórica da administração da educação.

Considerando que a proposta de fundação da *ANPAE* adveio da busca de condições favorecedoras para o desenvolvimento teórico e prático da administração escolar, percebemos que sua trajetória refletiu o contexto histórico da educação e da sociedade brasileira. Nesta trajetória, a Revista apresentou dois ciclos de produção. O primeiro ciclo iniciou no vol.1 n.1 com sua fundação (1983), período no qual a Revista esteve denominada como *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*.

O primeiro ciclo da revista culminou com a publicação, em 1997, do “Índice Cumulativo Autor Assunto”, cobrindo as edições de 1983 a 1996. A partir da publicação do vol.13 n.1, com data de jan./jun.1997, o periódico passou a chamar-se *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP)*, acompanhando a mudança do próprio nome da instituição mantenedora para Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), efetivada por decisão de sua Assembléia Geral Extraordinária, realizada em Brasília, no dia 29 de julho de 1996 (LUCE; SANDER, 2006, p. 7).

O segundo ciclo terminou, nesta pesquisa, com o vol. 25 n. 3 de 2009⁴², ano no qual este periódico completou 25 anos de existência.

Além dos ciclos, encontramos na trajetória da Revista, a *crise de produção intelectual* na área, percebida pela escassez de trabalhos enviados à *RBP*, na década de 1980, momento em que o país passava por uma Crise de Estado, com a transição política de um regime ditatorial para um regime democrático; e a crise econômica, com hiperinflação que diminuiu o poder aquisitivo dos brasileiros, inclusive dos professores que tiveram seus salários reduzidos. Tais situações refletiram na Revista de forma substancial, com a referida *crise de produção intelectual* e o atraso na sua editoração. A superação ocorreu de forma lenta e gradual, por meio de constantes reestruturações do aspecto gráfico e dos editoriais da Revista, o que permitiu o alcance de grupos de intelectuais de distintas áreas da educação.

⁴² Convém ressaltar que o vol. 25 n. 3 é o último número analisado neste trabalho, não significando o término da revista, uma vez que esta continua sendo editada.

Em relação às políticas públicas educacionais, com base nos editoriais do período analisado, vimos que a posição da *ANPAE* esteve voltada para a gestão democrática, participativa e competente. Questionou-se a gestão de origem empresarial capitalista refletida sob o conceito de qualidade total proposta pela política neoliberal da década de 1990. A busca por uma administração participativa teve seu êxito no momento em que as políticas públicas educacionais permitiram o debate sobre o CONAE, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, momento em que a Revista serviu como meio de divulgação e problematização de educação de qualidade.

No capítulo a seguir trataremos em específico da análise quantitativa dos artigos publicados na *RBP* no período de 1983 a 2009.

4. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Neste capítulo apresentamos o percurso que realizamos para a catalogação das informações contidas na *RBPAAE* e, conseqüentemente, para a obtenção dos dados que nos auxiliaram a explicitar e a analisar o conceito de Gestão, de Administração da Educação e de Gerencialismo na *RBPAAE*. A catalogação dos dados foi construída a partir de pressupostos bibliométricos.

Sobre os estudos bibliométricos, Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi et al (HAYASHI et al 2007) nos indicam que desde a década de 1970 investigações bibliométricas já se faziam presente no cenário brasileiro. A partir dos anos 2000, com a utilização de softwares específicos para aplicação da bibliometria, houve um aumento substancial de estudos em diversas áreas do conhecimento que se utilizavam destas metodologias. Assim, o uso da abordagem bibliométrica não ficou restrito apenas aos profissionais da informação.

Os estudos bibliométricos também foram muito utilizados nas investigações de periódicos para, por exemplo, a elaboração de indicadores bibliométricos sobre autores, temas ou tendências de artigos de revistas. Segundo Hayashi et al (2007, p. 4), “o princípio da bibliometria é analisar a atividade científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações e o seu principal objetivo é o desenvolvimento de indicadores cada vez mais confiáveis”.

Quanto à confiabilidade dos dados, os autores apontam que a bibliometria não está isenta de críticas, já que existem casos em que a sua aplicação se revela ineficaz. Além disso, pode apresentar desvantagens em relação ao tempo, ao custo, ao erro na coleta de informações, na dificuldade em relação à comparação entre as variedades de publicações e práticas de citações (devido à propensão à autocitações de autores e/ou grupos de pesquisas que estão vinculados).

Outra questão que envolve a bibliometria é a sua associação a uma ciência positivista por apresentar ferramentas matemáticas e estatísticas. A crítica recai principalmente na possibilidade de apresentar tais ferramentas como um fim em si mesmo, ou seja, considerar que os dados por si só representem a realidade. Diante destas questões, os autores nos chamam a atenção ao fato de que esta metodologia funda-se em análises qualitativas de ciências humanas, como a antropologia. Assim, buscam-se além dos métodos

quantitativos outros referenciais para a interpretação do objeto analisado. O conhecimento prévio deste objeto investigado torna-se fundamental para a interpretação e contextualização dos dados obtidos. A análise quantitativa tende a enriquecer o estudo, porém é a análise qualitativa do contexto e do conteúdo destes dados que permitirão maior apreensão e compreensão do processo de desenvolvimento deste objeto.

A partir desta linha de investigação iniciamos a catalogação dos dados contidos na *RBPAE*. Primeiramente, na seção *4.1 Análise preliminar da RBPAE (1983-2009)*, analisamos os dados dos 50 números da Revista, publicados durante os seus vinte e cinco anos. Para esta análise selecionamos os artigos que continham em seu título os termos administração da educação e gestão. Em seguida, na seção *4.2 Análise da RBPAE: administração da educação e gestão (1995-2004)* restringimos a quantidade de artigos investigados pelo período de publicação, sendo o intervalo de tempo de 1995 a 2004 o momento em que a quantidade de artigos sobre administração da educação tende a diminuir, a quantidade de artigos sobre gestão democrática tende a aumentar e os artigos sobre gerencialismo começam a estar mais evidentes, conforme observamos na Tabela 10. E em um terceiro momento, na seção *4.3 Discussão dos dados*, apresentamos as considerações que chegamos a partir da apresentação dos dados nas duas seções anteriores.

4.1 Análise preliminar da *RBPAE* (1983-2009)

Nesta seção apresentamos os dados sobre os editores, os autores e os descritores presentes nos artigos publicados na *RBPAE* no período de 1983 a 2009.

Para a coleta dos dados localizamos, em base de dados disponíveis na *internet*⁴³, algumas bibliotecas de universidades públicas brasileiras que continham maior número do acervo do periódico analisado. Para a compilação do acervo utilizamos os serviços da “Biblioteca Setorial de Educação” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como esta biblioteca não possuía o acervo completo da *RBPAE*, recorremos aos serviços da “Biblioteca e Documentação” da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) para a coleta de dados das Revistas faltantes. Solicitamos a estas bibliotecas

⁴³ Estas bases de dados estão disponíveis no site das universidades públicas brasileiras investigadas: UFSCar, UFMG, UFRGS, UFV, UNESP, UNICAMP e USP.

cópia dos editoriais e dos sumários dos 50 números da Revista publicados no período analisado (1983-2009).

Com os editoriais e sumários em mãos iniciamos a inserção das informações contidas em cada número da Revista em duas planilhas construídas no *Microsoft Office Excel*. Este procedimento tornou-se importante para a elaboração de tabelas e gráficos que permitiram melhor visualização dos dados.

Na primeira planilha inserimos os dados referentes à ficha técnica de cada número da Revista. Por esta planilha verificamos que a periodicidade da Revista sofreu alterações, assim como oscilações. Durante os anos de 1983 a 2006 a *RBPAE* teve como propósito a publicação de um volume anual com dois números, um em cada semestre. Contudo, neste período encontramos oscilações, ou seja, atrasos nas publicações em 10% dos números analisados. A maior concentração destes atrasos ocorreu no fim da década de 1980 e início da década de 1990, período em que o Brasil sofreu com a crise financeira devido ao alto índice inflacionário, conforme vimos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. A repercussão deste momento histórico ficou registrada na Revista não apenas nos atrasos na editoração, mas também nos editoriais⁴⁴ da *RBPAE*, espaço no qual o editor atribuiu como um dos motivos deste atraso o arrocho salarial dos professores, motivo que impossibilitou a contribuição financeira destes docentes para com a *ANPAE*, ocasionando a falta de recursos financeiros para a editoração da Revista. Outro motivo alegado foi o baixo número de submissão de artigos, dificultando a compilação de um volume razoável de textos para a publicação (LUCE, 1988). Neste momento também encontramos a suspensão da publicação do periódico nos anos de 1989 e 1990. No ano de 1991 a Revista voltou a circular por meio de sua utilização como anais de eventos, permitindo, assim, um número suficiente de artigos para a publicação.

A alteração da periodicidade da Revista ocorreu em 2007. A partir deste ano houve aumento na quantidade de números publicados por volume, passando de semestral para quadrimestral, desta forma em cada volume da *RBPAE* passou-se a publicar três números. A justificativa desta alteração, apresentada no editorial da *RBPAE*, pautou-se no aumento da quantidade de submissões de artigos especializados na área de políticas e administração educacional (LUCE; SANDER, 2007).

⁴⁴ Estes editoriais são referentes aos seguintes números da revista: vol. 5 n. 1; vol. 5 n. 2; vol. 6 n. 1; vol. 8 n. 1.

Quanto aos editores da Revista, no período de 1983 a 2009, 15 pessoas estiveram à frente do cargo de editoração. Na Tabela 1 apresentamos os volumes e números das Revistas em que cada pessoa atuou, assim como, a quantidade de revistas editadas enquanto estiveram nestes cargos. É importante ressaltar que a porcentagem disposta na coluna ao lado equivale ao total da quantidade de revistas editadas por cada pessoa e não aos 50 números publicados da *RBP*AE, uma vez que alguns números da Revista apresentaram mais de um editor.

Tabela 1: Editores da *RBP*AE (1983-2009)

Editor	Volume e Número	Quantidade de Revistas Editadas	Porcentagem
Álvaro Chrispino	vol. 20 n. 1 ao vol. 21 n. 1/2	3	4%
Candido Alberto da Costa Gomes	vol. 20 n. 1 ao vol. 21 n. 1/2	3	4%
Janete Maria Lins de Azevedo	vol. 25 n. 2	1	1%
João Ferreira de Oliveira	vol. 25 n. 2	1	1%
Jorge Ferreira da Silva	vol. 12 n. 2 ao vol. 14 n. 1	4	5%
Lauro Carlos Wittmann	vol. 8 n. 1 ao vol. 11 n. 2	8	10%
Magali de Castro	vol. 23 n. 2	1	1%
Maria Beatriz Moreira Luce	vol. 1 n. 1 ao vol. 6 n. 1; vol. 14 n. 2 ao vol. 17 n. 2; vol. 22 n. 1 ao vol. 25 n. 3	29	36%
Maria Clélia Botelho	vol. 7 n. 1 e 2	1	1%
Nalú Farenzena	vol. 22 n. 1; vol. 24 n. 1 ao vol. 25 n. 3	7	9%
Regina Vinhaes Gracindo	vol. 12 n. 1	1	1%
Rinalva Cassiano Silva	vol. 14 n. 2 ao vol. 19 n. 2	11	14%
Roberto Aparecido Algarte	vol. 8 n. 1 ao vol. 11 n. 2	8	10%
Vani Moreira Kenski	vol. 15 n. 1 e vol. 15 n. 2	2	3%
Total	-	80	100%

Fonte: Dados organizados pela autora

De acordo com os dados dispostos na Tabela 1, percebemos que destas pessoas, quem permaneceu por mais tempo no cargo foi Maria Beatriz Moreira Luce, responsável pela editoração de 36% dos números. Em seguida, destacamos o nome de Rinalva Cassiano Silva que atuou como editora em 14% das Revistas.

Os artigos iniciais de cada número, aqui denominados “editoriais”, receberam quatro títulos diferentes: *Apresentação*, título presente em 2% dos números analisados; *Abertura de Eventos*, título presente em outros 2% dos periódicos; *Carta ao Leitor*, abrangendo 6% dos títulos; *Editorial*, denominação presente em 90% dos artigos iniciais da Revista. As distintas denominações dadas a estes “editoriais” estiveram vinculadas com algum evento da Revista, como no caso de: *Apresentação* feita por Benno Sander⁴⁵, na época presidente da ANPAE e do Conselho Editorial, em comemoração à fundação da Revista com o vol. 1, n. 1 (SANDER, 1983); *Abertura de Eventos* feita por Maria Clélia Botelho⁴⁶ editora da Revista no vol. 7 n. 1/2, na qual se publicou todos os trabalhos inscritos no XIII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação realizado em 1986 (BOTELHO, 1991); *Carta ao Leitor* referente aos números do vol. 13 e vol. 14 n. 1, período em que Jorge Ferreira da Silva⁴⁷ esteve no cargo de editor e que a Revista passou por mudanças editoriais das quais descreveu que “o mais importante, porém, é o novo esquema editorial, com a substituição do antigo Editorial por esta ‘Carta ao Leitor’” (SILVA, 1997a, p. 5). Apesar de esta última ser considerada, por Jorge Ferreira da Silva, como uma mudança importante naquele momento, percebemos que se tratava de uma opção pessoal deste editor, pois o título *Editorial* retornou no vol. 14 n. 2, com a substituição de Jorge Ferreira da Silva do cargo de editoração por Maria Beatriz Moreira Luce⁴⁸.

Dos 50 “editoriais” publicados, a maioria, ou seja, 40% foram assinados como sendo de autoria ou coautoria de Maria Beatriz Moreira Luce. Fato justificado pela sua duradoura presença no cargo de editoração. É importante salientar que outros 18% dos números da Revista no qual Maria Beatriz Moreira Luce esteve presente no cargo de

⁴⁵ Benno Sander foi professor titular da Universidade de Brasília e da Universidade Federal Fluminense. Durante 30 anos foi consultor e dirigente da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ANPAE foi eleito presidente em 1976 e reeleito em 1978, 1980 e 1982. Em 2006 foi novamente reeleito presidente da associação para o biênio 2006-2008, no qual foi novamente eleito, ficando neste cargo até o ano de 2010. Informações obtidas no sítio <<http://www.anpae.org.br/website/sobre-a-anpae/nossos-presidentes>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁴⁶ Maria Clélia Botelho foi professora e pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou na ANPAE na década de 1970 e foi eleita presidenta da associação em 1989. Também foi editora da Revista Brasileira de Administração da Educação. Informações obtidas no sítio <<http://www.anpae.org.br/website/sobre-a-anpae/nossos-presidentes>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁴⁷ Jorge Ferreira da Silva é professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi editor da Revista Brasileira de Política e Administração da educação nos v. 12 n. 2; v. 13 n. 1; v. 13 n. 2. Informações obtidas no sítio: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796054H8>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁴⁸ Maria Beatriz Moreira Luce é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em 2008 assumiu o cargo de reitora *pro tempore* da Universidade Federal do Pampa. Ingressou na ANPAE em 1970 e acompanhou Benno Sander como vice-presidente no período de 1980 a 1984. Foi presidente da ANPAE em 1984 e reeleita em 1986. Também foi co-fundadora e primeiro editor da Revista Brasileira de Administração da Educação. Informações obtidas no sítio <<http://www.anpae.org.br/website/sobre-a-anpae/nossos-presidentes>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

editoração, 12% dos editoriais foram assinados com o termo “Editor” e outros 6% não constavam com nenhuma assinatura.

Quanto ao Conselho Editorial da Revista verificamos que durante a primeira fase deste periódico, *RBAE* (1983-1995), até o primeiro número da segunda fase (vol. 12 n. 1), foi informado que este cargo era ocupado pelos membros do Conselho Deliberativo da *ANPAE*, com exceção dos vol. 9 n. 1 ao vol. 11 n. 2, nos quais não apresentaram informações a respeito do Conselho Editorial⁴⁹. A partir do vol. 12 n. 2 até o vol. 25 n. 3, final do período analisado, encontramos um rol de 44 nomes de ocupantes deste cargo, distribuídos irregularmente. Destes nomes, os mais citados como membros do Conselho Editorial foram Regina Vinhaes Gracindo e Walter Esteves Garcia, ambos os nomes foram apontados em 59% dos números (vol. 12 n. 2 ao vol. 25 n. 3). Por estes dados verificamos em 1996 a inauguração de uma nova fase da Revista, refletida não apenas na alteração de sua denominação de *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)* para *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, mas também na reorganização das informações contidas neste periódico por meio da preocupação em explicitar o nome das pessoas envolvidas no processo de publicação.

Esta inquietação na reorganização da Revista não adveio apenas de uma preocupação intrínseca dos responsáveis pela editoração da *RBP AE*, mas também do contexto histórico, pois é na década de 1990 que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq⁵⁰ lança a *Plataforma Lattes* e também disponibiliza na *internet* o Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil. Fato que impulsionou, principalmente, o processo de divulgação de trabalhos e projetos de pesquisas que os docentes estavam envolvidos.

Se na editoração da *RBP AE* o nome que predomina é de Maria Beatriz Moreira Luce, no cargo de presidente da *ANPAE* quem se destaca é Benno Sander, que ocupou este cargo em 28% dos números analisados. Rinalva Cassiano Silva aparece como presidenta da Associação em 22% das Revistas editadas. Maria Beatriz Moreira Luce também ocupou este cargo em 16% dos números investigados.

⁴⁹ Nota-se a utilização destes números como Anais de Eventos.

⁵⁰ O CNPq foi criado em 1950 sob a denominação de Conselho Nacional de Pesquisa como uma autarquia vinculada à Presidência da República. Na década de 1970 o CNPq teve seu nome alterado para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Podemos definir o CNPq como uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia voltada ao fomento à pesquisa científica e tecnológica e à formação de pesquisadores no Brasil. Informações obtidas no sitio: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acesso em 8 jul 2011.

Os membros do Conselho Deliberativo da *ANPAE* tiveram seus nomes mencionados na *RBPAE* apenas nos 11 primeiros números publicados (vol. 1 n. 1 ao vol. 6 n. 1). Dos 27 nomes mencionados, os que estiveram presentes em todos os 11 números referidos foram: Benno Sander, Maria Beatriz Moreira Luce e Maria Luiza Barbosa Chaves.

Considerando estas informações, percebemos que no período investigado (1983-2009) dois professores se destacaram por atuarem durante um longo período tanto na *ANPAE* quanto na *RBPAE*: Benno Sander e Maria Beatriz Moreira Luce. Estes professores estiveram presentes de forma ativa em grande parte da história da *ANPAE* e da *RBPAE* entre 1983 e 2009.

A segunda planilha⁵¹ foi construída a partir dos dados contidos no sumário das Revistas (autor, título do artigo), do *Currículo Lattes*⁵² dos autores (área de pesquisa, titulação, programa de pós-graduação vinculado; grupo de pesquisa, linha de pesquisa, instituição na qual atuava), e, ainda com base na primeira planilha (vínculo do autor com a *ANPAE* e/ou *RBPAE*). As informações coletadas foram referentes ao ano em que o autor publicou o artigo. A confiabilidade dos dados ficou restrita às informações dispostas nas Revistas analisadas e no *Currículo Lattes* dos autores, sendo ambos os espaços dependentes da inserção de informações e atualizações de dados realizados pelos editores das Revistas e autores dos artigos, respectivamente.

Observando a segunda planilha verificamos que de 1983 a 2009 foram publicados 440 artigos. Convém ressaltar que delimitamos a compreensão do termo *artigo* para todos os tipos de estudos presentes na Revista (estudos teóricos, estudos sobre a prática, resenhas, textos legais e documentos), com exceção dos “editoriais”. Além disso, é importante salientar que o vol. 12 n. 2 e o vol. 19 n. 1 trouxeram, juntos, um total de 18 artigos que já haviam sido publicados em edições anteriores. Considerando que esse número corresponde a apenas 4% do total de artigos publicados, optamos por não desconsiderar a segunda publicação na análise geral, uma vez que foram englobados em números diferentes. A distinção entre artigos inéditos e artigos já publicados ocorreu apenas na compilação dos dados referentes aos descritores analisados a partir da Tabela 9.

⁵¹ Ver Apêndice B.

⁵² Para obtenção dos dados referentes ao *Currículo Lattes* dos autores, consultamos o site <http://lattes.cnpq.br/> que possui um banco de dados referente aos currículos dos autores. As informações dispostas neste banco de dados são inseridas pelos próprios autores, ficando sob a responsabilidade destes a veracidade das informações.

Outra observação importante é sobre os autores dos artigos. Como alguns artigos foram assinados por mais de uma pessoa o número total de autores que publicaram na Revista foi de 377. Na Tabela 2 apresentamos a quantidade total de artigos que cada autor chegou a publicar.

Tabela 2: Número de artigos x Quantidade de autores (1983-2009)

Número de artigos publicados	Autores	Porcentagem
14	1	0,2%
10	2	0,5%
7	1	0,2%
6	1	0,2%
5	5	1,4%
4	5	1,4%
3	20	5,3%
2	52	13,8%
1	290	77%
Total	377	100%

Fonte: Dados organizados pela autora

Por esta tabela, verificamos a predominância de autores que publicaram apenas 1 artigo na *RBPAE*. Esse dado nos indica que a Revista agregou uma diversidade considerável de autores, havendo apenas 23% de autores que publicaram mais de um artigo. Assim, notamos que a Revista tende a aceitar estudos de “novos” pesquisadores e não apenas de autores que já haviam obtido certo espaço junto à *RBPAE* devido a uma primeira publicação neste periódico.

A partir destes dados iniciamos a construção da Tabela 3 referente aos principais autores da Revista. Primeiramente selecionamos os autores que possuíam algum vínculo⁵³ com a *ANPAE* e/ou com a *RBPAE*. Em seguida, explicitamos a quantidade total de artigos publicados por estes autores e a quantidade de artigos sobre administração da educação e gestão. Nesta mesma tabela também elencamos o nome dos autores que publicaram 4 ou mais artigos na Revista, uma vez que todos estes autores (com exceção de Maria Lúcia de Abrantes Fortuna e Silke Weber) possuíam vínculo(s) com a *ANPAE* e/ou *RBPAE*.

⁵³ Por vínculo compreendemos o cargo e/ou função que o autor atuou na *ANPAE* (presidente, vice-presidente, vice-presidente regional, diretor executivo, conselho deliberativo, diretor de seção regional, diretor de seção estadual, conselho fiscal, diretor de cooperação internacional ou diretor de pesquisa) e/ou na *RBPAE* (editor, coeditor, consultor editorial, comissão editorial, parecerista *Ad Hoc* ou conselho editorial).

Tabela 3: Autor x Artigo (1983-2009)

Autor	Vínculo com ANPAE ou RBPAE		Total de artigos	Artigos sobre gestão e administração da educação
	Total de artigos	Artigos sobre gestão e administração da educação		
Altair Macedo Lahud	1	-	1	-
Álvaro Chrispino	1	-	1	-
Ângela Maria Martins	1	1	3	2
Benno Sander	10	4	14	5
Candido Alberto da Costa Gomes	1	-	4	-
Carlos Roberto Jamil Cury	4	2	10	5
Clóvis Luis Machado da Silva	2	-	2	-
Dalila Andrade Oliveira	1	-	1	-
Doralice Marques de Araujo Cerqueira	1	1	1	1
Ediruald de Mello	3	-	5	-
Fátima Cunha Ferreira Pinto	3	-	3	-
Flavia Obino Correa Werle	3	1	6	2
Genuino Bordignon	2	1	3	1
Janete Maria Lins de Azevedo	1	1	2	1
João Ferreira de Oliveira	1	1	5	1
João Gualberto de Carvalho Menezes	2	-	4	-
José Anchieta Esmeraldo Barreto	1	-	2	-
José Leão Marinho Falcão Filho	1	-	2	1
Kátia Siqueira De Freitas	1	1	3	2
Lauro Carlos Wittmann	1	-	5	3
Lourdes Marcelino Machado	3	1	4	1
Luiz Fernandes Dourado	1	-	2	-
Magali de Castro	6	-	10	1
Maria Beatriz Moreira Luce	1	-	1	-
Maria Estela Dal Pai Franco	1	-	3	1
Maria Lúcia de Abrantes Fortuna	-	-	4	2
Maria Teresa Dutra Maranhão	1	1	1	1
Marília Fonseca	1	1	1	1
Marlou Zanella Pellegrini	2	-	2	-
Marta Luz Sisson de Castro	1	1	1	1
Miguel Henrique Russo	1	1	1	1
Moacir Gadotti	1	-	3	-
Nalú Farenzena	3	-	3	-
Regina Vinhaes Gracindo	1	-	3	1
Robert Henriques Girling	1	1	1	1
Roberto Aparecido Algarte	1	-	2	-
Silke Weber	-	-	4	-
Sílvia Maria Leite de Almeida	1	-	1	-
Sofia Lerche Vieira	1	1	5	1
Vicente de Paulo Carvalho Madeira	5	2	5	2
Vitor Henrique Paro	1	-	7	4
Total	74	22	141	42

Fonte: Dados organizados pela autora

Analisando os dados dispostos na Tabela 3 chegamos às seguintes informações:

- a) do total de artigos publicados, 14 (10%) foram escritos por Benno Sander, autor com maior número de publicações, seguido por Carlos Roberto Jamil Cury e Magali de Castro, autores de 10 (7%) artigos cada um;
- b) dos 141 artigos selecionados, 42 (30%) foram caracterizados como sendo de “administração da educação” e “gestão” por apresentarem em seus títulos um destes termos. Benno Sander e Carlos Roberto Jamil Cury, autores com maior número de publicações, escreveram, cada um, 5 (12%) artigos desta categoria. Em seguida, com 4 (10%) artigos, destaca-se Vitor Henrique Paro. Além disso, verificamos que dos 41 autores elencados, apenas 17 (41%) não publicaram artigos que apresentavam em seu título os termos “administração da educação” e “gestão”;
- c) dos 41 autores apresentados, a grande maioria, ou seja, 39 (95%) tiveram seus artigos publicados enquanto possuíam algum vínculo com a *ANPAE* e/ou *RBPAE*. Destes, Benno Sander, novamente, foi o autor com maior número de artigos publicados, 10 (26%), seguido por Magali de Castro com 6 (15%) artigos e por Vicente de Paulo Carvalho Madeira com 5 (13%) estudos;
- d) dos 41 autores apresentados, apenas 17 (41%) escreveram artigos categorizados como sendo de “administração da educação” e “gestão”, enquanto possuíam vínculo com a *ANPAE* e/ou *RBPAE*. Do total de artigos dispostos nesta categoria, 4 (24%) foram escritos por Benno Sander, autor com maior número de artigos, seguido por Carlos Roberto Jamil Cury e Vicente de Paulo Carvalho Madeira, autores de 2 (12%) artigos cada um.

Relacionando as informações disposta na Tabela 3 com as da Tabela 2 verificamos que dos 377 autores que publicaram na Revista ao longo do período analisado (1983-2009), apenas 74 (20%) estavam vinculados à *ANPAE* e/ou *RBPAE* no momento em que publicaram seus artigos. Observando esta amostra, percebemos que a grande maioria dos autores dos artigos analisados não possuía relação direta com o periódico e/ou sua mantenedora, o que indica a tendência da Revista em agregar autores que não fazia parte de seu grupo de trabalho.

Outro dado importante que observamos em relação aos autores que publicaram seus artigos na *RBPAE* foi o título acadêmico e a área de atuação. Tais informações foram coletadas a partir do *Currículo Lattes* de cada autor. Como nem todos os autores possuíam um

currículo na *Plataforma Lattes*, recolhemos os dados de apenas 253 autores, correspondendo a 67% do total de autores que publicaram no periódico. Para a seleção das informações dispostas no *Currículo Lattes*, consideramos a titulação maior do autor referente ao ano em que teve seu texto publicado na Revista. A informação sobre a área de atuação foi coletada junto à titulação do autor. Por exemplo: se no ano em que o autor publicou o artigo ele havia concluído o Doutorado em Educação, consideramos a área de atuação “Educação” e a titulação “Doutorado”. Caso ele ainda estivesse cursando o Doutorado, indicamos o autor com o título de “Doutorando”.

Considerando que analisamos apenas a titulação dos 253 autores selecionados, verificamos que houve “conflito” destes dados em relação à quantidade de títulos apresentados na Tabela 4. Este “conflito” de dados, mensurados em 142 títulos a mais do que a amostra de autores, ocorreu devido a alguns casos em que informamos mais de uma vez o título acadêmico e a área de atuação do autor que publicou mais de um artigo. Ao publicar o segundo artigo os dados sobre a titulação acadêmica e a área de atuação eram revistos, sendo que em alguns momentos repetimos os mesmos dados e em outros inserimos informações novas, dependendo da situação do autor na ocasião em que seu trabalho foi publicado⁵⁴. Na Tabela 4 elencamos os descritores referentes à titulação acadêmica dos 253 autores no momento em que seus artigos foram publicados.

⁵⁴ Para ilustrar consideremos o caso de Fernando Cláudio Prestes Motta, autor de 3 artigos. 1 artigo foi publicado no momento em que ele tinha o título de Doutor e os outros 2 artigos foi publicado quando ele já era Livre-Docente. Na tabela 4 computamos a titulação deste autor uma vez no descritor “Doutorado” e duas vezes no descritor “Livre-Docência”.

Tabela 4: Titulação Acadêmica do Autor (1983-2009)

Titulação Acadêmica do Autor	Quantidade de Autores	Porcentagem
Doutorado	204	39,3%
Doutorando	34	6,5%
Especialização	4	0,8%
Graduação	4	0,8%
Graduando	3	0,6%
Livre-Docência	31	6,0%
Mestrado	50	9,6%
Mestrando	8	1,5%
Pós-Doutorando	1	0,2%
Pós-Doutorado	56	10,8%
Não informado	124	23,9%
Total	519	100%

Fonte: Dados organizados pela autora

Pelos dados dispostos na Tabela 4 verificamos a maior incidência de autores com título de Doutorado (39,3%), seguido de autores com pós-doutorado (10,8%), e de mestres (9,6%). Outro dado interessante é a publicação de artigos de autores que estavam cursando e que já haviam terminado a graduação, que juntos corresponderam 1,4%. Embora esse dado seja pequeno, se comparado com a incidência de autores com títulos de doutorado, é bastante elucidativo, pois demonstra uma tendência da Revista em publicar pesquisas de graduandos e graduados em menor número do que as pesquisas dos pós-graduandos. Por este fato verificamos o alcance da Revista a determinado público acadêmico que tende a ser de pós-graduação, uma vez que são os leitores deste periódico os principais autores dos artigos.

As informações sobre a área de atuação dos autores foram dispostas na Tabela 5. No total foram elencadas 27 áreas de atuação dos autores no momento em que publicaram seus artigos. A quantidade de autores distribuídos entre estas 27 áreas mostrou-se inferior ao total de titulação acadêmica disposta na Tabela 4 devido à falta de informação presentes no *Currículo Lattes* do autor, ou seja, 13 autores informaram apenas o título acadêmico que possuía, sem informar a área referente a este título. Além disso, destacamos que, assim como procedemos na elaboração da Tabela 4, no caso dos autores que tiveram mais de um artigo publicado computamos mais de uma vez a área de atuação deste autor. Ora o dado sobre a área deste autor foi alterado ora permaneceu o mesmo de acordo com as informações dispostas no *Currículo Lattes* destes autores, referentes ao momento em que o artigo foi publicado.

Tabela 5: Área de atuação do autor (1983-2009)

Área do Autor	Quantidade de autores	Porcentagem
Administração	9	1,7%
Administração de Empresas	5	1,0%
Administração Educacional	1	0,2%
Ciência da Informação	1	0,2%
Ciência Política	2	0,3%
Ciências Sociais	10	1,9%
Comunicação Social	1	0,2%
Direito	2	0,3%
Economia	6	1,6%
Educação	300	58,3%
Educação Especial	1	0,2%
Engenharia	2	0,3%
Estatística	3	0,5%
Filosofia	4	0,7%
Física	2	0,3%
Genética	1	0,2%
Geografia	1	0,2%
Gestão Educacional	2	0,3%
História	1	0,2%
Letras	2	0,3%
Matemática	1	0,2%
Metodologia de Ensino	1	0,2%
Pedagogia	3	0,5%
Psicologia	6	1,6%
Química	1	0,2%
Sociologia	13	2,5%
Teologia	1	0,2%
Não Informado	132	25,7%
Total	514	100%

Fonte: Dados organizados pela autora

Observando os dados da Tabela 5, verificamos que 58,3% dos autores pertenciam à área da Educação no momento em que tiveram seus artigos publicados. Este dado tem sua justificativa no público alvo que a Revista procura atingir ao realizar “atividades de socialização do conhecimento e de intervenção especializada no campo da política e da

gestão da educação” (FARENZENA; LUCE, 2009, p. 393), o que nos indica que esse público é formado por docentes, estudantes e pesquisadores da grande área da educação.

Apesar da forte presença de profissionais da área da Educação, a Revista não ficou restrita à área destes profissionais, pois autores de outras áreas do conhecimento também publicaram seus estudos na *RBPAAE*. Esse é o caso dos autores da área de Sociologia (2,5%) e das Ciências Sociais (1,9%). Outro dado interessante que a Tabela 5 nos revela é a presença de autores da área de estudos das Ciências Exatas (Engenharia, Estatística, Física, Matemática, Química) e das Ciências Biológicas (Genética), que juntos correspondem a 1,7%.

A *Plataforma Lattes* também nos forneceu dados sobre os vínculos profissionais do autor. Compilamos as informações profissionais de 255 autores. Na coleta de dados deixamos de fora as informações disponíveis no *Currículo Lattes* referentes ao vínculo institucional com a *ANPAE* e/ou *RBPAAE*, uma vez que poucos autores descreveram em seu currículo tal vínculo e, também, pelo fato de optarmos em considerar apenas os dados sobre a *ANPAE* e a *RBPAAE* descritos na Revista, a qual forneceu o nome da equipe de trabalho em cada número publicado. Esta opção pautou-se na possibilidade de obter maior precisão dos dados, uma vez que encontramos divergências em relação às referidas informações dispostas na Revista e no currículo dos autores.

Ao todo foram elencadas 282 instituições diferentes em que os autores estavam vinculados no momento em que tiveram a publicação de seu artigo. Alguns autores apresentaram vínculo com mais de uma instituição, sendo que oito (8) foi o número máximo apurado de vínculos institucionais por autor. Por exemplo, determinado autor descreveu em seu *Currículo Lattes* que, no período em que publicou o seu artigo, possuía vínculo com uma universidade e também com uma agência de fomento de pesquisa. Assim, compreendemos que este autor indicou ter vínculo com duas instituições distintas.

É importante ressaltar que devido ao fato de alguns autores manterem vínculos com as mesmas instituições em diferentes momentos de publicação de seus artigos, algumas instituições foram elencadas mais de uma vez. Esse caso aplica-se aos autores que publicaram mais de um artigo na Revista. Assim, a quantidade de instituições citadas na Tabela 6 não diz respeito, necessariamente, à quantidade de autores diferentes que possuíam vínculo com estas instituições, mas sim, à quantidade de vezes que pesquisadores destas instituições publicaram seus trabalhos enquanto o vínculo permanecia.

Tabela 6: Vínculo Institucional (1983-2009)

Quantidade de citações	Número de Instituições	Porcentagem
28	1	0,4%
27	1	0,4%
23	1	0,4%
18	1	0,4%
17	3	1,0%
16	1	0,4%
15	3	1,0%
14	1	0,4%
12	1	0,4%
11	1	0,4%
10	2	0,7%
9	2	0,7%
8	6	2,1%
7	6	2,1%
6	1	0,4%
5	3	1,0%
4	13	4,6%
3	17	6,0%
2	42	14,8%
1	176	62,4%
Total	282	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Observando os dados dispostos na Tabela 6 verificamos que 62,4% das instituições elencadas estavam vinculadas a autores que publicaram apenas 1 artigo na Revista. Em contrapartida verificamos que o maior número de artigos (28) publicados, era de autores que tinham em comum o vínculo com uma determinada instituição, em outras palavras, apenas uma instituição teve o maior número de artigos publicados pelos autores que estavam a ela vinculados.

Para verificarmos quais foram as instituições mais citadas no *Currículo Lattes* dos autores da *RBPAE* (1983-2009) construímos a Tabela 7. Nesta tabela selecionamos apenas as instituições que tiveram 10 ou mais citações.

Tabela 7: Nome das Instituições mais citadas (1983-2009)

Nome da Instituição citada	Total de vezes em que foi citada
Universidade de São Paulo	28
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	27
Universidade Federal de Minas Gerais	23
Universidade de Brasília	18
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	17
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	17
Universidade Federal de Pernambuco	17
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	16
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	15
Universidade Federal da Bahia	15
Universidade Federal Fluminense	15
Organização dos Estados Americanos - OEA	14
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	12
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	11
Universidade Católica de Petrópolis	10
Universidade Federal de Goiás	10

Fonte: dados organizados pela autora

Pelos dados dispostos na Tabela 7 verificamos que dentre as instituições que tiveram 10 ou mais citações feitas pelos autores que publicaram na Revista, a Universidade de São Paulo foi mais vezes mencionada. Instituições de fomento de pesquisas também estiveram presentes nesta seleção, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além disso, verificamos que todas as 16 instituições supracitadas desenvolvem atividades educacionais. Outra observação importante é em relação à natureza destas instituições universitárias. Dentre as 12 universidades selecionadas, apenas 2 são instituições privadas: a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Universidade Católica de Petrópolis.

Outra informação importante que coletamos no *Currículo Lattes* foi referente ao Programa de Pós-Graduação (PPG) que o autor estava vinculado no momento em que seu texto foi publicado. Apenas 132 autores informaram possuir vínculo com algum PPG. Destes, 18 indicaram possuir vínculo com mais de um programa, sendo que o número máximo de vínculo que alguns autores chegaram a ter foi de quatro.

No total elencamos 102 PPG. Na tabela 8 destacamos o nome dos PPG que tiveram cinco ou mais citações feitas no *Currículo Lattes* dos autores que publicaram no periódico analisado.

Tabela 8: Nome dos Programas de Pós-Graduação mais citados (1983-2009)

Nome do Programa de Pós-Graduação	Número de vezes em que foi citado
PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	14
PPG em Educação - Universidade de São Paulo	12
PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	10
PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis	8
PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8
PPG em Administração Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	5
PPG em Educação - Universidade Federal da Bahia	5
PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás	5
PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco	5
PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo	5

Fonte: dados organizados pela autora

Observando os dados dispostos na Tabela 8 verificamos que dentre os 10 Programas de Pós-Graduação elencados, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais foi o programa que teve maior número de artigos publicados pelos autores que estavam a ela vinculados. Confrontando os dados dispostos na Tabela 8 com os da Tabela 7 verificamos que embora haja mais textos de autores vinculados às instituições públicas de ensino, os vínculos com os PPG não ficam restritos apenas a estas instituições. Há certo equilíbrio entre a quantidade de textos de autores vinculados aos PPG de instituições públicas e privadas de ensino. Por meio destes dados percebemos que em certos casos, mesmo que o autor estivesse vinculado a uma instituição pública de ensino, ele também possuía vínculo com instituições particulares por meio dos PPG.

Além disso, convém ressaltar que, de acordo com a Tabela 8, a maioria destes PPG é em Educação, com exceção do PPG da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que embora não seja em Educação, está diretamente relacionada a esta área por ser em Administração Escolar. Estes dados nos indicam a forte presença na Revista de textos de autores vinculados aos PPG da área da Educação.

Após a compreensão dos dados gerais referentes aos 440 artigos publicados e seus autores, partimos para a investigação dos estudos sobre administração da educação e gestão. Com o objetivo de realizar uma primeira classificação dos artigos, elaboramos descritores com respectivos códigos numéricos. Os descritores apresentados na Tabela 9 foram construídos a partir de expressões presentes no título dos artigos.

Tabela 9: Descritores dos artigos (1983-2009)

Código	Descritor	Número de Artigos	Porcentagem
01.01	Administração da Educação	32	7,2%
01.02	Administração Universitária	8	1,8%
01.03	Administração de Sistema de Ensino	2	0,5%
01.04	Administração Escolar	10	2,3%
01.05	Administrador da Educação	6	1,3%
01.06	Administração Participativa	2	0,5%
02.01	Gestão da Educação	34	7,7%
02.02	Gestão Escolar	10	2,3%
02.03	Gestão Inovadora	2	0,5%
02.04	Gestão Estratégica	1	0,2%
02.05	Gestão Democrática	9	2,0%
02.06	Gestão Integral	2	0,5%
02.07	Gestão Participativa	3	0,7%
03.01	Política Educacional	48	10,9%
04.01	Financiamento, planejamento e reforma da educação	47	10,7%
05.01	Documentos	11	2,5%
06.01	Resenhas	17	3,9%
07.01	Instituição Escolar	22	5,0%
08.01	Cultura Organizacional	23	5,2%
09.01	Educação Superior	43	9,8%
10.01	Estado e Educação	31	7,0%
11.01	Trabalho e Educação	4	0,9%
12.01	Supervisão Escolar	4	0,9%
13.01	Direito e Educação	21	4,8%
14.01	A educação em países estrangeiros	19	4,3%
15.01	Orientação Educacional	1	0,2%
16.01	ANPAE	14	3,2%
17.01	Artigo já publicado na Revista	14	3,2%
Total		440	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Na Tabela 9 elencamos os descritores que utilizamos para a classificação de cada artigo. Por esta classificação, conseguimos separar os artigos que já haviam sido publicados em números anteriores desta Revista (3,2%) dos inéditos. Além disso, separamos os artigos referentes aos estudos sobre a ANPAE (3,2%) como materiais importantes para nossa maior compreensão sobre a instituição mantenedora da Revista.

Destacamos que os artigos sobre administração e gestão foram subdivididos em descritores mais detalhados, afim de melhor visualizarmos a amostra de textos que seriam investigados. Para a leitura foram selecionados os artigos com os descritores “administração da educação” e “gestão”. A opção pelo descritor “administração da educação” pautou-se na

possibilidade de delimitação dos artigos referentes à administração, já que dos 440 artigos selecionados, 60 (13,6%) possuíam o termo “administração” em seu título e, apenas 32 (7,2%) possuíam o termo “administração da educação”.

Desta maneira, considerando que o foco da pesquisa pauta-se na construção do termo “administração da educação” e “gestão”, e ainda, devido à questão de tempo e de recursos materiais, optamos por selecionar apenas os artigos que fizeram referências em seus títulos a um dos dois termos supracitados, ou seja, “administração da educação” ou “gestão”. Esta primeira classificação limita-se apenas aos títulos dos artigos selecionados, por isso, mostrou-se necessária a leitura e análise dos referidos artigos para maior compreensão⁵⁵.

Na próxima seção abordaremos em específico os dados dos artigos referentes à “administração da educação”, “gestão” e “gerencialismo”.

4.2 Análise da *RBPAE*: administração da educação e gestão (1995-2004)

Nesta seção apresentamos alguns dados sobre os descritores “administração da educação” e “gestão”, para que pudéssemos ter uma visão geral tanto da amostra investigada quanto dos autores desses artigos selecionados. Inicialmente optamos por visualizarmos a distribuição destes descritores ao longo do período analisado (1983-2009). Para isso, elaboramos a Tabela 10.

⁵⁵ O procedimento de leitura e análise dos artigos foi realizada no capítulo 5 desta dissertação.

Tabela 10: Descritores x Ano (1983-2009)

ANO	Administração da educação	Gestão da educação	Gestão escolar	Gestão inovadora	Gestão estratégica	Gestão democrática	Gestão integral	Gestão participativa	Total
1983	4	-	-	-	-	-	-	-	4
1984	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1985	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1986	3	-	1	-	-	2	-	-	6
1987	-	1	-	-	-	-	2	-	3
1988	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1991	2	1	-	1	-	-	-	-	4
1992	-	1	1	-	-	-	-	-	2
1993	3	1	-	-	-	-	-	-	4
1994	2	1	-	-	-	-	-	-	3
1995	4	-	-	-	-	-	-	1	5
1996	3	-	-	-	-	-	-	-	3
1997	1	1	-	-	1	-	-	-	3
1998	1	3	-	-	-	3	-	-	7
1999	2	3	-	1	-	-	-	-	6
2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	-	1	3	-	-	-	-	-	4
2002	-	4	-	-	-	-	-	-	4
2003	1	1	-	-	-	-	-	-	2
2004	-	2	-	-	-	2	-	-	4
2005	-	1	-	-	-	-	-	1	2
2006	-	-	2	-	-	-	-	1	3
2007	-	5	1	-	-	-	-	-	6
2008	2	4	1	-	-	1	-	-	8
2009	1	4	1	-	-	1	-	-	7
Total	32	34	10	2	1	9	2	3	93

Fonte: dados organizados pela autora

Com estes dados observamos que:

- a) nos três primeiros anos da Revista (1983-1985) publicaram-se apenas trabalhos sobre administração da educação. O termo gestão ainda não havia sido tratado nos títulos dos artigos e, só apareceu em meados da década de 1980, mais precisamente em 1986;
- b) o termo “administração da educação” esteve fortemente presente durante as décadas de 1980 e 1990, período em que se publicou 90,6% dos artigos sobre este descritor. Entre os anos de 2004 e 2007 houve a estagnação de trabalhos sobre este termo. A publicação com este descritor somente foi retomada no final do período analisado, nos anos de 2008 e 2009.

- c) o descritor “gestão da educação” começou a aparecer em 1987. Mas, foi nos anos 2000 que mais foi mencionado, correspondendo a 64,7% dos artigos sobre este descritor;
- d) os descritores “gestão inovadora”, “gestão estratégica” e “gestão integral” estão concentrados entre os anos de 1987 e 1999. Nos anos 2000 não foram apresentados trabalhos com estes termos em seu título;
- e) considerando apenas os descritores “administração da educação” e “gestão da educação” observamos que enquanto a quantidade de artigos sobre este último descritor tende a aumentar, a quantidade de artigos do descritor “administração da educação” tende a diminuir em relação ao período analisado. Assim, percebemos que enquanto a “administração da educação” perde presença nos artigos publicados, a “gestão da educação” ganha cada vez mais espaço.

A partir destes dados restringimos o período de análise dos artigos, que de 1983-2009 passou a ser de 1995-2004. A opção pela redução do período de análise adveio da observação disposta no item “e”, na qual explicita o movimento que os descritores “administração da educação” e “gestão da educação” realizam na Revista. Conforme vimos neste item (e), enquanto a quantidade de artigos com o descritor “administração da educação” tende a diminuir, a quantidade de estudos com o descritor “gestão da educação” tende a aumentar, sendo o final da década de 1990 o período significativo de intersecção destes descritores.

Restringindo o período de análise (1995-2004), reduzimos, também, a quantidade de artigos analisados, conforme os dados dispostos na Tabela 11.

Tabela 11: Descritores: administração da educação e gestão (1995-2004)

Código	Descritor	Número de Artigos	Porcentagem
01.01	Administração da Educação	12	31,6%
02.01	Gestão da Educação	15	39,5%
02.02	Gestão Escolar	3	7,9%
02.03	Gestão Inovadora	1	2,6%
02.04	Gestão Estratégica	1	2,6%
02.05	Gestão Democrática	5	13,2%
02.06	Gestão Integral	-	-
02.07	Gestão Participativa	1	2,6%
Total		38	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Por meio da Tabela 11 verificamos que o total de artigos referentes aos descritores que investigamos no período de 1995-2004 corresponde a 38 (trinta e oito). Esse valor equivale a 8,6% do total de artigos publicados pela *RBPAE* entre 1983 a 2009, conforme dados dispostos na Tabela 9.

Outro dado interessante que a Tabela 11 nos oferece é a proximidade de percentual entre os descritores “Administração da Educação” (31,6%) e “Gestão da Educação” (39,5%). Com exceção do descritor “Gestão Integral” que não possui artigos publicados no período analisado, a menor percentagem corresponde aos descritores “Gestão Inovadora” (2,6%), “Gestão Estratégica” (2,6%) e Gestão Participativa (2,6%) - termos usuais na concepção gerencialista⁵⁶. Embora haja a necessidade de leitura dos referidos artigos para uma análise mais profunda, verificamos, em um primeiro momento, a maior tendência de estudos com termos usuais na gestão democrática (13,2%) em detrimento de trabalhos com termos recorrentes no gerencialismo como gestão estratégica e gestão inovadora, que juntos correspondem a 5,2%. Essa tendência limita-se apenas à análise de alguns dos descritores supracitados que possuem termos mais específicos, necessitando a leitura dos artigos destes e dos demais descritores para verificarmos se essa tendência permanece ou não.

No período analisado (1995-2004) 46 pessoas, entre autores e coautores, publicaram seus artigos com os descritores supracitados. Para a análise destes autores/coautores, primeiramente, buscamos apreender a quantidade de pessoas que publicaram seus artigos em cada descritor.

Tabela 12: Descritores x Número de autores (1995-2004)

Descritores	Autores	Porcentagem
Administração da Educação	13	28,3%
Gestão da Educação	21	45,6%
Gestão Escolar	3	6,5%
Gestão Inovadora	1	2,2%
Gestão Estratégica	1	2,2%
Gestão Democrática	6	13%
Gestão Integral	-	-
Gestão Participativa	1	2,2%
Total	46	100%

Fonte: dados organizados pela autora

⁵⁶ Convém ressaltar que o termo Gestão Participativa é usado tanto na concepção gerencialista quanto na gestão democrática, uma vez que a participação é um dos pressupostos fundamentais em ambas as concepções. O que diferenciará é a finalidade dada a este pressuposto. Enquanto na gestão democrática a participação tende à busca da partilha de poder de decisão, no gerencialismo a participação refere-se, principalmente, à contribuição da comunidade para o auxílio e suprimento de manutenção das unidades escolares.

De acordo com a Tabela 12, percebemos que os descritores com maior número de autores/coautores foram “Gestão da Educação” (45,6%), “Administração da Educação” (28,3%) e “Gestão Democrática” (13%). A hipótese para esta concentração pauta-se no fato de que estes termos são mais amplos se comparado, por exemplo, aos termos “Gestão Inovadora” (2,2%) e “Gestão Estratégica” (2,2%).

Na Tabela 13 elencamos a titulação acadêmica dos 46 autores, referente ao momento em que publicaram seus artigos. Os dados foram recolhidos a partir do cruzamento das informações contidas na Tabela 4 com os dados da Tabela 11. Selecionamos os títulos acadêmicos apenas dos autores que publicaram os seus artigos com os descritores investigados.

Tabela 13: Titulação acadêmica dos autores (1995-2004)

Titulação do Autor	Total	Porcentagem
Doutorado	16	34,8%
Doutorando	6	13,1%
Especialização	2	4,3%
Graduando	1	2,2%
Livre-Docência	2	4,3%
Mestrado	4	8,7%
Mestrando	1	2,2%
Pós-Doutorado	7	15,2%
Não Informado	7	15,2%
Total	46	100%

Fonte: dados organizados pela autora

A titulação acadêmica com maior incidência apresentada nesta tabela é o Doutorado (34,8%). Novamente os autores com pós-graduação (82,6%) foram os que mais publicaram na Revista, uma vez que os artigos com os referidos descritores dos autores graduandos corresponderam a apenas 2,2%.

Na Tabela 14 estão dispostas as informações sobre a área de atuação destes autores.

Tabela 14: Área dos autores (1995-2004)

Área do Autor	Total	Porcentagem
Administração	1	2,2%
Ciências Sociais	2	4,3%
Educação	32	69,5%
Educação Especial	1	2,2%
Filosofia	1	2,2%
Gestão Educacional	1	2,2%
Pedagogia	1	2,2%
Não Informado	7	15,2%
Total	46	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Pelos dados dispostos na Tabela 14 verificamos que a área de maior incidência é a Educação, com 69,5% de autores, seguida pelas Ciências Sociais com 4,3%. Comparando os dados contidos nesta tabela com as informações dispostas na Tabela 5, verificamos que os autores dos artigos selecionados pelos descritores “administração da educação” e gestão não são da área das Ciências Exatas e das Ciências Biológicas. Este dado nos indica que os pesquisadores que escreveram seus artigos sobre o referido tema, no período analisado, possuíam formação em Ciências Humanas.

Em relação às instituições que estes autores estavam vinculados no momento em que publicaram seus textos, elencamos 62 instituições diferentes. Os dados referentes à estas instituições encontram-se na Tabela 15. Ressaltamos ainda que alguns autores possuíam vínculos com mais de uma instituição no momento em que publicaram seus artigos. Além disso, ressaltamos que algumas instituições estavam vinculadas à mais de um autor, cujos trabalhos foram selecionados. Ambos os fatos permitiram que algumas instituições fossem citadas mais de uma vez.

Tabela 15: Instituição x autor (1995-2004)

Quantidade de citações	Número de Instituições	Porcentagem
5	1	1,6%
3	2	3,2%
2	7	11,3%
1	52	83,9%
Total	62	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Pela Tabela 15 verificamos que apenas 1 (1,6%) instituição teve maior número de citações pelos autores que a ela estavam vinculados. Em contrapartida, 52 (83,9%) instituições marcaram presença com apenas 1 citação. Se por um lado, verificamos que a Revista tende a receber artigos de autores de distintas instituições, por outro lado, poucas

foram as instituições (16,1%) que contaram com mais de uma citação no currículo dos autores referente ao momento em que publicaram seus artigos.

Na Tabela 16 apresentamos as instituições que tiveram mais de uma citação.

Tabela 16: Vínculo do autor (1995-2004)

Instituição	Total
Universidade Federal da Bahia	5
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3
Universidade Estácio de Sá	3
Ministério da Educação	3
Secretaria de Educação Esporte e Lazer do Recife	2
Secretaria de Educação de Pernambuco	2
Universidade Católica de Petrópolis	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Total	26

Fonte: dados organizados pela autora

De acordo com os dados desta tabela verificamos que a Universidade Federal da Bahia foi a instituição que teve maior número de artigos publicados pelos autores a ela vinculada. Embora a diferença entre as referidas instituições quanto à quantidade de artigos publicados seja pequena, a sua elucidação faz-se importante para verificarmos que, apesar de contarmos com a presença de instituições educacionais tanto públicas quanto privadas, encontramos certa tendência da Revista em publicar mais artigos de autores vinculados às instituições públicas, como as universidades e secretarias educacionais.

A partir dos dados referentes às instituições verificamos, também, os Programas de Pós-Graduação que os autores estavam vinculados no momento em que tiveram seus artigos publicados. No total foram elencados 18 programas. Na Tabela 17 descrevemos apenas os programas que foram citados 2 ou mais vezes. Ressaltamos ainda, que alguns autores possuíam vínculo com mais de um programa, o que permitiu que tais programas fossem citados mais de uma vez. Além disso, o fato de alguns autores publicarem mais de um artigo também permitiu que alguns programas fossem citados mais de uma vez, salvo quando não havia mais vínculo destes autores com os programas no momento em o artigo foi publicado.

Tabela 17: Programa de Pós-Graduação x Autor (1995-2004)

Programa de Pós-Graduação	Total	Porcentagem
PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3	33,4%
PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis	2	22,2%
PPG em Educação - Universidade Estácio de Sá	2	22,2%
PPG em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba	2	22,2%
Total	9	100%

Fonte: dados organizados pela autora

Dos programas elencados, verificamos que todos são Programas de Pós-Graduação em Educação. Esse fato é justificado se considerarmos os dados dispostos na Tabela 14, na qual indica que 69,5% dos autores dos artigos selecionados atuavam na área de Educação. Confrontando as informações desta tabela com os dados dispostos na Tabela 16, verificamos que embora as instituições que mais tiveram artigos publicados na *RBPAE* (1995-2004) pelos autores a elas vinculados sejam públicas, os PPG que tiveram mais de duas citações eram todos de instituições particulares de ensino. Este dado nos indica a diversidade de instituições presentes na Revista, que envolvem tanto instituições públicas quanto particulares.

4.3 Discussão dos dados

A partir da análise das informações dispostas nos 50 números da *RBPAE* publicados entre 1983 a 2009, concluímos que ao longo destes 25 anos de publicação, a Revista apresentou avanços e retrocessos. Dentre os avanços, destacamos o aumento na quantidade de publicação de números, que de semestral passou para quadrimestral a partir de 2007. Quanto aos retrocessos, destacamos a questão dos atrasos na editoração em 10% dos números analisados.

Por meio das tabelas dispostas ao longo deste capítulo, verificamos também a forte presença de alguns nomes, como Benno Sander e Maria Beatriz Moreira Luce, que participaram ativamente tanto de cargos de direção na *RBPAE* e na *ANPAE* quanto publicando seus artigos na Revista.

Maria Beatriz Moreira Luce foi quem ficou mais tempo responsável pela editoração da Revista. Enquanto permaneceu neste cargo editou, no período de 1983-2009, 36% do periódico. Também deixou sua marca como presidenta da *ANPAE* tempo suficiente para acompanhar a publicação de 16% da Revista. Como membro do Conselho Deliberativo, seu nome esteve presente em todos os 11 números (vol.1 n.1 ao vol.6 n.1) que apresentaram a relação de ocupantes desta função.

Já Benno Sander, foi quem ficou mais tempo como presidente da *ANPAE*, podendo acompanhar a publicação de 28% das Revistas no período de 1983 a 2009. Assim como Maria Beatriz Moreira Luce, Benno Sander também esteve presente como membro do Conselho Deliberativo em todos os 11 números da Revista, que apresentaram a relação das pessoas que ocuparam esta função. Além disso, utilizou a Revista como um dos veículos de publicação de seus trabalhos, chegando a publicar 14 artigos. Quantidade que permitiu a ele ser o autor que mais publicou neste periódico. Destes 14 artigos, 10 foram publicados enquanto possuía vínculo com a *ANPAE* e/ou *RBPAAE*.

Na Tabela 2, verificamos que, na primeira análise (1983-2009) da *RBPAAE*, foram publicados 440 artigos. Considerando que alguns artigos foram publicados por mais de um autor, a Revista teve um total de 377 autores. Destes, verificamos que apenas 23% publicaram mais de um artigo no periódico analisado. Esse dado mostra a tendência da Revista em aceitar estudos de autores que ainda não possuíam espaço aberto por uma primeira publicação.

Relacionando os dados da Tabela 2 com os da Tabela 3, percebemos outra informação importante referente aos autores. Ao apresentar trabalhos de 89,6% de autores que não possuíam vínculo com a *ANPAE* e/ou *RBPAAE* no momento da publicação, a Revista demonstra que tende a agregar autores que não fazem parte de sua equipe de trabalho.

A Tabela 4 trouxe informações sobre a titulação acadêmica dos autores, sendo que a grande maioria (39,3%) possuía o Doutorado. Considerando os 74,7% de autores com pós-graduação, percebemos o maior alcance da Revista entre o público acadêmico de pós-graduação. Esta afirmação justifica-se no fato de que os autores também são os leitores deste periódico. Quanto à área de atuação, a Tabela 5 nos informa que 58,3% dos autores eram da Educação.

Sobre o vínculo institucional, averiguamos na Tabela 6 que 62,4% das instituições elencadas tiveram apenas 1 artigo publicado na Revista por autores a ela

vinculados. E apenas 1 instituição (0,4%) teve 28 artigos publicados por autores a ela vinculados.

Confrontando os dados dispostos na Tabela 7 com os da Tabela 8, verificamos que embora houvesse mais artigos de autores vinculados às instituições públicas de ensino, ocorreu certo equilíbrio em relação à quantidade de textos de autores vinculados aos Programas de Pós-Graduação de instituições públicas e privadas.

Na Tabela 9, trabalhamos em específico com os descritores que construímos a partir de termos presentes no título dos artigos. No total elencamos 28 descritores. Para a investigação, delimitamos os termos “administração da educação” com 32 artigos (7,2%), e os termos referentes à gestão (“gestão da educação”, “gestão escolar”, “gestão inovadora”, “gestão estratégica”, “gestão democrática”, “gestão integral”, “gestão participativa”) que juntos corresponderam a 61 artigos (13,9%). Totalizando os artigos delimitados, 93 correspondem diretamente à nossa investigação. Comparando o total de artigos publicados pela Revista no período de 1983-2009, os textos delimitados correspondem a apenas 21,1%.

A Tabela 10 nos permitiu realizarmos nossa última delimitação: a periódica. Considerando que 1995-2004 é o período significativo de intersecção dos descritores “administração da educação” e “gestão da educação”, uma vez que a quantidade de artigos com o descritor “administração da educação” tende a diminuir e a quantidade de textos com o descritor “gestão da educação” tende a aumentar, optamos por delimitarmos esse período em nossa investigação. É importante ressaltar que este movimento nos revela que estudos sobre “administração da educação” tendem a ceder espaços por estudos sobre “gestão da educação”.

A partir da Tabela 11 os dados apresentados corresponderam aos 20 números da *RBPAE* publicados ao longo dos 10 anos analisados (1995-2004). Os descritores analisados neste período foram: “administração da educação”, “gestão da educação”, “gestão escolar”, “gestão inovadora”, “gestão estratégica”, “gestão democrática” e “gestão participativa”. Dos descritores nomeados com o termo “gestão”, apenas o “gestão integral” não foi incluído na análise, por não possuir artigos publicados ao longo deste período. A partir destas delimitações passamos a analisar 38 artigos.

A Tabela 11 ainda nos apresenta dados que indicam a maior tendência da Revista em publicar mais artigos com o descritor “gestão democrática” (13,2%), se comparado com os descritores “gestão estratégica” e “gestão inovadora”, que juntos correspondem a 5,2%. Embora consideramos fundamental a leitura dos artigos para maior

aprofundamento analítico, percebemos, por meio destes descritores, que a Revista publicou poucos artigos que apresentaram descritores relacionados com a concepção gerencialista discutida no capítulo 1 desta dissertação.

Fato comprovado também por meio da Tabela 12, que demonstra a preferência dos 46 autores dos artigos selecionados. Os descritores mais utilizados por estes autores foram “gestão da educação” (45,6%) e “administração da educação” (28,3%).

Em relação à titulação acadêmica dos autores que tiveram seus textos selecionados, 82,6% possuíam pós-graduação, conforme dados dispostos na Tabela 13. Quanto à área acadêmica, verificamos na Tabela 14 que 69,5% dos autores eram da Educação. Por meio destes dados, percebemos que estes autores tendem a seguir a tendência de todos os demais autores da Revista que, conforme vimos na Tabela 4 e 5, a grande maioria possuía pós-graduação e era da área da Educação.

Sobre o vínculo institucional dos autores cujos artigos foram selecionados, elencamos 62 instituições. Destas, apenas 1 teve maior número (5) de publicação dos autores a ela vinculados. Em contrapartida, 52 tiveram apenas uma publicação. A Tabela 16 nos revela o nome das instituições que tiveram mais de um artigo publicado. Destas, percebemos que todas são instituições educacionais e a maioria são instituições públicas.

Buscamos saber também se os autores possuíam vínculo com algum Programa de Pós-Graduação. Pela *Plataforma Lattes*, conseguimos elencar 18 programas diferentes. A Tabela 17 aponta os programas que possuíam 2 ou mais autores vinculados. Destes, percebemos que todos são Programas de Pós-Graduação em Educação de instituições de ensino privadas.

A partir dos dados aqui apresentados, verificamos que ao longo do período analisado (1995-2004) a Revista serviu de veículo de propagação de estudos de autores da área da educação. Tais autores, em sua maioria, foram pós-graduados. Dos que tinham vínculo institucional, grande parte foi de instituições públicas educacionais. Dentre os descritores selecionados, os que estiveram mais presentes nos textos destes autores foram “gestão da educação” e “administração da educação”, sendo que o primeiro esteve mais presente nos últimos números da Revista e o segundo foi mais publicado nos primeiros anos da *RBPAE*.

Portanto, a partir destes dados pode-se dizer que a Revista é um *locus* importante para a discussão da administração da educação e gestão e, por isso, a Revista é um

local importante para compreendermos como estes termos foram utilizados pelos pesquisadores acadêmicos da área da educação que desenvolvem trabalhos sobre estes temas.

No próximo capítulo discorreremos sobre a análise dos 38 artigos selecionados com base na *Epistemologia Política*.

5. DISCUSSÃO DOS ARTIGOS

Neste capítulo analisamos os artigos que tratam da administração da educação, da gestão democrática e do gerencialismo, publicados na *RBPAE* no período de 1995 a 2004.

Para essa análise realizamos a leitura dos 38 artigos selecionados, e em seguida, extraímos as ideias principais de cada estudo por meio da elaboração das fichas de leitura (ver Apêndice A). Dividimos as fichas de leitura em três categorias: administração da educação, gestão democrática e gerencialismo. A quantidade total dos artigos distribuídos para cada categoria foi de 10 para a administração da educação, 22 para a gestão democrática e 6 para o gerencialismo.

A partir destas fichas de leitura iniciamos a análise dos artigos, fundamentada na Epistemologia Política⁵⁷. Com base nesta metodologia, apresentamos neste capítulo os problemas considerados legítimos e de princípios não problematizados dos artigos selecionados.

A importância em expor tais problemas e princípios pauta-se no seguinte argumento de Popkewitz (2000, p. 184):

Meu argumento é que problematizar o que tomamos como dado – nossas formas de raciocínio e princípios de ordenação – é uma estratégia para desestabilizar as formas reinantes de ‘raciocínio’ [...]. Tornar as formas de raciocínio e as regras para ‘dizer a verdade’ potencialmente contingentes, históricas e suscetíveis à crítica é uma prática que desaloja princípios ordenadores.

Para desalojar os princípios que regulamentam o discurso, não basta desvelar quais são os problemas considerados legítimos e os princípios não problematizados, é preciso conhecer o contexto em que são produzidas, ordenadas e transmitidas regras e modelos do conhecimento, ou seja, é preciso conhecer o seu regime epistemológico, que por sua vez está constituído por questões de poder e de regulação.

O autor recorreu aos estudos de Foucault para tratar das questões de poder. A ideia de poder está relacionada ao conhecimento, não pela máxima de que conhecimento é poder, mas pela definição de que o poder é manifesto pelo modo como as pessoas adquirem conhecimento e o utilizam intervindo nas relações sociais (POPKEWITZ, 1997). O

⁵⁷ Conforme exposto na introdução desta dissertação, a Epistemologia Política é uma metodologia científica formulada por José Carlos Rothen (2004). Um dos procedimentos utilizados nesta metodologia é a elucidação dos problemas considerados legítimos e dos princípios não problematizados das obras e/ou artigos analisados.

movimento que o poder faz na sociedade é circular e pode produzir tanto a repressão quanto o saber.

A noção de regulação, segundo o autor, não é usada para distinguir o que é bom/mau, imoral/moral, verdadeiro/falso.

Ela é utilizada para reconhecer uma premissa sociológica de que todas as situações sociais têm restrições e constrictões historicamente inscritas sobre nossa individualidade. Mesmo quando se diz que se deve “agir sozinho” se reconhece que existem princípios estruturadores sobre o que é permissível, os quais podem ser, às vezes, violados (POPKEWITZ, 2000, p. 191).

Além de identificar quais são os problemas considerados legítimos e os princípios não problematizados é fundamental conhecer quais são as regras e os modelos que guiam os sujeitos na produção do saber. Tais conhecimentos nos permitiram compreender como ocorre a construção de *regime de verdade* nos artigos investigados.

Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global (FOUCAULT, 2006, p. 4).

Portanto, na análise dos artigos da *RBPAAE* buscamos identificar os problemas considerados legítimos e os princípios não problematizados no intuito de conhecermos qual é o *regime de verdade* presente nestes artigos. Em um segundo momento, apresentamos os princípios que aproximam e distanciam cada uma das três concepções investigadas: administração da educação, gestão democrática e gerencialismo.

5.1 Os problemas considerados legítimos e os princípios não problematizados

Neste item apontaremos os problemas considerados legítimos (as questões que são apresentadas e/ou discutidas) e os princípios não problematizados (as questões e os conceitos que estão como dados, não sendo realizadas maiores explicações e/ou discussões) em cada uma das três concepções: administração da educação, gestão democrática e gerencialismo.

5.1.1 Administração da Educação

A análise dos artigos sobre Administração da Educação nos permitiu verificar que os autores abordam dois tipos básicos de problemas: finalidade⁵⁸ e especificidade⁵⁹ da administração escolar. A seguir expomos cada um destes problemas.

5.1.1.1 Finalidade da Administração Escolar

A finalidade da administração escolar foi problematizada apenas por Miguel Arroyo (ARROYO, 1996) a partir do questionamento a respeito de sua concepção, perpassando pela discussão sobre quem selecionaria as temáticas da administração escolar e quais parâmetros seriam utilizados para determinar os temas fundamentais e os marginalizados. Tal questionamento pautou-se na discussão acerca dos fundamentos da administração escolar que, segundo o autor, devem estar baseados na administração de direitos em contraposição à “administração neoliberal de clientelismo, de clientes” (ARROYO, 1996, p. 21).

Os problemas considerados legítimos estão no âmbito político, na discussão sobre a concepção de administração que se tem e qual deveria ser adotada. Os princípios não problematizados estão relacionados ao desenvolvimento prático da concepção adotada, isto é, o autor não problematiza, neste estudo, as questões relacionadas ao modo como se daria a aplicação desta concepção e a garantia de que os administradores escolares desenvolveriam suas ações pautadas nos fundamentos adotados.

5.1.1.2 Especificidade da Administração Escolar

⁵⁸ A finalidade da administração escolar foi problematizada no artigo de Miguel Arroyo (1996).

⁵⁹ A especificidade da administração escolar foi problematizada nos artigos de Araci Hack Catapan (1995); Maria Raineldes Tosi (1995); Rinalva Cassiano Silva (1995); Benno Sander (1996); Anísio Teixeira (1997 - republicação do texto disposto no Relatório do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. São Paulo, 1961, p. 44-49); Speranza França da Mata (1998); Jorge Adelino Costa (1999); Margot Campos Madeira e Vicente de Paulo Carvalho Madeira (2002); Djeissom Silva Ribeiro e Lourdes Marcelino Machado (2003).

A especificidade da administração escolar foi abordada por meio da problematização de quatro dimensões: conhecimento sobre administração da educação; formação do administrador; atribuições deste profissional; Qualidade Total⁶⁰.

A primeira dimensão, conhecimento sobre administração da educação, teve duas problemáticas levantadas: a desvinculação do conhecimento com a realidade⁶¹ e a não consolidação da administração como campo específico de conhecimento⁶².

Para Araci Hack Catapan (CATAPAN, 1995), o conhecimento do processo escolar dentro das instituições educacionais encontra-se desconexo do conhecimento requerido pela sociedade. Esta constatação foi obtida a partir da contraposição entre o conhecimento do processo escolar dentro das escolas e a demanda das relações sociais. Enquanto o primeiro trata de questões periféricas, reduzindo a possibilidade de constituição de sujeito autônomo, as relações sociais, por sua vez, requerem maior flexibilidade no processo de trabalho e maior plenitude nas condições de comunicação. Esta constatação também pode ser encontrada no artigo de Speranza França da Mata (MATA, 1998), que ao investigar o campo de conhecimento da Educação Ambiental verificou que no ensino pouco se evolui na construção de uma visão crítica do meio e em suas representações políticas. O questionamento crítico perde espaço para o cumprimento de determinações legais.

A problematização sobre a não consolidação da administração como campo específico de conhecimento foi levanta por Djeissom Silva Ribeiro e Lourdes Marcelino Machado (RIBEIRO; MACHADO, 2003) a partir de sua análise a respeito do processo de construção do conhecimento sobre administração escolar. Esta análise baseou-se em seis importantes obras⁶³ publicadas por autores brasileiros sobre o tema. Para os autores “faz-se urgente uma retomada dessas teorias para sua ampliação e reelaboração, de modo que a teoria de administração escolar no Brasil tenha condições de consolidar-se como um campo específico de conhecimento” (RIBEIRO; MACHADO, 2003, p. 177).

⁶⁰ Embora Qualidade Total seja um conceito usualmente abordado na concepção gerencialista da educação, verifica-se que nos artigos que tratam sobre administração da educação este conceito já estava sendo utilizado. Analisaremos esta situação na seção 5.2: *Os princípios que aproximam e distanciam a administração da educação, a gestão democrática e o gerencialismo*, deste capítulo.

⁶¹ Esta problemática foi tratada nos artigos de Catapan (1995) e Mata (1998).

⁶² Esta problemática foi tratada no artigo de Ribeiro e Machado (2003).

⁶³ São elas: (1) Educação para a democracia: uma introdução à administração educacional, de Anísio Teixeira; (2) Ensaio de uma teoria da administração escolar, de José Querino Ribeiro; (3) Organização e Administração Escolar, de M. B. Lourenço Filho; (4) O papel do diretor na administração escolar, de Myrtes Alonso; (5) Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial?, de Maria de Fátima Costa Félix; (6) Administração escolar: introdução crítica, de Vitor Paro.

A segunda dimensão trata da formação do administrador escolar⁶⁴. Segundo Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 1997), o processo de formação do administrador escolar desenvolvido apenas na prática cotidiana resulta em sua falta de consciência como profissional. A formação teórica torna-se primordial para que o administrador se reconheça como profissional e cumpra as suas atribuições. Contudo, esta formação teórica precisa considerar a diferença entre a administração escolar e a administração industrial, pois administrar uma instituição de ensino é diferente de administrar uma indústria. Jorge Adelino Costa (COSTA, 1999), por sua vez, ao investigar o processo de formação do administrador educacional na Universidade de Aveiro, constatou a falta de um perfil institucional nos primeiros anos em que foi estabelecida a disciplina administração educacional nesta Universidade. Esta disciplina ficou dependente da área de formação e interesses dos professores que a lecionavam até o momento em que entrou em um período de maior maturidade⁶⁵.

A terceira dimensão envolve as atribuições da administração escolar⁶⁶ e trata, especificamente, de sua função pedagógica. Enquanto Maria Raineldes Tosi (TOSI, 1995) concluiu que a legislação tende a focar questões da administração material e financeira em detrimento da função pedagógica, Margot Campos Madeira e Vicente de Paulo Carvalho Madeira (MADEIRA; MADEIRA, 2002) observaram que na prática os administradores educacionais possuem despreparo teórico, metodológico e técnico, dificultando a organização e o funcionamento da escola no planejamento, no currículo e na avaliação.

A quarta dimensão, Qualidade Total⁶⁷, foi pautada na discussão sobre como deveria ser aplicada a Qualidade Total na educação. Rinalva Cassiano Silva (SILVA, 1995) considera que o modelo neoliberal de Qualidade Total da administração é um descompasso na construção da cidadania pela educação, uma vez que compreende a educação como produto para atender determinado cliente. Para Benno Sander (SANDER, 1996), a qualidade da gestão da educação precisa definir a natureza da qualidade da educação e o seu processo de administração, e não realizar uma transferência automática do conceito de Qualidade Total

⁶⁴ Esta dimensão esteve problematizada na republicação do artigo de Anísio Teixeira (1997) - o texto original foi publicado originalmente no Relatório do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. São Paulo, 1961, p. 44-49; e no artigo de Costa (1999).

⁶⁵ O período de maior maturidade é definido pelo autor como o momento em que a administração educacional apresenta um “quadro teórico-conceitual de base, investigação e bibliografia de suporte contextualizada, formação especializada dos respectivos docentes” (COSTA, 1999, p. 237).

⁶⁶ Esta dimensão esteve presente nas investigações de Tosi (1995) e de Madeira e Madeira (2002).

⁶⁷ Esta dimensão foi tratada por Silva (1995) e Sander (1996).

dos gerentes da organização industrial para a educação. Devido aos seus instrumentos de gestão e avaliação uniformes este conceito não é operacionalizável na organização e gestão da educação, por esta ser uma atividade heterogênea do ponto de vista ideológico e organizacional.

Observando as quatro dimensões supracitadas, sobre a especificidade da administração escolar, percebemos que os problemas considerados legítimos estão na compreensão da administração dentro de uma realidade, na qual se questiona a sua aplicação na escola. Problematisa-se a distinção entre administração escolar e administração industrial, a formação diferenciada deste profissional, a finalidade da administração e como deveria ser aplicada a Qualidade Total na administração da educação.

Os princípios não problematizados estão na máxima que considera a administração da educação como uma especificidade da administração industrial, empresarial. O pressuposto de que a Administração da Educação é espécie do gênero Administração Empresarial não permite o seu questionamento e, conseqüentemente, a abordagem de novos caminhos e a possibilidade de novas descobertas.

5.1.2 Gestão Democrática

Na análise dos artigos sobre Gestão Democrática também verificamos a abordagem de dois tipos básicos de problemas: a finalidade⁶⁸ e a especificidade⁶⁹. O primeiro esteve relacionado à problematização dos conceitos, dos fundamentos que regem a gestão democrática. O segundo, de caráter mais prático, esteve vinculado à especificidade da gestão democrática, ou seja, à sua aplicação. A seguir, apresentamos cada um destes problemas.

⁶⁸ Os artigos que tratam sobre a finalidade da gestão democrática são: José Cleber de Freitas (1996); Vitor Henrique Paro (1998); Maria Lucia de Abrantes Fortuna (1999); Flávia Obino Corrêa Werle (2001); Carlos Roberto Jamil Cury (2002).

⁶⁹ Os artigos que tratam sobre a especificidade da gestão democrática são: Myrtes Alonso (1995); Ilca Oliveira de Almeida Vianna (1995); Magali de Castro (1998); Naura Syria Carapeto Ferreira (1998); Erasto Fortes Mendonça (1998); Pedro Augusto Hercks Menin (1998); Jane Rangel Alves Barbosa (1999); Doralice Marques de Araújo Cerqueira e Kátia Siqueira de Freitas (1999); Pedro Jacobi (1999); Sueli Azevedo de Souza da Cunha Lima (1999); Benno Sander (2001); Kátia Siqueira de Freitas, Robert Girling e Jussara Xavier Pinheiro (2002); Lindamir Cardoso Vieira Oliveira (2002); Silvana Aparecida de Souza (2003); Glória Maria Alves Machado e Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti (2004); Ruth da Cunha Pereira e Therezinha de Jesus Conde Pinto (2004); Therezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (2004).

5.1.2.1 Finalidade da Gestão Democrática

A problematização dos fundamentos que regem a gestão democrática foi marcada pela discussão sobre suas concepções a partir de três ângulos: a designação, os princípios (qualidade e igualdade) e a legislação.

Para Flávia Obino Corrêa Werle (WERLE, 2001), a problematização das designações utilizadas no cotidiano das instituições educacionais desvela que tais nomenclaturas estão relacionadas à concepção de educação de determinado contexto histórico. As designações utilizadas para indicar o diretor, o administrador e o gestor escolar, por exemplo, estão marcadas por distintos momentos da educação brasileira, cujas concepções atribuídas à sua função podem ter caráter mais hierárquico (diretor), técnico (administrador) ou articulador (gestor). Para compreender o significado das designações usuais nas instituições educacionais torna-se necessário indagar quais são as concepções de educação adotadas e as suas demandas.

A segunda problematização refere-se aos princípios democráticos da qualidade e da igualdade da educação⁷⁰. No artigo de José Cleber de Freitas (FREITAS, 1996) encontramos o questionamento acerca da qualidade do ensino. Compreendendo que a qualidade do ensino é inerente ao direito à educação, esta não pode estar reduzida a questões econômicas, técnicas ou ações assistencialistas. Para o autor, as indagações sobre a qualidade de ensino são primordiais, pois estão vinculadas às concepções de educação assumidas. Maria Lucia de Abrantes Fortuna (FORTUNA, 1999, p. 2), por sua vez, problematizou o princípio de igualdade como pressuposto democrático. Ao considerar que em uma sociedade concreta a democracia é construída a partir de conflitos das relações sociais, a igualdade pode se revelar como “uma premissa falsa” ao negar a existência destes conflitos. Tanto a negação quanto a aceitação de conflitos na compreensão da igualdade resultam da concepção de educação adotada. Em ambos os estudos, a igualdade e a qualidade de ensino são princípios questionados a partir das concepções de educação a eles atribuídos historicamente.

Vitor Henrique Paro (PARO, 1998) e Carlos Roberto Jamil Cury (CURY, 2002) tratam da legislação da educação por meio da discussão do fato de o princípio democrático não alcançar o ensino privado. Enquanto Paro (1998, p.144) considera essa questão grave, pois possibilita ao ensino privado o “fazer-se sem levar em conta os princípios

⁷⁰ Esta problematização esteve presente nos estudos de Freitas (1996) e Fortuna (1999).

democráticos” ,Cury (2002, p. 171) relativiza o problema ao compreender que mesmo que este princípio não alcance legalmente o setor privado “o caráter ético e axiológico da democracia paira sobre todas as instituições escolares”, além disso, o autor observa que o funcionamento das instituições privadas depende da autorização dos poderes públicos que, por sua vez, têm como valores os princípios democráticos. Em ambos os estudos, as determinações legais estão regidas pela concepção de educação presente em determinado contexto, pois é ela que direcionará o “caráter ético e axiológico” do fazer educação, seja para uma prática democrática ou autoritária.

A partir dos artigos analisados⁷¹ percebe-se que os problemas considerados legítimos estão no âmbito político, ou seja, na indagação da concepção de educação assumida em determinado contexto histórico. Sendo que diante de alteração das demandas deste contexto, buscam-se novos conceitos para as designações, os princípios democráticos e o direcionamento da legislação. Os princípios não problematizados estão na compreensão de que os princípios democráticos devem ser regidos pela participação coletiva e não por concepções autoritárias.

5.1.2.2 Especificidade da Gestão Democrática

A problematização sobre a especificidade da gestão democrática esteve presente nos artigos que tratam do alcance dos princípios da gestão democrática no cotidiano escolar.

Myrtes Alonso (ALONSO, 1995) discutiu o alcance prático dos princípios da gestão democrática a partir da problematização das contribuições das teorias clássicas da administração para a atualidade. Segundo a autora, no atual contexto histórico-social, as teorias clássicas da administração não respondem mais aos problemas práticos da escola devido ao despreparo dos administradores, aos instrumentos de controle dos sistemas, às precárias condições materiais das escolas e ao despreparo e desinteresse dos professores. Esta situação é agravada pelo distanciamento entre teoria e prática, pois enquanto os teóricos da administração buscam resolver problemas imediatos, os administradores escolares estão mais preocupados com o funcionamento das escolas.

⁷¹ Os artigos analisados foram: Freitas (1996), Paro (1998), Fortuna (1999), Werle (2001), Cury (2002).

Uma das exigências do atual contexto histórico-social é em relação ao papel do gestor. Para Jane Rangel Alves Barbosa (BARBOSA, 1999), neste novo paradigma que surge na gestão da educação, no qual se atribui como tarefa ao gestor escolar tanto as competências técnicas quanto a experiência educativa, a grande questão que se evidencia é sobre como o gestor escolar compatibiliza as exigências burocrático-administrativas e o conteúdo educativo. Esta problemática se agrava diante da possibilidade da redução da figura do “gestor escolar a um gerente de recursos humanos e materiais” (SOUZA, 2003, p. 246).

Sander (2001) compreende que o processo de redução da figura do gestor escolar para gerente de recursos está relacionado ao movimento internacional que tende a privatizar atividades que deveriam estar nas mãos do Estado, como a educação. Diante desta situação, torna-se importante refletir sobre as consequências irreparáveis que o abandono da universidade pública, pela ausência do Estado, está causando no desenvolvimento científico do país. Esta problemática é percebida por Magali de Castro (CASTRO, MAGALI, 1998, p. 2) por meio da questão da autonomia financeira das instituições de ensino superior, na qual o Estado desobriga-se do financiamento destas instituições, cabendo a elas a busca de recursos substitutivos para manutenção das atividades acadêmicas. A grande questão levanta pela autora está em como a educação superior pode contribuir para o desenvolvimento científico do país e o desenvolvimento humano sustentável, diante do perigo da “demanda excessiva de comercialização das atividades das instituições” ocasionada pela busca de recursos substitutivos.

Doralice Marques de Araújo Cerqueira e Kátia Siqueira de Freitas (CERQUEIRA; FREITAS, 1999) consideram que a problemática da gestão da educação está relacionada à sua efetivação na prática. Segundo as autoras, é importante refletir sobre como a gestão da educação da escola pública pode ser democrática, uma vez que os diretores continuam sendo apontados por meio da indicação política. Para Lindamir Cardoso Vieira Oliveira (OLIVEIRA, 2002, p. 58), a eleição de diretores enquanto proposta democrática não garante o fim do autoritarismo, uma vez que a prática de clientelismo dentro das escolas resulta do autoritarismo “presente nas instituições geradas e tuteladas pelo Estado”. Neste processo é importante indagar se um olhar centrado no cotidiano da escola permitiria a compreensão das dimensões política, administrativa e pedagógica do universo escolar.

Outro questionamento que é possível obter deste processo foi levantado por Glória Maria Alves Machado e Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti (MACHADO; CAVALCANTI, 2004). As autoras problematizaram sobre a quem compete à democratização

da educação, se à administração pública ou ao gestor escolar. Essa reflexão é importante, pois a definição da competência está diretamente relacionada ao grau de responsabilidade que os agentes têm para com a efetivação da democratização da educação.

Diante da questão da democratização da educação, Kátia Siqueira de Freitas, Robert Girling e Jussiara Xavier Pinheiro (FREITAS; GIRLING; PINHEIRO, 2002) refletiram sobre como operacionalizar as mudanças requeridas pelo paradigma da gestão democrática tanto na escola e da escola para a comunidade local, quanto da escola para os sistemas de ensino. A dificuldade para tal operacionalização encontra-se arraigada nos valores, nas crenças, nos hábitos e nas atividades que precisam ser transformados em tempo mínimo, dada a exigência deste novo paradigma. Pedro Jacobi (JACOBI, 1999) considera a transformação de valores uma questão importante, porém difícil de ser concretizada devido à problemática da descontinuidade político-administrativa dos sistemas e organizações educacionais. Esta descontinuidade gera a falta de resultados das experiências administrativas, dificultando a inovação na gestão.

Segundo Erasto Fortes Mendonça (MENDONÇA, 1998), para que o modelo de gestão democrática se instale é preciso que haja efetiva participação dos atores envolvidos neste processo e, para isso, o autor considera importante refletir sobre como implantar a gestão democrática em um sistema centralizado, ou seja, organizado verticalmente.

Considerando que os colegiados é um dos espaços para a participação na gestão escolar, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (SANTOS, 2004), problematizou o quanto a implantação de colegiados está possibilitando mudanças nas relações de poder na escola em prol da participação. Para compreender como acontece a participação na escola, Pedro Augusto Hercks Menin (MENIN, 1998) refletiu sobre a participação a partir do discurso produzido por pessoas de distintos espaços institucionais (escola e academia). O autor questionou se tal discurso acontece em um sentido democrático, com a participação de todos, ou burocratizante, de modo dissimulado, marginalizando o conflito.

A participação, para Sueli Azevedo de Souza da Cunha Lima (LIMA, 1999, p. 212), deve privilegiar a prática pedagógica, pois “a democratização da escola se concretiza através dos conteúdos historicamente construídos”. A questão que a autora levanta é sobre qual seria a qualidade, historicamente possível e necessária, que garantiria a todos a educação que compete a escola oferecer. Segundo Ruth da Cunha Pereira e Therezinha de Jesus Conde Pinto (PEREIRA; PINTO, 2004), este questionamento é relevante, pois a gestão escolar,

tendo a participação efetiva de distintos setores da escola e da comunidade, precisa refletir sobre os conteúdos transmitidos, para que haja a superação da atual defasagem da escola para com a realidade. Esta reflexão não deve ficar restrita ao cotidiano escolar, conforme nos indica Naura Syria Carapeto Ferreira (FERREIRA, 1998). Ela precisa estar presente em todo o processo de formação dos indivíduos, ou seja, desde o ensino fundamental até o ensino superior.

Com base nos artigos analisados⁷² compreendemos que os problemas considerados legítimos estão no âmbito específico, ou seja, no alcance de princípios da gestão democrática no cotidiano escolar. Este alcance prático foi problematizado a partir da concretização das teorias, da operacionalização das mudanças requeridas pela gestão, e do papel do gestor e do Estado diante da gestão democrática. Os princípios não problematizados estão na tese de que a gestão democrática requer a participação nos aspectos políticos, pedagógicos e administrativos da escola e na proposição de que o Estado não deve dirimir sua responsabilidade financeira e organizacional nas instituições educacionais.

5.1.3 Gerencialismo

Nos artigos que tratam do gerencialismo na educação, encontramos dois tipos de problemáticas: os fundamentos⁷³ e os processos⁷⁴. A seguir trataremos sobre cada uma destas problemáticas.

5.1.3.1 Finalidade do Gerencialismo

A problematização sobre os fundamentos do gerencialismo esteve presente no artigo de Regina Vinhaes Gracindo (GRACINDO, 1997, p. 11). Neste trabalho, a autora

⁷² Os artigos analisados foram: Alonso (1995); Vianna (1995); Castro, Magali (1998); Ferreira (1998); Mendonça (1998); Menin (1998); Barbosa (1999); Cerqueira e Freitas (1999); Jacobi (1999); Lima (1999); Sander (2001); Freitas, Girling e Pinheiro (2002); Oliveira (2002); Souza (2003); Machado e Cavalcanti (2004); Pereira e Pinto (2004); Santos (2004).

⁷³ Os fundamentos do gerencialismo foram problematizados no artigo de Regina Vinhaes Gracindo (1997).

⁷⁴ Os processos e as especificidades do gerencialismo estiveram presentes nas reflexões de: Paulo Reis Vieira (1997); Maria Helena de Magalhães Castro (1998); Maria Aparecida da Silva (2001); José Albertino Carvalho Lordêlo (2001); Héctor R. Gertel e Alejandro D. Jacobo (2004).

problematiza a nova forma de pensar a sociedade, o Estado e a gestão da educação por meio da transposição de regras da economia para o todo social. A grande questão levantada é a “desconsideração do ensino e da escola como espaços de exercício da cidadania” que a adoção do enfoque de gestão empresarial privilegia em detrimento da gestão democrática.

O problema considerado legítimo está no âmbito político, no qual a autora reflete sobre a adoção de conceitos, termos e práticas da gestão empresarial para a educação. Os princípios não problematizados estão na asserção de que os conceitos e práticas da gestão gerencial não permitem que a educação se apresente como instrumento de transformação social e para que a escola cumpra seu papel no exercício da cidadania é preciso a adoção da gestão democrática.

5.1.3.2 Especificidade do Gerencialismo

A problematização das especificidades do gerencialismo foi abordada por meio da reflexão sobre o alcance prático de princípios que fundamentam o gerencialismo em relação à participação⁷⁵, às políticas compensatórias⁷⁶ e à qualidade da gestão⁷⁷.

Ao tratar da viabilidade da participação nas instituições educacionais, Maria Aparecida da Silva (SILVA, 2001, p. 163) questionou se a adoção de técnicas participativas seria capaz de “aprofundar a democracia nos locais de trabalho e afetar o controle da organização do trabalho por parte daqueles que o executam”. Esta problemática esteve presente nos estudos de José Albertino Carvalho Lôrdelo (LÔRDELO, 2001, p. 175), que questionou se a adoção de espaços de participação garantiria o comprometimento da comunidade para com os trabalhos dentro da escola. Para responder a essa questão, o autor considerou importante refletir sobre qual seria o motivo que levou a comunidade escolar assumir com maior desenvoltura a gestão financeira e menos a pedagógica, uma vez que o “poder de definir o projeto pedagógico também estava à disposição da comunidade e não foi utilizado”. Na concepção de Paulo Reis Vieira (VIEIRA, 1997), para que ocorresse a real participação na gestão da escola seria preciso que houvesse uma ruptura com o tradicional, com o tipo de gestão presente nas escolas, por meio de uma gestão estratégica. Para isso, seria

⁷⁵ Os artigos de Vieira (1997), Lôrdelo (2001) e Silva (2001) tratam desta problemática.

⁷⁶ O artigo de Castro, Maria (1998) trata desta problemática.

⁷⁷ O artigo de Gertel e Jacobo (2004) trata desta problemática.

importante questionar o significado, a finalidade e o processo da ruptura na gestão, assim como avaliar os cursos e os desgastes causados por qualquer ruptura.

As políticas compensatórias estiveram presentes na investigação de Maria Helena de Magalhães Castro (CASTRO, MARIA, 1998, p. 78). Neste artigo, a autora questionou se as políticas compensatórias seriam capazes de “apoiar a transição da pobreza absoluta para o auto-sustento”. Considerando o desenvolvimento das políticas públicas, a autora refletiu sobre o processo de viabilização de uma auto-regulação eficiente e responsável em instituições financiadas pelo poder público.

A qualidade da educação foi tratada por Héctor R. Gertel e Alejandro D. Jacobo (GERTEL; JACOBO, 2004), que problematizaram o modo como se poderia medir o produto das universidades. Tendo como preocupação os resultados da gestão universitária, os autores refletiram sobre a utilização de indicadores que poderiam apreender aspectos significativos da qualidade da gestão levando-se em conta as adaptações requeridas pela atual sociedade.

Observando os problemas considerados legítimos nos artigos analisados⁷⁸ verificamos que os autores questionam a especificidade do gerencialismo na educação, ou seja, problematizam o modo como está se desenvolvendo os princípios do gerencialismo por meio da indagação sobre a viabilidade da participação, a capacidade das políticas compensatórias e a aferição da qualidade da educação. Os princípios não problematizados estão na concepção de que na atual sociedade, o desenvolvimento pleno da educação se daria por meio da utilização eficiente e eficaz dos princípios do gerencialismo.

5.2 Algumas Tendências

A partir da análise que realizamos sobre os problemas considerados legítimos e os princípios não problematizáveis, verificamos maior tendência dos estudos em tratarem sobre a especificidade, ou seja, os processos inerentes ao desenvolvimento de cada tipo de organização em detrimento de artigos que questionam os conceitos e as concepções políticas da administração da educação, da gestão democrática e do gerencialismo. Esta tendência pode ser resultado de elevada quantidade de artigos, enviados para análise editorial, que

⁷⁸ Os artigos analisados foram: Castro, Maria (1998); Vieira (1997); Lôrdelo (2001); Silva (2001); Gertel e Jacobo (2004).

problematizam a especificidade da organização educacional ou, ainda, de propensão do corpo editorial em priorizar a publicação de tais trabalhos. Outra tendência identificada nos artigos investigados é em relação à forma como são redigidos. Os estudos tendem a ter caráter mais prescritivo⁷⁹, com a indicação de ações ou reflexões sobre os problemas discutidos.

Quanto aos problemas considerados legítimos, nos artigos que tratam sobre as concepções teóricas da administração da educação, da gestão democrática e do gerencialismo, percebemos a tendência em questionar a concepção teórica que se tem considerando o contexto histórico-social. Apenas nos estudos sobre administração da educação e gestão democrática percebemos a propensão em adaptar o tipo de concepção que se tem para adequá-lo ao contexto social. Em relação ao gerencialismo, há a censura da sua utilização na educação por possuir conceitos da administração empresarial. Nos artigos que tratam sobre as especificidades, verificamos a reflexão sobre o modo como estão sendo aplicados, na educação, os princípios da administração da educação, da gestão democrática e do gerencialismo.

Sobre os princípios não problematizados, verificamos que na concepção da administração da educação o desenvolvimento prático da concepção adotada não é questionado, diferentemente da concepção de gestão democrática e de gerencialismo, nas quais há a preocupação com os conceitos e práticas inerentes aos princípios de cada organização. Todavia, na gestão democrática e no gerencialismo não se questiona a proposição de que a educação deve ser regida pela participação coletiva fundamentada nos princípios da gestão democrática. Nos artigos que tratam sobre as especificidades, na administração da educação, a tese de que esta concepção é espécie do gênero da administração empresarial não é problematizada. Na gestão democrática não se questiona o princípio de que a gestão na escola se daria por meio da participação de todos nos aspectos políticos, pedagógicos e administrativos. No gerencialismo, a ideia de que o desenvolvimento pleno da educação se daria por meio da utilização eficiente e eficaz de princípios do gerencialismo não é problematizada nos estudos analisados. Desta forma, nos artigos que tratam sobre as especificidades destas três concepções (administração da educação, gestão democrática e gerencialismo) os princípios que as fundamentam não são problematizados.

⁷⁹ Acredita-se que este caráter prescritivo está relacionado ao modelo de Estado presente na administração pública brasileira: o modelo de “estado legal”. Em oposição ao modelo de “estado policial”, o modelo de “estado legal” foi desenvolvido no Brasil com características do direito francês e estadunidense, principalmente, em relação ao “sistema de direito positivo baseado numa Constituição escrita” (ZILLER, 2010, p. 276). Para maiores informações sobre o modelo de “estado legal” e o de “estado policial” ver Ziller (2010) e Sundfeld (2010).

Além disso, percebemos que em cada concepção são apresentados conceitos que não são discutidos. Os conceitos que estão presentes nos estudos, mas não são problematizados são:

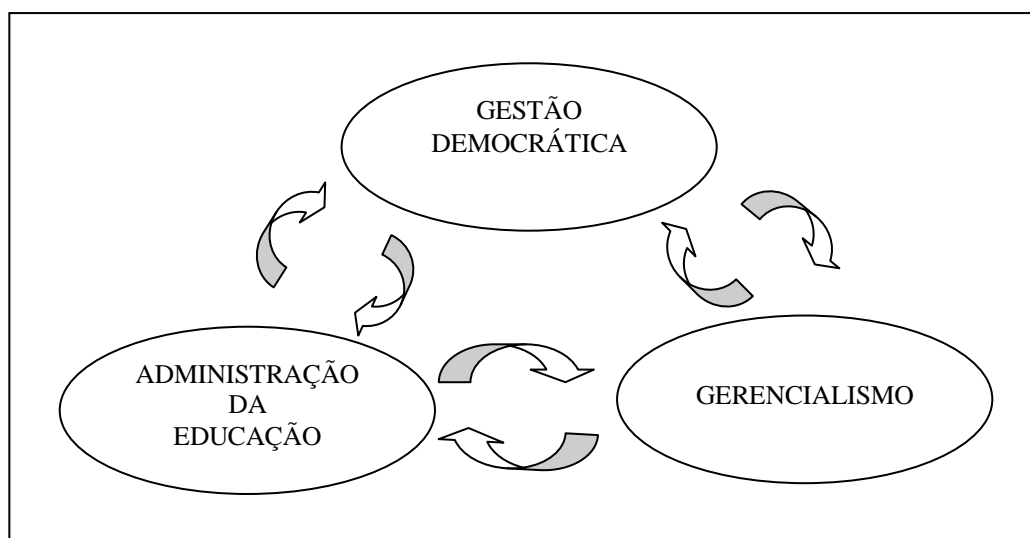
- a) administração da educação: racionalidade, eficiência, eficácia, transparência, participação e efetividade;
- b) gestão democrática: flexibilidade, eficácia, planejamento estratégico, compartilhamento de responsabilidades, gestão colegiada, mobilização da comunidade e autonomia administrativa;
- c) gerencialismo: eficiência, eficácia, desempenho, qualidade, flexibilidade, estratégia, raciocínio lógico, inovação, antecipação, avaliação, descentralização e publicização.

Considerando que tais conceitos são apenas apresentados nos artigos investigados e não são discutidos, compreendemos que há consenso em relação a tais conceitos. Sendo, portanto, princípios não problematizados.

5.3 Os princípios que aproximam e distanciam a administração da educação, a gestão democrática e o gerencialismo.

Neste item destacamos os princípios que se aproximaram e se distanciaram entre as concepções de administração da educação, de gestão democrática e de gerencialismo. A importância da elucidação dos princípios presentes nos artigos analisados está na possibilidade de identificação de regras e modelos que são utilizadas pelos autores na construção de um “regime de verdade”, ou seja, a identificação de paradigmas presentes na *RBPAE* (ROTHEN, 2004).

Figura 2: Inter-relação Administração da Educação, Gestão Democrática e Gerencialismo



Fonte: Figura organizada pela autora.

Na figura 1 ilustramos que há princípios comuns nas três concepções analisadas. As particularidades destes princípios são as molas propulsoras que aproximaram ou distanciaram cada concepção. As proximidades e distanciamentos foram construídos a partir da utilização de termos ou ideias comuns, porém com ênfases diferenciadas de acordo com a concepção adotada. Para iniciar esta análise trataremos de um princípio presente nas três concepções: a participação.

Na administração da educação, o princípio da participação segue um movimento que, inicialmente, o desaprova por nivelar “o processo de interação numa suposta relação de igualdade, num todo indiferenciado, caótico” (CATAPAN, 1995, p. 37) e aos poucos tende a ser apresentado como parte da organização administrativa até o momento em que passa a ser mencionado como espaço democrático, aproximando-o à concepção de gestão democrática. Esse movimento encontra-se atrelado ao contexto histórico, no qual a partir de meados dos anos 1980, momento de redemocratização da sociedade brasileira, a administração da educação tende a acompanhar a “tendência de abertura política do país que está a exigir mais participação efetiva dentro da escola” (TOSI, 1995, p. 46). Conforme vimos acima, esse movimento inicialmente tende a ser desaprovado devido a compreensão de que o poder de decisão não deve ser compartilhado, aproximando a concepção de administração da educação com a gerencialista. Em um segundo momento a participação passa a ser aceita devido ao seu aspecto político, aproximando a administração da educação com a gestão democrática.

Na gestão democrática, a participação é concebida como princípio primordial para a democratização da educação. Alguns autores⁸⁰ utilizam o termo “gestão participativa”, enfatizando a participação de todos na estrutura e funcionamento da escola. A participação envolve tanto a comunidade escolar quanto a comunidade local na unidade escolar e a crítica que recai sobre este princípio é a sua utilização apenas em aspectos em nível “operacional, de tarefairo, de parceiro-ocasional” (SANTOS, 2004, p. 23), não permitindo a distribuição de poder tanto na escola quanto nos sistemas educacionais e na definição de políticas públicas. O movimento que envolve este princípio tende a considerá-lo como um dos momentos importante para a tomada de decisão, para a avaliação do projeto pedagógico da escola, para a escolha de dirigentes, para o “controle democrático sobre os serviços do Estado” (PARO, 1998, p. 248) e para a responsabilidade compartilhada. Estas duas últimas considerações tendem a aproximar a concepção de gestão democrática com a de gerencialismo, com a ideia de controle e de responsabilização.

No gerencialismo, a participação está atrelada ao comprometimento, ao controle e à descentralização - ideias presentes nas concepções empresariais e difundidas por meio de políticas públicas na década de 1990 e nos anos 2000. A descentralização, que no Brasil propagou-se mais por meio da municipalização, isto é, pela “transferência de competência de esferas maiores (União e estados) para a menor esfera estatal (o município)” (LORDÊLO, 2001, p. 173) foi concebida como “transferência de parcelas de poder decisório do centro para a periferia” (VIEIRA, 1997, p. 257), como forma de responsabilizar a comunidade local pelo controle da qualidade da educação, como possibilidade de aumento da capacidade de governo e, também, como estratégia facilitadora da participação. Esta última ideia, estratégia facilitadora de participação, aproxima-se do princípio proposto na concepção de gestão democrática.

Nos textos que tratam sobre a concepção de administração da educação, a descentralização não foi tema abordado.

Na gestão democrática a descentralização é considerada como forma de redistribuição de poder, de fortalecimento da organização da escola, como possibilidade de maior autonomia da unidade escolar, como um dos princípios fundamentais para a concretização da gestão colegiada e como “necessária para a racionalização de recursos, melhor remuneração dos professores e financiamento sistemático para as instalações do

⁸⁰ São eles: Barbosa (1999); Cerqueira e Freitas (1999); Freitas, Girling e Pinheiro, (2002).

estabelecimento escolar, sua manutenção e outras atividades” (LIMA, 1999, p. 208). O processo para sua implementação envolve a “redefinição do papel e das instâncias centralizadas e de políticas pactuadas com instâncias intermediárias” (BARBOSA, 1999, p. 220). Percebe-se que na concepção de gestão democrática a descentralização está relacionada ao princípio da hierarquia.

Embora, seja um dos princípios fundamentais da administração da educação, a hierarquia foi criticada, nesta concepção, por Sander (1996), por não facilitar a cooperação e a comunicação interna e externa. Tal crítica nos permite explicitar que nesta concepção a hierarquia está atrelada a um processo fechado e estratificado.

Diferentemente da administração da educação, na concepção de gestão democrática a “hierarquia deixa de ter sentido nesse tipo de organização onde a flexibilidade é condição básica para a sua existência” (ALONSO, 1995, p. 22). Critica-se a rigidez hierárquica de papéis e a relação vertical entre diretores e subordinados, distanciando esta concepção da administração da educação.

Apesar da crítica à hierarquia ser uma marca do gerencialismo, nos textos estudados este tema não foi diretamente abordado. Entretanto, nestes estudos encontram-se ideias como flexibilidade e descentralização do poder de decisão, que estão relacionadas à crítica que se faz à hierarquia. Tais ideias aproximam-se da concepção de gestão democrática e distanciam-se da concepção de administração da educação.

A qualidade também foi uma temática discutida nas três concepções. Na administração da educação a qualidade está atrelada à ideia de eficiência e eficácia relacionadas ao processo administrativo, ou seja, nesta concepção a qualidade é compreendida como base e não como fim da educação. A crítica disposta nesta concepção é em relação à transferência automática do conceito de qualidade total para a educação. Neste ponto, encontra-se o distanciamento da concepção de administração da educação em relação ao gerencialismo.

Na gestão democrática a qualidade corresponde à forma de vinculação entre a educação e o contexto no qual se desenvolve, estando intrinsecamente relacionada às concepções de educação e de escola assumidas. Segundo Lima (1999, p. 207), cabe ao Estado proporcionar “um ensino de qualidade, eficaz, capaz de instrumentalizar a camada da população que atende com o conhecimento sistematizado – conhecimento por onde circula o poder da sociedade”. A sua construção se dará por meio de avaliação. A crítica desta

concepção à administração da educação está na possibilidade de que por meio da avaliação ocorra a redução da qualidade à mera utilização de recursos técnicos e métodos, à sua redução a “um conjunto de ações assistenciais para resolver problemas que se situam fora da instituição escolar” (FREITAS, 1996, p. 81) e à sua transformação em mercadoria.

Diferentemente destas duas concepções, no gerencialismo a qualidade é compreendida como uma necessidade a ser alcançada, estando atrelada aos resultados, ou seja, aos fins da educação que são previstos por meio de diagnósticos preliminares. A crítica a esta concepção está no modo como está se desenvolvendo no Brasil, especialmente, os projetos de qualidade total que tendem a ser caracterizados pela “participação dedicada e metódica de todos os setores e pessoas na prática do controle da qualidade, baixos salários, estrutura administrativa hierarquizada, arrogância de administradores e supervisores e, centralização do poder de decisão” (SILVA, 2001, p. 168).

Pelo princípio da qualidade, verificamos que o distanciamento do gerencialismo para com a administração da educação e a gestão democrática encontra-se na ênfase dada aos resultados, ou seja, aos fins. A administração da educação e a gestão democrática, por sua vez, tendem a enfatizar o processo, o modo como as ações serão desenvolvidas para o alcance de determinado fim.

No Quadro 1 elaboramos uma síntese sobre os conceitos que aproximam e que afastam as concepções de administração da educação, gestão democrática e gerencialismo e, ainda, os conceitos que não são problematizados.

Quadro 1: Conceitos que aproximam, afastam e não discutidos nas três concepções

Concepção	Conceitos que aproximam	Conceitos que afastam	Conceitos que não são problematizados
Administração da Educação e Gestão Democrática	Participação: estratégia democrática	Hierarquia: processo estratificado e fechado; processo flexível e de descentralização de poder	Eficácia
	Qualidade com ênfase dada ao processo	Qualidade reduzida ao uso de recursos e métodos.	
Administração da Educação e Gerencialismo	Participação restrita: não envolvendo o compartilhamento de poder decisório	Hierarquia: processo estratificado e fechado; processo flexível e de descentralização de poder	Eficácia
		Qualidade Total	Eficiência
		Qualidade com ênfase dada aos resultados	
Gestão Democrática e Gerencialismo	Participação: estratégia de controle e de responsabilidades compartilhadas	Qualidade com ênfase dada aos resultados	Eficácia
	Descentralização como estratégia facilitadora da participação		Flexibilidade
	Hierarquia: processo flexível e de descentralização de poder		Estratégia

Fonte: dados organizados pela autora.

Por meio desta análise dos princípios e ideias que aproximam ou distanciam a administração da educação, a gestão democrática e o gerencialismo verifica-se o significado de cada concepção.

Nos estudos sobre a administração da educação verificamos a presença de três movimento. O primeiro movimento que tende a criticar a compreensão da administração como uma atividade exclusivamente técnica. Esta compreensão adveio, segundo Silva (1995), pelo “transplante acrítico” dos postulados da Teoria Geral da Administração para a educação. Diante deste contexto, os autores⁸¹ enfatizam a necessidade de considerar o aspecto político da administração da educação, além do aspecto técnico, ficando a cargo do diretor lidar com os problemas financeiros, materiais, humanos e pedagógicos. O segundo movimento tende a criticar⁸² a utilização de práticas neotayloristas na administração da educação que

⁸¹ São eles: Silva (1995); Tosi (1995); Catapan (1995); Sander (1996).

⁸² Esta crítica está presente nos artigos de Arroyo (1996) e Sander (1996).

compreendem a educação como uma mercadoria e o aluno como cliente. Neste movimento critica-se a utilização do modelo de gestão da Qualidade Total e enfatiza-se a diferenciação entre a administração industrial e a educacional. O terceiro movimento tende a criticar a rigidez hierárquica da administração, ressaltando a importância de participação em seu processo⁸³. Com base nestes três movimentos podemos considerar que o administrar está relacionado, principalmente, à “coordenação das ações de organização, desenvolvimento e avaliação desse processo, de forma coletiva, dinâmica e articulada” (CATAPAN, 1995, p. 39). Esta coordenação envolve conceitos como racionalidade, eficiência, eficácia, transparência, participação e efetividade.

Na concepção de gestão democrática identificamos a presença de quatro movimentos. O primeiro movimento refere-se à elucidação de novas exigências da atual sociedade para com a administração educacional⁸⁴. Critérios utilizados tradicionalmente, como hierarquia e verticalidade, passam a ser questionados em prol de uma gestão participativa, compartilhada. O segundo movimento destaca a dimensão política da gestão, ou seja, o vínculo da gestão escolar com o contexto social. A consideração das exigências da sociedade atual na gestão da escola se daria por meio da participação nas tomadas de decisão⁸⁵, na escolha de dirigentes⁸⁶, na descentralização de poder⁸⁷; na autonomia da escola⁸⁸ e na responsabilidade compartilhada⁸⁹. O terceiro movimento enfatiza a necessidade de ampliação de espaços para a participação⁹⁰. O quarto movimento destaca a importância de aperfeiçoamento técnico da gestão em prol da qualidade do ensino⁹¹. A partir destes quatro movimentos percebemos, na gestão, o destaque da natureza política, isto é, da necessidade de adequação da gestão da escola às exigências do contexto. Ressalta-se a participação no processo de tomada de decisões e de avaliação do projeto pedagógico da escola, e para que

⁸³ Esta crítica está presente nos estudos de Silva (1995), Catapan (1995), Tosi (1995), Arroyo (1996), Sander (1996), Mata (1998) e Madeira E Madeira (2002).

⁸⁴ Este movimento está presente nos artigos de Alonso (1995), Vianna (1995), Ferreira (1998), Cerqueira e Freitas (1999), Sander (2001), Werle (2001), Freitas, Girling e Pinheiro (2002).

⁸⁵ Os artigos que tratam desta questão são: Alonso (1995); Vianna (1995); Freitas (1996); Menin (1998); Barbosa (1999); Cury (2002).

⁸⁶ Os artigos que tratam desta questão são: Castro, Magali (1998); Mendonça (1998); Fortuna (1999); Oliveira (2002); Santos (2004).

⁸⁷ Os artigos que tratam desta questão são: Paro (1998); Lima (1999).

⁸⁸ O artigo que trata desta questão é de Mendonça (1998).

⁸⁹ Os artigos que tratam desta questão são: Barbosa (1999); Ferreira e Pinto (2004).

⁹⁰ Os artigos que tratam desta questão são: Freitas (1996); Fortuna (1999); Santos (2004).

⁹¹ O artigo que trata desta questão é de Lima (1999).

isso ocorra, torna-se necessária a descentralização de poder, a comunicação horizontal e o aperfeiçoamento técnico dos segmentos envolvidos no processo decisório. Esta concepção está atrelada à ideia de flexibilidade, de eficácia, de planejamento estratégico, de compartilhamento de responsabilidades, de gestão colegiada, de mobilização da comunidade e de autonomia administrativa.

No gerencialismo encontramos dois movimentos antagônicos. O primeiro movimento perpassa pela explicitação da substituição do conceito de administração da educação pelo de gestão da educação⁹². Tal substituição demarca a ruptura com o tradicional em prol de uma “gestão estratégica da educação”, que “visa gerenciar a educação segundo padrões econômicos de eficiência e eficácia, mas, sobretudo, obedientes a análises sociais, políticas, culturais” (VIEIRA, 1997, p. 251). Este movimento ressalta o papel do Estado no gerenciamento remoto dos sistemas que passam a ser auto-regulados, por meio de formulação e execução de políticas de financiamento⁹³. Além disso, destaca a necessidade de adaptação da gestão às novas exigências do contexto⁹⁴. O segundo movimento refere-se à crítica à transposição de regras e conceitos da economia para a educação, no qual se perde o sentido político da gestão impossibilitando a transformação social e a formação de cidadãos conscientes⁹⁵. Com exceção deste segundo movimento que critica a concepção gerencialista, percebemos que nesta concepção há o destaque para a limitação do Estado ao gerenciamento de sistemas auto-regulados, o alcance para a busca dos objetivos e a adaptação ao contexto social. Os conceitos presentes nesta concepção são: eficiência, eficácia, desempenho, qualidade, flexibilidade, estratégia, raciocínio lógico, inovação, antecipação, avaliação, descentralização e publicização.

⁹² Este movimento está presente nos artigos de Vieira (1997) e de Silva (2001).

⁹³ Conforme os artigos de Castro, Maria (1998) e de Lórdelo (2001).

⁹⁴ Conforme os artigos de Vieira (1997) e de Gertel e Jacobo (2004).

⁹⁵ Conforme o artigo de Gracindo (1997).

6. Conclusões

Esta dissertação teve como objetivo explicitar e categorizar os conceitos de Administração da Educação, de Gestão Democrática e de Gerencialismo nos artigos publicados pela *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)* no período de 1995 a 2004. A delimitação do período investigado adveio da constatação analítica de que entre esses anos os estudos sobre administração da educação tendem a ceder espaço na Revista para pesquisas sobre gestão.

A *RBPAAE* é um dos veículos impressos editado pela *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)* desde 1983. O presente periódico acompanhou alguns momentos importantes da sociedade brasileira, como o período de redemocratização de nossa sociedade (década de 1980) e a Reforma Administrativa do Estado - promovida no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) - momentos em que a discussão sobre a gestão pública teve grande destaque em nossa sociedade, principalmente na área da educação.

No período investigado a Revista sofreu sua única alteração nominal. Desde sua criação (1983) até o ano de 1995, este periódico foi intitulado como *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*. Em 1996 houve a inclusão do termo *política* em seu título, passando a ser denominado como *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)*. Além de acompanhar a alteração nominal que a sua mantenedora sofreu naquele momento – de *Associação Nacional de Profissional de Administração da Educação (ANPAE)* passou a ser denominada como *Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)* – a incorporação do termo *política* adveio da compreensão de que a Revista passaria a agregar maior número de leitores, já que aumentaria o seu público alvo.

A metodologia desta pesquisa pautou-se nos estudos de José Carlos Rothen (2004) sobre *Epistemologia Política* que nos permitiu compreender as regras explícitas e implícitas presentes nos artigos analisados. Utilizamos nesta investigação fontes primárias (editoriais e artigos da *RBPAAE*; anais de simpósios da *ANPAE*) e fontes secundárias (estudos sobre: a *ANPAE* e a *RBPAAE*; o contexto histórico e social do período investigado; administração e gestão da educação). Com base nesta metodologia explicitamos e categorizamos os conceitos de administração da educação e gestão presentes nos artigos da

RBPAE. Utilizamos técnicas qualitativas de análise documental dividindo a investigação em dois momentos: a de seu corpo editorial e autores e a de seus artigos.

Nos estudos preliminares da Revista utilizamos pressupostos da bibliometria, que nos permitiu coletar e organizar os dados da Revista. A partir desta análise categorizamos os artigos nos descritores “administração da educação” e “gestão” (gestão da educação, gestão escolar, gestão inovadora, gestão estratégica, gestão democrática, gestão participativa) com base nos termos dispostos nos títulos destes estudos.

Nos 20 números da *RBPAE* publicados no período investigado (1995-2004) categorizamos 38 artigos, sendo que a maioria correspondeu aos descritores “gestão da educação” e “administração da educação”. Este último descritor esteve mais presente nos primeiros números da Revista e o descritor “gestão da educação” foi mais publicado nos últimos números investigados. Este movimento que os artigos publicados com os descritores “administração da educação” e “gestão da educação” fizeram, em relação ao período analisado, corresponde ao próprio movimento da administração da educação brasileira.

Utilizada, no início do século passado, em organizações públicas, a administração ganhou caráter científico a partir da Teoria Geral da Administração – TGA. Esta teoria foi desenvolvida para organizações particulares, visando o aumento da produção com o menor uso de tempo e recursos humanos e materiais. A transposição de métodos e técnicas da TGA para as organizações públicas ocorreram no intuito de tornar estas organizações mais eficientes e eficazes. No Brasil, esta reorganização das organizações públicas ocorreu, primordialmente, a partir da Reforma Administrativa do governo de Getúlio Vargas.

Enquanto o Estado se organizava administrativamente, intelectuais buscavam o desenvolvimento científico do país, denunciando a importação de teorias e estudos alheios à nossa realidade. Estes estudiosos consideravam necessária a criação de conhecimento a partir de nossa realidade, assim como, a socialização de estudos já produzidos por eles. A instituição da *ANPAE* e, posteriormente, a criação da *RBPAE* advieram destas preocupações, sendo importantes espaços para discussões e socializações de conhecimento em administração da educação.

A compreensão de que havia a necessidade de mudança no modelo de Estado brasileiro, adveio em meados da década de 1970, momento em que a crise financeira assolava o país e o regime militar era cada vez mais visto como um regime opressor, incapaz de manter

a ordem e o desenvolvimento do Brasil. Neste contexto, intelectuais e movimentos sociais lutavam pela redemocratização da sociedade. Uma das bandeiras levantadas foi pela gestão democrática da escola, na qual a partilha do poder de decisão entre comunidade local e escolar tornou-se uma das principais reivindicações.

A partir da crise em que o país se encontrava, iniciou-se o processo de reforma do Estado que foi concretizada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Por esta reforma, uma nova lógica se deu na condução das organizações públicas: a lógica gerencial. Intitulada como Reforma Gerencial do Estado buscou-se, com esta reorganização, o corte de gastos, a redução de funcionários do Estado, a descentralização administrativa etc. Na educação esta reforma foi sentida, primordialmente, pelo processo de municipalização.

Neste contexto, a *RBPAE* mostrou-se importante veículo de transmissão de estudos de autores vinculados, especialmente, à área da educação, corroborando o seu projeto inicial no qual se buscava a qualificação de especialistas habilitados nos cursos de Pedagogia. Convém ressaltar que o nível de formação de pós-graduação da maioria dos autores também correspondeu às expectativas de criação da Revista, já que uma das justificativas para a sua constituição pautou-se na compreensão de que a expansão da pós-graduação no Brasil proporcionava formação crítica suficiente de pesquisadores que poderiam submeter textos de qualidade ao periódico.

Enquanto alguns destes pesquisadores compreendiam que a reforma gerencial era necessária e possível de tornar o Estado mais eficiente e mais eficaz, outros acreditavam que a inserção do gerencialismo nas organizações públicas dificultaria a formação cidadã na escola, pois a partilha de poder não ocorreria e haveria apenas a participação da comunidade na fiscalização de serviços e no compartilhamento de serviços de conserto, limpeza etc.

Além disso, este movimento foi sentido na Revista pela quantidade de estudos publicados sobre as concepções investigadas. Desde sua criação (1983) até meados da década de 1990 a maioria dos artigos foram intitulados com o termo administração da educação. A partir de meados da década de 1990 até 2009, esta lógica começa a se inverter, havendo maior quantidade de artigos publicados sobre gestão democrática. Embora apareça em menor número, observamos a presença de artigos sobre gerencialismo. A Revista reflete o movimento que as organizações públicas de ensino sofreram, iniciando pela discussão sobre administração da educação, perpassando pelo processo de definição e luta pela gestão democrática, e apresentando discussões tanto pró quanto contra o gerencialismo.

Considerando a metodologia da Epistemologia Política, percebe-se que os paradigmas que norteiam os grupos editoriais da *RBPAE* tendem a considerar os discursos sobre a gestão democrática, entretanto não reprimem os da administração da educação e os do gerencialismo. Estes últimos conceitos estão presentes na Revista, mas em menor número.

As relações de poder existentes na Revista permitem que o leitor conheça os três conceitos, porém a grande ênfase dada, quantitativamente, à gestão democrática tende a induzir o leitor a considerá-la mais adequada às exigências legais e práticas da educação brasileira. Convém ressaltar que este fato tende a se perpetuar se os leitores considerarem este periódico como veículo impresso a favor da gestão democrática e contra a administração da educação e o gerencialismo, restringindo a submissão de estudos sobre estes dois últimos conceitos, por compreenderem que tais estudos seriam mais difíceis de serem publicados.

Quanto à compreensão sobre administração da educação, gestão democrática e gerencialismo expressas nos artigos investigados verificam-se conceitos que ora aproximam ora distanciam essas três concepções. Neste movimento está presente o significado de cada concepção, sendo manifesta por meio da apresentação dos problemas considerados legítimos na Revista, ou seja, pelas questões criticadas e/ou indicadas como necessárias à organização educacional.

A administração da educação percorre um processo que passa por três movimentos. No primeiro encontra-se a crítica de sua compreensão como uma atividade exclusivamente técnica e a ênfase na necessidade de consideração do seu aspecto político. O segundo movimento critica a utilização de modelo de gestão da Qualidade Total na educação. No terceiro movimento critica-se a rigidez hierárquica e enfatiza-se a importância da participação no processo administrativo.

A gestão democrática perpassa por quatro movimentos. No primeiro questiona-se a rigidez hierárquica e a verticalidade - conceitos utilizados na administração educacional – enfatizando a necessidade de uma gestão compartilhada. No segundo há o destaque à dimensão política da gestão por meio da exposição de seu vínculo com o contexto social. No terceiro enfatiza-se a necessidade de ampliação de espaços para a participação. No quarto movimento destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento técnico com vista a qualidade do ensino.

O gerencialismo é concebido por dois movimentos antagônicos. No primeiro enfatiza-se a necessidade de substituição do conceito de administração da educação pelo de

gestão da educação, rompendo com conceitos tradicionais e adaptando-se às exigências do contexto. O papel do Estado é limitado ao gerenciamento dos sistemas que passam a ser auto-regulados. O segundo movimento critica a transposição de regras e conceitos da economia para a educação devido à perda do sentido político da gestão.

Em cada uma das três concepções também foram apresentados princípios não problematizados, ou seja, princípios que foram dados, mas não foram discutidos pelos autores. Princípios como eficiência, eficácia, qualidade, descentralização, flexibilidade, efetividade, entre outros, foram apenas citados como necessários, porém sem uma discussão teórica sobre o seu significado, ocasionando, em muitos artigos, na confusão quanto à definição de cada concepção.

Nesta investigação nosso objetivo principal foi explicitar e categorizar os conceitos de Administração da Educação, de Gestão Democrática e de Gerencialismo presentes nos artigos da *RBPAE*. Por esta explicação e categorização concluímos que:

- a) o conceito de administração da educação foi apresentado na Revista como atividade relacionada, principalmente, à coordenação de ações que envolvem a organização, o desenvolvimento e, também, a avaliação de todo esse processo, de maneira coletiva e com definições hierárquicas;
- b) no conceito de gestão democrática há o destaque da natureza política desta atividade, enfatizando a sua adequação ao contexto escolar, cujo processo ocorre de forma coletiva tanto nas tomadas de decisões quanto na avaliação do projeto pedagógico da escola. A descentralização de poder, a comunicação horizontal e o aperfeiçoamento técnico de todos os segmentos envolvidos no processo decisório são tidos como fundamentais nesta concepção;
- c) no conceito de gerencialismo há o destaque para a limitação do Estado ao gerenciamento de sistemas auto-regulados e a ênfase para as avaliações e resultados. Busca-se, primordialmente, o alcance dos objetivos e propõe-se como necessário a sua adaptação ao contexto social.

Além disso, concluímos que a *RBPAE* foi, no período analisado, um importante veículo utilizado, primordialmente, por estudiosos da área da educação com título de pós-graduação, para a discussão sobre administração da educação, gestão democrática e gerencialismo. A Revista não excluiu a publicação de artigos com concepções antagônicas, mas veiculou em maior número artigos em prol da gestão democrática.

Apresentamos como limites desta dissertação a questão da restrição do período de análise, a falta de análise dos aspectos gráficos e a veracidade das informações dos autores dispostas no *Currículo Lattes*. Todos estes limites resultaram da escassez de tempo e de recursos materiais.

A restrição do período de análise está relacionada ao nosso projeto de pesquisa. Inicialmente havíamos proposto a análise de 25 anos de publicação da Revista, o que corresponderia a 50 números da *RBPAE*, contudo dada nossa escassez de tempo restringimos a investigação para 10 anos, correspondendo a 20 números publicados. Em outros estudos seria interessante analisar o período inteiro visando compreender a evolução destes conceitos.

A importância em estudar aspectos gráficos do periódico, como a paginação, a diagramação e as ilustrações, está na possibilidade de compreender, por exemplo, a importância dada pela Revista aos artigos, que pode ser expressa pela ordem de publicação - um artigo publicado logo nas primeiras páginas da revista pode ser dado como mais importante do um artigo publicado nas últimas páginas.

A delimitação deste trabalho quanto a veracidade das informações sobre os autores da Revista se deu pela utilização das informações contidas no *Currículo Lattes* dos autores. Como alguns deles não possuíam o currículo na *Plataforma Lattes* e aqueles que tinham indicavam dados incompletos e/ou que não correspondiam às informações dadas na Revista, a veracidade das informações ficou comprometida.

Sugerimos para futuros estudos a continuidade desta investigação considerando os aspectos gráficos da Revista, a maior abrangência do período delimitado, a análise dos dados dos autores da Revista por outros procedimentos, como a realização de entrevistas e questionários, e o aprofundamento da discussão sobre a confusão teórica que alguns autores fazem na utilização dos conceitos de administração da educação, gestão democrática e gerencialismo.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Desafios contemporâneos para a reforma da administração pública. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração pública**: coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto, Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 537-548.

ALONSO, Myrtes. A Administração Educacional e os Desafios da Modernidade. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 11, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 1995.

ARROYO, Miguel. Administração e Qualidade Prática Educativa: exigências e perspectivas. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 12, n. 1; p. 9-21; jan./jun. 1996.

_____. Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política? In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. **Debate**: retrato da escola. Ministério da Educação. Boletim 12, jun./jul. 2005. p. 35-39. Disponível em: <tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2011.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. Administração pública e a escola cidadã. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2, p. 217-226, jul./dez. 1999.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1930 a 1960. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981. (Biblioteca Alfa-Omega de ciências sociais. Série 1).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et. al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasilienses, 1992. (Coleção Primeiros Passos, n. 95).

BOTELHO, Maria Clélia. Abertura do XV SBAE [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 7, n. 1- 2, p. 9-10, jan./dez. 1991.

BRASIL. **Decreto Lei n.579, de 30 de julho de 1938**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui% c3% a7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%a7ao.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia; BIANCHI, Ana Maria; NETO, Antônio Delfim (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamentos, instituições, depoimentos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. p. 17-69.

_____. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: SACHS, Ignacy; WIHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=509>>. Acesso em :22 abr. 2011.

BROOKE, Nigel. O Futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2011.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto da interdisciplinabilidade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992)**. 1997. 370 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CASASSUS, Juan. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. Tradução de Luiz Pontual. **Cadernos de Pesquisa**. n. 114, p. 7-28, nov.2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2011.

CASTRO, Magali de. Ensino superior no limiar do terceiro milênio: algumas reflexões sobre autonomia e gestão das universidades. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 1, p. 39-74, jan./jun. 1998.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Eis a questão: uma leitura dos dilemas atuais da administração pública e da gestão do ensino superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 1; p. 75-114; jan./jun. 1998.

CASTRO, Marta Luz Sisson de.; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Temáticas privilegiadas em periódicos nacionais: uma análise das publicações na área de administração da educação (1982-2000). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 491-521, set./dez. 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Administração Escolar: a trajetória da Anpae na década de 1960**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CATAPAN, Araci Hack. O conhecimento e a administração do processo de trabalho escolar. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 11, n. 1; p. 27-39; jan./jun. 1995.

CERQUEIRA, Doralice Marques de Araújo; FREITAS, Kátia Siqueira de. Gestão da Escola Pública: uma análise da prática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2; p. 185-192; jul./dez. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 16. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola).

CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Autogestão e Heterogestão**: comparando as relações de trabalho em duas organizações do setor têxtil de Santa Catarina. 2004. 243 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0627.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

COSTA, Jorge Adelino. A administração educacional na formação de professores: retrospectiva de duas décadas na universidade de Aveiro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2; p. 227-239; jul./dez. 1999.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no estado novo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 18, n. 2; p. 163-174; jul./dez. 2002.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DELEON, Linda. Sobre Agir de Forma Responsável em um mundo desordenado: ética individual e responsabilidade administrativa. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração Pública**: coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto, Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 573-594.

DOURADO, Luiz Fernando. Gestão democrática da educação e mecanismo de participação coletiva. **Debate**: retrato da escola. Ministério da Educação. Salto para o Futuro; TV Escola: Boletim 12, jun./jul. 2005. p. 27-30. Disponível em: <tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2011.

EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 247-259, jul./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 set. 2010.

FALCÃO, Luciane Maria Quintanilha; ESTEVES, Vera Vergara. A Educação superior na Revista Brasileira de Administração da Educação – RBAE (1968-1995). In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **A Educação superior em periódicos nacionais**. Vitória: FCCA/CNPQ, 1998. p. 181-190.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz Moreira. Equidade e qualidade da educação básica e as relações intergovernamentais no financiamento e na gestão da educação [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n. 2, p. 191-194, jul./dez. 2006.

_____. Novos dispositivos e arenas na democratização da educação [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 3, p. 391-395, set./dez. 2009.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção Educação Contemporânea).

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão da educação e formação: notas para um projeto pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 1998.

_____. Gestão democrática na formação do profissional da educação: a imprescindibilidade de uma concepção. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. p. 157-176.

FORTUNA, Maria Lucia de Abrantes. Sociedade, Estado e Educação: os contraditórios caminhos da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2, p. 161-166, jul./dez. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FREITAS, José Cleber de. A Administração pública e a qualidade de ensino. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 12, n. 1, p. 80-85, jan./jun. 1996.

FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; PINHEIRO, Jussara Xavier. Políticas educacionais e a gestão da escola pública: cultura, liderança e legislação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 18, n. 1; p. 41-52; jan./jun. 2002.

GERTEL, Héctor R.; JACOBO, Alejandro D.. Hacia la calidad em la gestion de la educacion superior em America Latina: ¿que indicadores deben prevalecer? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 20, n. 2; p. 29-42; jul./dez. 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2011.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Estado, Sociedade e Gestão da Educação: novas prioridades, novas palavras-de-ordem e novos-velhos problemas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 13, n. 1; p. 7-18; jan./jun. 1997.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. et al. Um estudo bibliométrico sobre a educação jesuítica no Brasil colonial. **Biblios: Revista de Bibliotecologia y Ciencias de La Información (Lima-Peru)**, v. 8, n. 27, p. 1-18, 2007.

JACOBI, Pedro. Os desafios de inovar na gestão educativa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2; p. 167-172; jul./dez. 1999.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática na escola pública**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

LIMA, Sueli Azevedo de Souza da Cunha. Gestão da escola: uma construção coletiva – superando conflitos e rompendo com a rotina burocrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 15, n. 2; p. 205-215; jul./dez. 1999.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Publicização da gestão escolar: descentralização radical, privatização ou desresponsabilidade do Estado? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 17, n. 2; p. 171-186; jul./dez. 2001.

LUCE, Maria Beatriz Moreira. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 2, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 1984.

_____. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 5, n. 2, p. 7-8, jul./dez. 1987.

_____. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 6, v. 1, p. 7, jan./jul. 1988.

_____. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 17, n. 2, p. 141-144, jul./dez. 2001.

_____. Perspectivas e comemorações na produção intelectual de política e administração da educação [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 415-417, set./dez. 2007.

LUCE, Maria Beatriz Moreira; FACHIN, Roberto Costa. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 2, n. 2, p. 7-8, ago./dez. 1984.

LUCE, Maria Beatriz Moreira; SANDER, Benno. História, compromisso e perspectivas [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n. 1, p. 7-10, jan./jun. 2006.

_____. Produção e utilização do conhecimento em política e gestão da educação [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 1, p. 7-10, jan./abr. 2007.

LÜCK, Heloisa; et. al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

MACHADO, Glória Maria Alves; CAVALCANTI, Rilva José Pereira Uchoa. Democratizar a educação: uma questão da administração pública ou do gestor escolar? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 20, n. 2; p. 137-143; jul./dez. 2004.

MADEIRA, Margot Campos; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. Representações sociais do administrador escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 18, n. 2; p. 203-214; jul./dez. 2002.

MAIA, Graziela Zambão Abdian. **As Publicações da ANPAE e a Trajetória do Conhecimento em Administração da Educação no Brasil**. 2004. 200f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MARTINS, Angela Maria. (Org.). **Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)**. Brasília: Líber Livro, 2011.

MATA, Speranza França da. Administração e Política da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 2; p. 289-305; jul./dez. 1998.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Gestão Democrática na Educação no Distrito Federal: das eleições à diretoria política. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 1; p. 9-38; jan./jun. 1998.

MENEZES, João Gualberto de Carvalho. Uma contribuição para a memória da ANPAE. **Revista Brasileira de Política e Administração Escolar**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 261-269, jul./dez. 1997.

MENIN, Pedro Augusto Hercks. Alguns Aspectos da Democratização da Gestão e Autonomia da Escola sob uma leitura Micropolítica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 2; p. 253-261; jul./dez. 1998.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria geral da administração**: uma introdução. 9.ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, n. 21).

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999. p. 15-43.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Práticas clientelistas e gestão democrática na instituição escolar: a difícil travessia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 18, n. 1; p. 53-66; jan./jun. 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 14, n. 2; p. 243-251; jul./dez. 1998.

_____. José Querino Ribeiro e o paradoxo da administração escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 561-570, set./dez. 2007.

PEREIRA, Gilson Ricardo Medeiros; ANDRADE, Maria da Conceição Lima de. A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBP AE), Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2007.

PEREIRA, Ruth da Cunha; PINTO, Therezinha de Jesus Conde. A educação do jovem trabalhador em face das exigências do trabalho na contemporaneidade: a necessidade de repensar a gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 20, n. 2; p. 43-58; jul./dez. 2004.

PINTO, Antônio Pithon. Carta (1955). In: MAIA, Graziela Zambão Abdian. **As Publicações da ANPAE e a Trajetória do Conhecimento em Administração da Educação no Brasil**. 2004. 200f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

POPKEWITZ, Thomaz S. **Reforma educacional**: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p.173-210. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

RAMOS, Géssica Priscila; FERNANDES, Maria Cristina. Lutas, contradições e conflitos: a construção histórica do conselho escolar no Brasil. In: LUIZ, Maria Cecília (Org.). **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. p. 47-58.

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Belo Horizonte, v. 7, n. 1- 2, jan./dez. 1991.

RIBEIRO, Djeissom Silva; MACHADO, Lourdes Marcelino. Para uma Teoria da Administração Escolar no Brasil: a evolução do conhecimento. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 19, n. 2; p. 169-178; jul./dez. 2003.

RIBEIRO, José Querino. Planificação educacional (planejamento escolar). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 85-93, jan./abr. 2005.

RISCAL, Sandra Aparecida. O Conceito de gestão democrática e participação política na educação. **Revista Educação & Cidadania**. Campinas, SP: Editora Átomo, ano 5, v. 6, n. 1, p. 63-70, 2007.

_____. **Gestão democrática no cotidiano escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. (Coleção UAB-UFSCar).

_____. Considerações sobre o Conselho Escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, Maria Cecília (Org.). **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. p. 23-45.

ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado**: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. 2004. 240f. Tese (Doutorado em Educação); Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil**: evolução do conhecimento. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, 1981. (Série Cadernos de Administração Escolar, VII).

_____. Apresentação. [Apresentação]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 1, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 1983.

_____. A Administração e a Qualidade em Educação na América Latina. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 12, n. 1; p. 23-30; jan./jun. 1996.

_____. Política e Gestão da Educação no Brasil: momentos e movimentos. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 17, n. 2; p. 263-276; jul./dez. 2001.

_____. **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

_____. **Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/documentos/estudos/estudos_01.pdf>. Acesso em: 05 maio 2010.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Os colegiados escolares no contexto da democratização da gestão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 20, n. 2; p. 116-136; jul./dez. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SILVA, Jorge Ferreira da. Zero, 1 e 24. [Carta ao Leitor]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.13, n. 1, p. 5-6, jan./jun. 1997a.

_____. Acertos e Erros [Carta ao Leitor]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 13, n. 2, p. 149-150, jul./dez. 1997b.

SILVA, Maria Aparecida da. Educação e administração participada. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 17, n. 2; p. 161-170; jul./dez. 2001.

SILVA, Rinalva Cassiano. A qualidade total na administração da educação: afinal, do que se trata? In: **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 11, n. 2; p. 97-117; jul./dez. 1995.

_____. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 19, n. 1, p. 5-8, jan./jun. 2003.

SILVA, Romeu Adriano da. **Golpe Militar e Adequação Nacional à internacionalização capitalista (1964-1984)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_militar_intro.html>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. Federalismo e articulação de competências no Brasil. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração Pública**: coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto, Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 549-570.

SIMPOSIO BRASILEIRO DE ADMIDNITRAÇÃO ESCOLAR, 1962. **Relatório**. São Paulo: ANPAE, 1962.

SIMPOSIO BRASILEIRO DE ADMIDNITRAÇÃO ESCOLAR, 2., 1963. **Relatório**. São Paulo: ANPAE, 1963.

SIMPOSIO BRASILEIRO DE ADMIDNITRAÇÃO ESCOLAR, 3., 1966. **Relatório**. São Paulo: ANPAE, 1966.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Os sentidos da separação entre gestão pedagógica e gestão escolar nas políticas públicas educacionais do Paraná. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 19, n. 2; p. 243-250; jul./dez. 2003.

SUNDFELD, Carlos Ari. Para entender o direito administrativo. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração pública**: coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto, Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 291-312.

TAYLOR, Frederick Wislow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. O que é Administração Escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 13, n. 2; p. 273-278; jul./dez. 1997.

_____. A administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 23-37, jan./abr. 2005.

TOSI, Maria Raineldes. O papel pedagógico da administração escolar: uma proposta a partir da prática. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 11, n. 1; p. 46-55; jan./jun. 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. O conselho de escola e a gestão colegiada na escola pública do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. v. 11, n. 1; p. 57-77; jan./jun. 1995.

VIEIRA, Paulo Reis. Em busca da gestão estratégica da educação: notas para uma ruptura da perspectiva tradicional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 13, n. 2; p. 247-260; jul./dez. 1997.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Novos tempos, novas designações e demandas: diretor, administrador ou gestor escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 17, n. 2; p. 147-160; jul./dez. 2001.

WITTMANN, Lauro Carlos. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 11, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 1995a.

_____. Editorial [Editorial]. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 11, n. 2, p. 7-8, jul./dez. 1995b.

ZILLER, Jacques. O sistema continental de legalidade administrativa. In: In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). **Administração pública**: coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto, Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 273-289.

APÊNDICE A: MODELO DE FICHA DE LEITURA

Referência Bibliográfica**Texto exemplar**

Sim Não

Descritor original:

Com a leitura altera: Não Sim. Qual _____

Identificar os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade;

Identificar os problemas considerados legítimos e dos princípios não problematizados;

Identificar as soluções aceitas para os problemas apresentados;

Identificar a concepção acerca do termo administração e do termo gestão da educação;

Avaliação das políticas públicas

APÊNDICE B: PLANILHA DE CATALOGAÇÃO

Código	Volume Número	Ano	Autor	Título	Área	Titulação	Programa de Pós-Graduação	Instituição	Vínculo com ANPAE
01.01	v.1 n.1	1983	BENNO SANDER	Consenso e conflito na administração da educação	Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense Organização dos Estados Americanos - OEA	Presidente Conselho Deliberativo Conselho Editorial Consultor Editorial
01.01	v.1 n.1	1983	JORGE FERREIRA DA SILVA	Administração da educação: desafios da ambiguidade	Administração de Empresas	Mestrado		Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Cobra Computadores e Sistemas S.A.	
01.01	v.1 n.1	1983	JOSE CAMILO DOS SANTOS FILHO	Administração educacional e desenvolvimento social	Administração Educacional	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	
01.02	v.1 n.1	1983	FATIMA CUNHA FERREIRA PINTO	Teoria e pratica da administração universitária	Filosofia	Doutorando	PPG em Administração Educacional - Fundação Getulio Vargas - RJ PPG em Educação - Universidade Federal Fluminense - UFF	Fundação Getulio Vargas - RJ Organização dos Estados Americanos - OEA Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense	2ª Vice-Presidente, Região Sudeste Conselho Deliberativo Conselho Editorial Consultor Editorial
01.02	v.1 n.1	1983	ARTHUR CEZINIO DE ALMEIDA SANTA ROSA						
01.02	v.1 n.1	1983	JURACY CUNEGATTO MARQUES	Administração solidária: proposta ou desafio					
01.03	v.1 n.1	1983	RAIMUNDO HELIO LEITE	O comportamento institucional da Secretaria da Educação do Ceara	Estatística	Mestrado		Universidade Federal do Ceara Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras	
01.03	v.1 n.1	1983	JOSE ANCHIETA ESMERALDO BARRETO		Educação	Pós-Doutorado		Universidade Federal do Ceara	
01.04	v.1 n.1	1983	MIGUEL GONZALEZ ARROYO	A administração da educação é um problema político	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Universidade Federal de Minas Gerais Universidade de Santa Úrsula	

01.04	v.1 n.1	1983	ARNALDO NISKIER	A formação do administrador escolar					
01.04	v.1 n.1	1983	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Administrador escolar: seleção e desempenho	Educação	Doutorado			Universidade Federal de Minas Gerais
01.01	v.1 n.2	1983	LAURO CARLOS WITTMANN	Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico	Educação	Doutorado	PPG - Universidade Federal da Paraíba - UFPB		Universidade Federal da Paraíba Associação Nacional de Pesquisadores e Programas de Pós-Graduação
03.01	v.1 n.2	1983	DIVONZIR ARTHUR GUSSO	Escolarização e Déficit Escolar: os fatos e as versões					
01.05	v.1 n.2	1983	MOACIR GADOTTI	A formação do administrador da educação: análise de propostas	Educação	Doutorado			Pontifícia Universidade Católica de Campinas Universidade Estadual de Campinas Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
09.01	v.1 n.2	1983	CARLOS CORREA MASCARO	Reforma universitária, gratuidade do ensino e outros problemas					
09.01	v.1 n.2	1983	LUIZ ANTONIO CUNHA	Ensino Superior: a gratuidade necessária					
04.01	v.1 n.2	1983	JOSE CARLOS DE ARAUJO MELCHIOR	Financiamento da Educação no Brasil: algumas questões atuais					
12.01	v.1 n.2	1983	VANI MOREIRA KENSKI	Funções do supervisor em escolas de 2º grau do Distrito Federal	Educação	Mestrado			Universidade de Brasília
12.01	v.1 n.2	1983	ALCI ADERI DE MELLO	Alienação no lugar de trabalho: uma análise de trajetória	Administração	Mestrado			Fundação Universidade do Amazonas
12.01	v.1 n.2	1983	DIETMAR KLAUS PFEIFFER						
14.01	v.1 n.2	1983	CELIA LUCIA MONTEIRO DE CASTRO	Nuremberg, Helsinki, Tóquio: importante? Ou educação e diferente?					
03.01	v.1 n.2	1983	RUDOLF LENHARD	A qualidade do ensino elementar, o professor e a política					
04.01	v.2 n.1	1984	GAUDENCIO FRIGOTTO	Educação como capital humano: uma "teoria" mantenedora do senso comum	Educação	Doutorado			Universidade Federal Fluminense Fundação Getulio Vargas - RJ
01.01	v.2 n.1	1984	BENNO SANDER	A administração da educação como processo mediador	Educação	Doutorado			Universidade Federal Fluminense Organização dos Estados Americanos - OEA Presidente Conselho Deliberativo Conselho Editorial
01.05	v.2 n.1	1984	MESSIAS COSTA	O estado atual do conhecimento das funções do administrador educacional no Brasil: dimensão legal	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação- Universidade de Brasília		Universidade de Brasília
01.05	v.2 n.1	1984	MARIA ANGELA GOUVEIA DE MELLO						
01.05	v.2 n.1	1984	HELENE BARROS						

01.05	v.2 n.1	1984	HELENA MACHADO C. DE ABREU						
01.05	v.2 n.1	1984	ALTAIR MACEDO LAHUD		Educação	Mestrado		Universidade de Brasília	Vice-Presidente, Região Centro-Oeste
01.05	v.2 n.1	1984	EDIRUALD DE MELLO						Conselho Deliberativo Conselho Editorial Consultor Editorial Diretor Executivo
01.05	v.2 n.1	1984	THEODOLINDO A. CERDEIRA						
01.05	v.2 n.1	1984	EURIDES BRITO DA SILVA						
01.05	v.2 n.1	1984	STELLA DOS C. G. TRAIS						
01.05	v.2 n.1	1984	BENNO SANDER		Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense	Presidente
								Organização dos Estados Americanos - OEA	Conselho Deliberativo Conselho Editorial
07.01	v.2 n.1	1984	NIRCELIO ZABOT	Eleições para diretores escolares: uma importante conquista democrática					
09.01	v.2 n.2	1984	PETER BLAU	Universidades como organizações				Columbia University - EUA	
06.01	v.2 n.2	1984	FERNANDO CLAUDIO PRESTES MOTTA	Considerações sobre a conferência de Peter Blau	Administração de Empresas	Doutorado	PPG - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FVG/EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FGV/EAESP	
06.01	v.2 n.2	1984	SERGIO ZACARELLI	Comentários sobre o trabalho de Peter Blau				Universidade de São Paulo	
09.01	v.2 n.2	1984	CARLOS OSMAR BERTERO	Autarquia e fundações: dois experimentos organizacionais em universidades federais	Administração	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	Universidade Metodista de São Paulo	
							PPG em Administração de Empresas - FGV/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Fundação Getulio Vargas - SP	
09.01	v.2 n.2	1984	ALKIMAR RIBEIRO MOURA		Economia	Doutorado		Fundação Getulio Vargas - SP	
09.01	v.2 n.2	1984	MARIA BEATRIZ MOREIRA LUCE	Em busca de uma ampliação na agenda de pesquisa sobre organizações universitárias	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Presidente Conselho Deliberativo Conselho Editorial Editor da RBAE
09.01	v.2 n.2	1984	SUZANA BRAGA RODRIGUES	Processo decisório em universidades: teoria III	Administração	Doutorado		Universidade Federal de Minas Gerais	
06.01	v.2 n.2	1984	ROBERTO COSTA FACHIN	Comentários sobre o artigo de Suzana Braga Rodrigues	Ciência Política	Livre-Docência		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
08.01	v.2 n.2	1984	PHILIP M. MARCUS	Redes sociais e organizações complexas				Michigan State University	
08.01	v.2 n.2	1984	CLOVIS LUIS MACHADO DA SILVA	Redes sociais e organizações complexas: breves comentários	Administração	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-CNPq	Conselho Editorial

												Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Universidade Federal de Santa Catarina
06.01	v.2 n.2	1984	GEORGE BROWNE REGO	Comentários ao trabalho de Philip Marcus	Filosofia	Pós-Doutorado						Universidade Federal de Pernambuco
09.01	v.2 n.2	1984	LUCIANO ZAJDSZNAJDER	A organização universitária brasileira: análise crítica e propostas quase-utópicas								Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas
06.01	v.2 n.2	1984	MARIA ESTELA DAL PAI FRANCO	Comentários sobre o trabalho de Luciano Zajdsznajder	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS					Universidade Federal do Rio Grande do Sul
09.01	v.2 n.2	1984	ERLANDSEN FREITAS JAGUARIBE	A estrutura departamental da universidade brasileira: algumas considerações críticas								Universidade Federal de Paraíba
09.01	v.2 n.2	1984	JURACY CUNEGATTO MARQUES	O departamento e sua fragmentação por áreas do conhecimento								Universidade Federal do Rio Grande do Sul
08.01	v.2 n.2	1984	TANIA FISCHER	Departamentos colegiados de curso: dois pólos de poder na estrutura universitária	Administração	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Federal da Bahia - UFBA					Universidade Federal da Bahia
06.01	v.2 n.2	1984	EDI MADALENA FRACASSO	Comentários ao texto de Tania Fischer	Educação	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS					Universidade Federal do Rio Grande do Sul Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Governo do Estado do Rio Grande do Sul
09.01	v.2 n.2	1984	EUNICE LACAVA KWASNICKA	A estrutura organizacional na universidade como fonte geradora de conflito	Administração	Pós-Doutorado	PPG em Administração - Universidade de São Paulo - USP					Universidade de São Paulo
09.01	v.2 n.2	1984	LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA	Estratégia é estrutura!								Universidade Federal do Rio Grande do Sul
09.01	v.2 n.2	1984	KIM CAMERON	Faculdades e universidades eficientes: novas descobertas e resultados a partir de pesquisas								Centro Nacional para Sistemas Gerenciais na Educação Superior
06.01	v.2 n.2	1984	SIMON SCHWARTZMAN	Comentários acerca da exposição de Kim Cameron	Ciência Política	Doutorado	PPG em Ciência Política e Sociologia - Instituto Universitário do Rio de Janeiro					Fundação Getúlio Vargas - RJ Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro
09.01	v.2 n.2	1984	CLOVIS LUIS MACHADO DA SILVA	Eficácia organizacional de universidades: um modelo para teste empírico	Administração	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC					Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Universidade Federal de Santa Catarina Conselho Editorial

06.01	v.2 n.2	1984	EDI MADALENA FRACASSO	Comentários sobre o trabalho de Clovis L. Machado da Silva	Educação	Doutorado	PPG em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Governador do Estado do Rio Grande do Sul
01.02	v.2 n.2	1984	MARIA DE LOURDES MANZINI COVRE	Administração da universidade e participação: o caso PUC-SP	Sociologia	Doutorado	PPG em Administração - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PPG em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Universidade Estadual de Campinas
01.02	v.2 n.2	1984	MARGARIDA MARIA COSTA BATISTA	Da racionalidade administrativa ao processo de democratização: algumas reflexões sobre a universidade				Universidade Federal da Bahia
06.01	v.2 n.2	1984	VERA SUELI STORCK	Comentários aos trabalhos de Maria de Lourdes Covre e Margarida Costa Batista				Universidade Federal do Rio Grande do Sul
09.01	v.2 n.2	1984	LUIS CARLOS MOREIRA DA SILVA	Participação na universidade: o caso da PUC-SP				Universidade Federal do Rio Grande do Sul
08.01	v.3 n.1	1985	PHILIP R. FLETCHER	A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira				
01.01	v.3 n.1	1985	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade	Educação	Doutorado		Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Universidade Federal de Minas Gerais
03.03	v.3 n.1	1985	JORGE FERREIRA DA SILVA	Políticas e estratégias de interação escola-sociedade	Administração de Empresas	Mestrado		Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Cobra Computadores e Sistemas S.A.
04.01	v.3 n.1	1985	NEUZA ZAPPONI LINDHALL	Necessidades versus recursos: um dilema real				
07.01	v.3 n.1	1985	NEIDSON RODRIGUES	Colegiado: instrumento de democratização	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Minas Gerais
07.01	v.3 n.1	1985	ALFREDO JOSE DA VEIGA NETO	Eleições na comunidade universitária: uma contribuição	Genética	Mestrado		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
07.01	v.3 n.1	1985	CESAR AUGUSTO ZEN VASCONCELLOS		Física	Doutorado		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
01.02	v.3 n.1	1985	PETRUS MARIA VLASMAN	Universidade: a luta pelo poder				
01.02	v.3 n.1	1985	LUIZ FELIPE MEIRA DE CASTRO					
13.01	v.3 n.1	1985	EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA	A contribuição da revisão da literatura a sistematização do direito educacional	Economia Política	Livre-Docência		Universidade Federal da Bahia

									Governo do Estado da Bahia Universidade do Estado da Bahia
01.02	v.3 n.2	1985	VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA	A administração universitária e as transformações da sociedade brasileira	Educação	Doutorado			Consultor Editorial
03.01	v.3 n.2	1985	EDIRUALD DE MELLO	O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade					Diretor Executivo
03.01	v.3 n.2	1985	OSCAR SERAFINI						
03.01	v.3 n.2	1985	ACACIA ZENEIDA KUENZER	As relações de produção e a educação do trabalhador	Educação	Doutorado			Universidade Federal do Paraná
03.01	v.3 n.2	1985	JOSE MISAEL FERREIRA DO VALE	O ensino da administração e a formação de administradores escolares	Educação	Doutorado			
14.01	v.3 n.2	1985	EUNICE LACAVA KWASNICKA	Pensamento administrativo e prática de administração de instituição de ensino superior: o caso de universidade na França e no Brasil	Administração	Pós-Doutorado	PPG em Administração - Universidade de São Paulo - USP		Universidade de São Paulo
14.01	v.3 n.2	1985	JOSE AUGUSTO DIAS	O contexto cultural da política educacional: Brasil e Estados Unidos					
01.01	v.3 n.2	1985	GAUDENCIO FRIGOTTO	Administração Escolar: introdução crítica de Vitor Henrique Paro	Educação	Doutorado	PPG em Administração - Fundação Getulio Vargas - RJ		Fundação Getulio Vargas - RJ
16.01	v.4 n.1	1986	BENNO SANDER	A ANPAE e o compromisso com a administração da educação no Brasil	Educação	Doutorado			Organização dos Estados Americanos - OEA Universidade Federal Fluminense Conselho Deliberativo
16.01	v.4 n.1	1986	FATIMA CUNHA FERREIRA PINTO	A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação	Filosofia	Doutorado	PPG em Administração Educacional - Fundação Getulio Vargas - RJ PPG em Educação - Universidade Federal Fluminense - UFF		Organização dos Estados Americanos - OEA Fundação Getulio Vargas - RJ Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense Conselho Deliberativo
16.01	v.4 n.1	1986	JOSE NEWTON ALVES DE SOUSA	Breve comentário sobre a contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação					
11.01	v.4 n.1	1986	ACACIA ZENEIDA KUENZER	Educação e Trabalho: questões teóricas	Educação	Doutorado			Universidade Federal do Paraná
11.01	v.4 n.1	1986	MARIA DE FATIMA COSTA FELIX	A escola como ambiente de trabalho e de formação do trabalhador					
01.01	v.4 n.1	1986	CHARLES RICHARD LYNDAKER	A estrutura administrativa de uma escola para o excepcional	Educação	Doutorado			Universidade Estadual de Campinas
01.01	v.4 n.1	1986	SUELY FELIX PEREIRA						
10.01	v.4 n.1	1986	APARECIDA CARDOZO MESQUITA DA ROSA	Equipes de ensino na administração central e descentralizada da Secretaria de Educação do Paraná					
10.01	v.4 n.1	1986	INELI DE OLIVEIRA GIOVANETTI						

10.01	v.4 n.1	1986	ROSEMARY PEREIRA GELBCKE						
10.01	v.4 n.1	1986	MAGALI DE CASTRO	Integração entre Universidade e secretaria de educação para atualização dos administradores de escolas de 1º e 2º graus em Boa Vista, Roraima	Educação	Mestrado			Universidade Federal de Minas Gerais
10.01	v.4 n.1	1986	MARIA AUXILIADORA C. A. MACHADO						
10.01	v.4 n.1	1986	MAGALI DE CASTRO	Atuação da Universidade na melhoria do ensino de 1º grau na periferia: o caso de Morro Alto, Belo Horizonte, Minas Gerais	Educação	Mestrado			Universidade Federal de Minas Gerais
10.01	v.4 n.1	1986	MARIA AUXILIADORA C. A. MACHADO						
10.01	v.4 n.1	1986	NEUSA MARIA DE OLIVEIRA MACEDO						
03.01	v.4 n.1	1986	CREUSA FERNANDES CORREIA LIMA	A professora normalista: dado para uma possível prática pedagógica conseqüente	Educação	Mestrado			Universidade Estadual do Ceara Universidade de Fortaleza
01.01	v.4 n.1	1986	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação	Educação	Doutorado			Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Universidade Federal de Minas Gerais
01.01	v.4 n.1	1986	MARIA ESTELA DAL PAI FRANCO	O desvelamento e a contraposição de mitos na administração da educação brasileira	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
03.01	v.4 n.1	1986	MAGALI DE CASTRO	A formação do educador na proposta curricular da Faculdade de Educação da UFMG	Educação	Mestrado			Universidade Federal de Minas Gerais
03.01	v.4 n.1	1986	MARIA AUXILIADORA C. A. MACHADO						
03.01	v.4 n.1	1986	NEUSA MARIA DE OLIVEIRA MACEDO						
02.05	v.4 n.2	1986	LAURO CARLOS WITTMANN	Fundamentos e perspectivas para a gestão democrática da educação	Educação	Doutorado			Universidade Federal de Santa Catarina
02.02	v.4 n.2	1986	VITOR HENRIQUE PARO	A gestão de escolas públicas de 1º e 2º graus e a teoria administrativa	Educação	Doutorado			Universidade de São Paulo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Fundação Carlos Chagas
09.04	v.4 n.2	1986	ALDA LUIZA PESSOTI	Conselho Diretor: uma proposta de colegiado para democratizar uma escola de 1º grau					
02.05	v.4 n.2	1986	MARIA RAINELDES TOSI	A gestão democrática da educação através da ação da comunidade: uma experiência	Educação	Doutorando			
09.01	v.4 n.2	1986	ELIANA BARBOSA HEEMANN	A eleição dos diretores das escolas estaduais do Paraná e seus efeitos na vida da escola					
01.04	v.4 n.2	1986	NIRCELIO ZABOT	O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar					
04.01	v.4 n.2	1986	CARMEN LINS BAIA DE SOLARI	Auto-avaliação do CPG-EDU da UFRGS: uma experiência em avaliação qualitativa					
01.02	v.4 n.2	1986	EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA	Administração educacional a nível de doutorado: relato de uma experiência	Economia Política	Livre-Docência	PPG em Educação - Université du Quebec		Universidade Federal da Bahia Université du Quebec

									Governo do Estado da Bahia
14.01	v.4 n.2	1986	MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES	Proposta e experiência de intercâmbio internacional para a formação de administradores escolares					
09.01	v.4 n.2	1986	SOFIA LERCHE VIEIRA	A universidade e a reforma consentida	Educação	Doutorando			Universidade Estadual do Ceara
01.02	v.4 n.2	1986	ALBERTINA VICENTINI RODRIGUES DE ALMEIDA	Autocrítica da administração universitária					
09.01	v.4 n.2	1986	MARIA LUCIA DE ABRANTES FORTUNA	Os estágios como ação pedagógica e prática social transformadora	Educação	Mestrado			Universidade Federal Fluminense
01.06	v.4 n.2	1986	MARLOU ZANELLA PELLEGRINI	Administração Participativa: da teoria a prática					Vice-presidente região Sul Conselho Deliberativo
01.06	v.4 n.2	1986	MARLOU ZANELLA PELLEGRINI	Planejamento Participativo: um processo político					Vice-presidente Região Sul Conselho Deliberativo
13.01	v.4 n.2	1986	OSMAR FAVERO	Educação e Constituinte	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Fundação Getulio Vargas - RJ PPG em Educação- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ	Fundação Getulio Vargas - RJ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Educação Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	
13.01	v.4 n.2	1986	CANDIDO ALBERTO DA COSTA GOMES	Educação na Constituinte: desafios e alternativas	Educação	Doutorado		Universidade Católica de Brasília	Senado Federal
13.01	v.4 n.2	1986	FRANCISCO SALATIEL DE ALENCAR BARBOSA						
10.01	v.5 n.1	1987	FERNANDO CLAUDIO PRESTES MOTTA	Escola e Capitalismo de Estado	Administração de Empresas	Livre-Docência	PPG - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FVG/EASP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FGV/EASP	
10.01	v.5 n.1	1987	SERGIO LUIZ DE TOLEDO PIZA						
04.02	v.5 n.1	1987	JOSE AMARAL SOBRINHO	Reflexões sobre o Planejamento Educacional no Brasil					
07.01	v.5 n.1	1987	JOSE MARIO PIRES AZANHA	A Estigmatização da Escola Pública	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Secretaria de Estado da Educação Universidade de São Paulo	
07.01	v.5 n.1	1987	ELIZABETH JUCHEM MACHADO LEAL	Diretores Eleitos: dilemas emergentes da greve do magistério de 1987 em Santa Catarina					
07.01	v.5 n.1	1987	VIRGINIA MARIA DE FIGUEIREDO E SILVA						
09.01	v.5 n.1	1987	MARCIA ONDINA VIEIRA FERREIRA	O Processo de Democratização da Universidade Brasileira: análise de uma	Educação	Mestrado			Universidade Federal de Pelotas

				experiência					Universidade de Santa Cruz do Sul Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
09.01	v.5 n.1	1987	KATIA SIQUEIRA DE FREITAS	Fatores que afetam o Desempenho Acadêmico de Estudantes da Universidade Aberta da Venezuela	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade do Estado da Bahia - UNEB		Universidade do Estado da Bahia
09.01	v.5 n.1	1987	PATRICK D. LYNCH						
10.01	v.5 n.1	1987	SONIA MARIA COIMBRA KENSKI	A municipalização do Estado Básico no Brasil					
02.01	v.5 n.2	1987	SERGIO PROENCA LEITAO	A organização e a gestão do ensino superior na Nova República		Doutorando			Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
01.05	v.5 n.2	1987	DIRCE MENDES DA FONSECA	Administração da educação: dilemas e perspectivas	Educação	Mestrado	PPG em Educação - Universidade de Brasília		Universidade de Brasília
01.05	v.5 n.2	1987	ELIANE LOPES DA SILVA GSCHWENTER	As múltiplas funções da escola: das reguladoras as emancipatórias					
01.05	v.5 n.2	1987	ERASTO FORTES MENDONCA	A eleição de diretores do ensino público do DF: avanços ou manipulação?	Educação	Mestrado			Fundação Educacional do Distrito Federal Universidade Católica de Brasília
02.06	v.5 n.2	1987	VICENTE FIDELIS DE AVILA	O desenvolvimento da gestão integral da educação no município					
02.06	v.5 n.2	1987	VICENTE FIDELIS DE AVILA	Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município					
07.01	v.6 n.1	1988	LUIZ FELIPPE PERRET SERPA	Algumas Questões sobre os Movimentos por Educação Escolar Pública na Grande Salvador	Física	Especialização	PPG em Educação - Universidade Federal da Bahia - UFBA		Universidade Federal da Bahia
07.01	v.6 n.1	1988	SERGIO LUIZ AVANCINE	Participação de Pais de Alunos em Escolas Públicas: primeiras avaliações de experiências estrangeiras					
09.01	v.6 n.1	1988	SERGIO PROENCA LEITAO	Institucionalização Organizacional ou Processo Decisório? Em busca de um modelo de diagnóstico para a organização universitária		Doutorando			Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
10.01	v.6 n.1	1988	BENNO SANDER	Centralização e Descentralização na Administração da Educação na América Latina	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO		Universidade Federal Fluminense Organização dos Estados Americanos - OEA Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Conselho Deliberativo Conselho Editorial
10.01	v.6 n.1	1988	ROBERTO JARRY RICHARDSON	A Intervenção do Estado e as Relações Escola-Trabalho no Brasil	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal da Paraíba - UFPB		Universidade Federal de Paraíba

05.01	v.6 n.1	1988		Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CONFEN/UNFDAC)					
05.01	v.6 n.1	1988		Documento Conclusivo do III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação					
03.01	v.7 n.1/2	1991	WALTER E. GARCIA	A política nacional de educação e os desafios sociais e tecnológicos					
13.01	v.7 n.1/2	1991	REGINA VINHAES GRACINDO	A nova LDB e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	Educação	Mestrado		Universidade de Brasília Fundação Educacional do Distrito Federal	
10.01	v.7 n.1/2	1991	CLELIA DE FREITAS CAPANEMA	A Organização do Sistema Nacional de Educação		Pós-Doutorado		Universidade de Brasília	
09.01	v.7 n.1/2	1991	MARIA ESTELA DAL PAI FRANCO	Universidade para que?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Vice-presidente Região Sul
07.01	v.7 n.1/2	1991	PEDRO DEMO	Desafios modernos para a Educação Básica	Sociologia	Pós-Doutorado		Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar Universidade de Brasília	
02.03	v.7 n.1/2	1991	LAURO CARLOS WITTMANN	A base das experiências de gestão inovadora no processo educacional: sua base material e histórica	Educação	Pós-Doutorado		Associação Nacional de Pesquisadores e Programas de Pós-Graduação Universidade Federal de Santa Catarina	
10.01	v.7 n.1/2	1991	MARIA MERCEDES DA SILVA GARCIA	Eleição de Diretores: A experiência do Estado do Rio Grande do Sul					
02.01	v.7 n.1/2	1991	MARIA TERESA DUTRA MARANHÃO	Iniciativas de Gestão Educacional					Diretor de Seção Estadual
08.01	v.7 n.1/2	1991	ROBERTO APARECIDO ALGARTE	Planejamento Situacional na Escola: a participação viável	Educação	Doutorado		Universidade de Brasília	
10.01	v.7 n.1/2	1991	EDIRUALD DE MELLO	Os municípios e os recursos para a educação: os desafios do ensino público de qualidade para todos					Diretor Executivo
01.01	v.7 n.1/2	1991	MARIA DE FATIMA COSTA FELIX	A administração escolar e seus desafios atuais					
01.01	v.7 n.1/2	1991	GLAURA VASQUES DE MIRANDA	A administração educacional: desafios		Doutorado		Universidade Federal de Minas Gerais	
02.01	v.8 n.1	1992	GENUINO BORDIGNON	Políticas e Gestão Educacional: descentralização ou democratização?					Diretor de Seção Estadual - DF
10.01	v.8 n.1	1992	ANA MARIA CASASANTA PEIXOTO	Concepção versus execução - a trajetória da escola mineira em busca da modernização	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	
04.01	v.8 n.1	1992	EDIRUALD DE MELLO	Financiamento do Ensino Fundamental na escola pública e igualdade de oportunidade educacional					
08.01	v.8 n.1	1992	MOACYR DE GOES	A função social do diretor de escola pública, eleito pelo voto direto					
02.02	v.8 n.2	1992	JOSE LEO MARINHO FALCAO FILHO	A Gestão Compartilhada na escola	Educação	Mestrado		Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Colégio Brasileiro	
07.01	v.8 n.2	1992	ROBERTO APARECIDO ALGARTE	O cerceamento social da escola: crítica ao seu perfil institucional	Educação	Doutorado		Universidade de Brasília	Co-editor

								Conselho Editorial
11.01	v.8 n.2	1992	ALVARO LUIZ MOREIRA HYPOLITO	Trabalho e educação politécnica: avanços e retrocessos na nova LDB	Educação	Mestrando		Universidade Federal de Pelotas
09.01	v.8 n.2	1992	FLAVIA OBINO CORREA WERLE	Participação da universidade com os demais níveis de ensino e a formação do educador - Novas perspectivas para o administrador da educação	Educação	Doutorado		Universidade do Vale do Rio dos Sinos Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
01.01	v.9 n.1	1993	VITOR HENRIQUE PARO	Situação e Perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade de São Paulo - USP	Universidade de São Paulo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Fundação Carlos Chagas
03.01	v.9 n.1	1993	FRANCISCO DE OLIVEIRA	A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação				
01.01	v.9 n.1	1993	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	A administração da educação brasileira, a modernização e o neoliberalismo	Educação	Doutorado		Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior - CAPES Universidade Federal de Minas Gerais
10.01	v.9 n.1	1993	GENUINO BORDIGNON	Democratização e Descentralização da Educação: políticas e praticas				Diretor de Seção Estadual - DF
08.01	v.9 n.1	1993	MOACIR GADOTTI	Organização do trabalho na escola e autonomia	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade de São Paulo - USP	Universidade de São Paulo Instituto Paulo Freire
05.01	v.9 n.1	1993	HERBERT DE SOUZA	E hora de erradicar a miséria				
07.01	v.9 n.2	1993	SILKE WEBER	Democratização e Descentralização: políticas e praticas	Psicologia	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Sociedade Brasileira de Sociologia Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SP Ministério da Educação Universidade Federal de Pernambuco Fundação de Amparo a Tecnologia e Ciência do Estado de Pernambuco Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ
01.01	v.9 n.2	1993	NORBERTO JACOB ETGES	O Conteúdo e as Formas da Administração Escolar Moderna	Sociologia	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
10.01	v.9 n.2	1993	EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA	Os Sistemas Municipais de Educação	Economia Política	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Federal da Bahia - UFBA	Conselho Estadual de Educação da Bahia Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Mettig Universidade Federal da Bahia
02.01	v.9 n.2	1993	CLELIA COSTA	Gestão Escolar Democrática: um projeto em construção				

02.01	v.9 n.2	1993	ITAMAR SILVA		Comunicação Social	Graduação		Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião Banco do Brasil	
10.01	v.9 n.2	1993	LUIZ FERNANDES DOURADO	Eleições de Diretores, um processo em curso na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia/GO	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Goiás	
16.01	v.9 n.2	1993	LAURO CARLOS WITTMANN	A ANPAE e o Plano Decenal de Educação para Todos	Educação	Pós-Doutorado		Universidade Federal de Santa Catarina Fundação Universidade Regional de Blumenau Associação Nacional de Pesquisadores e Programas de Pós-Graduação	Presidente Editor
01.04	v.10 n.1	1994	ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA	A pesquisa em administração escolar no Brasil	Educação	Doutorando		Universidade de São Paulo	
01.04	v.10 n.1	1994	AFRANIO MENDES CATANI		Sociologia	Doutorado	PPG - Universidade de São Paulo - USP	Universidade de São Paulo	
03.01	v.10 n.1	1994	RIVO GIANINI DE ARAUJO	Contradições da política educacional brasileira: necessidade de uma revisão estrutural	Educação	Mestrado		Universidade Católica de Petrópolis Universidade Federal Fluminense	
03.01	v.10 n.1	1994	MARIA CRISTINA LINHARES DA FONSECA						
03.01	v.10 n.1	1994	DEUSA DA CUNHA BRITO						
01.03	v.10 n.1	1994	FLAVIA OBINO CORREA WERLE	Sistema político-administrativo da educação: análise das relações de poder entre as instâncias federal, estadual e municipal no período republicano	Educação	Doutorado	PPG em Administração Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS PPG - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	
10.01	v.10 n.1	1994	CLEITON DE OLIVEIRA	Algumas considerações sobre a descentralização do ensino	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	
01.01	v.10 n.1	1994	VERA ISABEL CABERLON	Administração da Educação no Brasil: um exercício de reflexão				Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
10.01	v.10 n.1	1994	LUIS DE LA MORA	Mecanismos de participação social na gestão democrática da política de educação do Recife	Sociologia	Doutorado	PPG em Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE PPG em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	
01.01	v.10 n.2	1994	JOSE PEDRO BOUFLEUR	Administração política da instituição escolar na perspectiva do agir comunicativo de J. Habermas					
04.01	v.10 n.2	1994	STELLA CECILIA DUARTE SEGENREICH	Análise institucional: possibilidades de contribuição a avaliação e gestão de instituições educativas	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	
02.01	v.10 n.2	1994	GILBERTO MUCILO DE MEDEIROS	A modernidade emancipatória como paradigma para análise da universidade brasileira: uma proposta de gestão democrática					

03.01	v.10 n.2	1994	TEREZA HOFFMEISTER LOVATER	Formação do educador especialista: possibilidades e contradições emergentes da construção de uma proposta avaliativa, crítica-reflexiva, como suporte para o processo emancipatório sócio-individual	Geografia	Graduação		Colégio Santiago Girassol Escola Sempre Viva
03.01	v.10 n.2	1994	MARIA HELENA KLEIN		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
03.01	v.10 n.2	1994	MARILU FONTOURA DE MEDEIROS		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo
07.01	v.10 n.2	1994	VITOR HENRIQUE PARO	Eleições de Diretores na Escola Pública	Educação	Livre- Docência	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
01.01	v.11 n.1	1995	MYRTE ALONSO	A administração educacional e os desafios da modernidade	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Universidade Federal de Santa Catarina
01.01	v.11 n.1	1995	ARACI HACK CATAPAN	O conhecimento e a administração do processo de trabalho escolar	Educação	Mestrado		
01.01	v.11 n.1	1995	MARIA RAINELDES TOSI	O papel pedagógico da administração escolar: uma proposta a partir da prática	Educação	Doutorado		
02.07	v.11 n.1	1995	ILCA OLIVEIRA DE ALMEIDA VIANNA	O conselho de escola e a gestão colegiada na escola pública do estado de São Paulo	Educação	Doutorado	PPG em Metodologia do Ensino Superior - Fundação Santo André	Fundação Santo André Uniao Social Camiliana Ginásio Patrocinio São José de Lorena Instituto Metodista de Ensino Superior
10.01	v.11 n.1	1995	MARIO CESAR BINHOSA	Descentralização da Educação em SC (1991- 93): Construção da Omissão do Estado com a Educação e Mecanismo de Reforço do Poder do Estado sobre os Municípios				
07.01	v.11 n.2	1995	DIRCE MENDES DA FONSECA	O neoliberalismo e a educação	Educação	Doutorado		Universidade de Brasília
07.01	v.11 n.2	1995	REGINA VINHAES GRACINDO	Educação e partidos políticos	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade de Brasília	Universidade de Brasília Vice-presidente região Centro-Oeste
09.01	v.11 n.2	1995	VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR	A estruturação da Universidade em questão: o caso da UFSM	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Santa Maria
01.01	v.11 n.2	1995	RINALVA CASSIANO SILVA	A qualidade total na administração: afinal do que se trata?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
01.01	v.12 n.1	1996	MIGUEL GONZALEZ ARROYO	Administração e qualidade da prática educativa: exigências e perspectivas	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Universidade Federal de Minas Gerais Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
01.01	v.12 n.1	1996	BENNO SANDER	A administração e a qualidade em educação na América Latina	Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense Organização dos Estados Americanos - OEA Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais
14.01	v.12 n.1	1996	LOURENCO GUADAMUZ	Educação na América Latina: Administração para que? Qualidade para quem?				

14.01	v.12 n.1	1996	JUAN CASASSUS	Vínculos entre o governo central e o governo local: cinco observações sobre o papel do governo local						
07.01	v.12 n.1	1996	HUGO ASSMANN	Sobre a qualidade cognitiva das experiências de aprendizagem	Teologia	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba		
07.01	v.12 n.1	1996	ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA	A questão da qualidade na educação	Educação	Pós-Doutorando	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo		
10.01	v.12 n.1	1996	ISAURA BELLONI	A administração pública e a qualidade na educação: a experiência do DF						
01.01	v.12 n.1	1996	JOSE CLEBER DE FREITAS	Administração pública e a qualidade de ensino	Educação	Doutorando		Secretaria de Estado da Educação de São Paulo		
07.01	v.12 n.1	1996	RONDON PORTO	A construção da qualidade na escola: uma experiência						
08.01	v.12 n.1	1996	JOSE LEAO MARINHO FALCAO FILHO	A construção da qualidade na escola: implicações para a organização e a prática escolar	Educação	Mestrado		Pontfícia Universidade Católica de Minas Gerais Colégio Brasileiro Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais	Conselho Fiscal	
01.05	v.12 n.1	1996	GENUINO BORDIGNON	A formação do administrador da educação e a questão da qualidade: análise de uma experiência						
03.01	v.12 n.1	1996	IRIA BRZEZINSKI	A questão da qualidade: exigências para a formação dos profissionais da educação	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica Goiás	Universidade de Brasília		
17.01	v.12 n.2	1996	BENNO SANDER	Consenso e conflito na administração da educação	Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense Organização dos Estados Americanos - OEA Faculdade Latino-americana Ciências Sociais		
17.01	v.12 n.2	1996	MIGUEL GONZALEZ ARROYO	A administração da educação é um problema político	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Universidade Federal de Minas Gerais Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais		
17.01	v.12 n.2	1996	LAURO CARLOS WITTMANN	Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau Associação Nacional de Pesquisadores e Programas de Pós-Graduação		
17.01	v.12 n.2	1996	GAUDENCIO FRIGOTTO	Educação como capital humano: uma "teoria" mantenedora do senso comum	Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense		
17.01	v.12 n.2	1996	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	O compromisso profissional da administração da educação com a escola e a comunidade	Direito	Pós-Doutorado		Conselho Nacional de Educação Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Universidade Federal de Minas Gerais		
17.01	v.12 n.2	1996	FATIMA CUNHA	A contribuição da ANPAE para o		Pós-Doutorado		Fundação Cesgranrio	1ª Vice-Presidente	

			FERREIRA PINTO	conhecimento da administração da educação				Academia Brasileira de Educação	Presidente Região Sudeste Consultor Editorial Conselho Editorial
17.01	v.12 n.2	1996	RAIMUNDO HELIO LEITE	O comportamento insitucional da Secretaria da Educação do Ceará	Estatística	Mestrado	PPG em Direito - Universidade Federal do Ceará - UFC	Universidade Federal do Ceará Universidade Federal de Roraima Serviço Federal de Processamento de Dados Universidade Federal do Ceará	
17.01	v.12 n.2	1996	JOSE ANCHIETA ESMERALDO BARRETO		Educação	Pós-Doutorado			Consultor Editorial Conselho Editorial
17.01	v.12 n.2	1996	MOACIR GADOTTI	A formação do administrador da educação: análise de propostas	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo Instituto Paulo Freire	Conselho Editorial Consultor Editorial
17.01	v.12 n.2	1996	LUIZ ANTONIO CUNHA	Ensino Superior: a gratuidade necessária					
17.01	v.12 n.2	1996	PETER BLAU	Universidades como organizações					
17.01	v.12 n.2	1996	FERNANDO CLAUDIO PRESTES MOTTA		Administração de Empresas	Livre-Docência	PPG -Escola de administração de empresas de São Paulo - FVG/EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo - FGV/EAESP	
17.01	v.12 n.2	1996	SERGIO ZACARELLI						
17.01	v.12 n.2	1996	EDIRUALD DE MELLO	O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade					
17.01	v.12 n.2	1996	OSCAR SERAFINI						
17.01	v.12 n.2	1996	SILKE WEBER	Democratização e Descentralização: políticas e práticas	Psicologia	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Sociedade Brasileira de Sociologia Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SP Ministerio da Educação Universidade Federal de Pernambuco Conselho Nacional de Educação	
								Secretaria de Educação e Esportes - SEE-PE Secretaria de Educação de Pernambuco Conselho Nacional de Secretarios de Educação	
17.01	v.12 n.2	1996	VITOR HENRIQUE PARO	Situação e Perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo	Consultor Editorial
02.01	v.13 n.1	1997	REGINA VINHAES GRACINDO	Estado, Sociedade e Gestão da Educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos velhos problemas					
10.01	v.13 n.1	1997	ALBERTO DE MELLO E SOUZA	O nó górdio e a ponte de safena					
10.01	v.13 n.1	1997	MARLY DE ABREU COSTA						
09.01	v.13 n.1	1997	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Evolução da Educação Superior no Brasil: a participação do setor público na iniciativa privada	Direito	Pós-Doutorado		Conselho Nacional de Educação Universidade Federal de Minas Gerais	

14.01	v.13 n.1	1997	SILVIA NOVICK DE SENEN GONZALEZ AIDA ARANGO	Educacion en Argentina: centralizando la descentralizacion y reformando la reforma?					
03.01	v.13 n.1	1997	JANETE MARIA LINS DE AZEVEDO	As relações sociais no Brasil, a Política Educacional e os Desafios para uma educação de qualidade					
13.01	v.13 n.1	1997		Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério					
10.01	v.13 n.2	1997	JOAO PEDRO DA FONSECA	Municipalização do Ensino: Entre medos e esperanças as vésperas do terceiro milênio	Educação	Livre-Docência	PPG - Universidade de São Paulo - USP		Universidade de São Paulo
14.01	v.13 n.2	1997	ALUIZIO ANTONIO DE BARROS	Mudanças no Ensino Superior Americano: um referencial de análise para a universidade brasileira	Economia	Doutorado			Universidade Federal de São João Del-Rei
04.01	v.13 n.2	1997	ROBERTO MARIO CUNHA DA COSTA	Custo Brasil em Educação					
14.01	v.13 n.2	1997	ORLANDO ALBORNOZ	La Crisis Manufacturada: el discurso del fraude em la educacion venezolana					
02.04	v.13 n.2	1997	PAULO REIS VIEIRA	Em busca da Gestão Estratégica da Educação: notas para uma ruptura da perspectiva tradicional	Ciências Sociais Aplicadas	Pós-Doutorado	PPG em Administracao - Fundação Getúlio Vargas - FGV		Fundação Getúlio Vargas
16.01	v.13 n.2	1997	JOAO GUALBERTO DE CARVALHO MENEZES	Uma contribuição para a memória da ANPAE	Educação	Livre-Docencia	PPG em Educação - Universidade Cidade de São Paulo - UNICID		Universidade Cidade de São Paulo Conselho Municipal de Educação - CME/SP Academia Paulista de Educação Centro do Professorado Paulista União Nacional do Conselhos Municipais de Educação Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo
05.01	v.13 n.2	1997	JOSE QUERINO RIBEIRO	Discurso de abertura do Simpósio					
01.01	v.13 n.2	1997	ANISIO TEIXEIRA	Que é Administração Escolar					
02.05	v.14 n.1	1998	ERASTO FORTES MENDONCA	Gestao Democrática da Educação no Distrito Federal: das eleições a diretriz politica	Educação	Doutorando			Universidade de Brasília
02.01	v.14 n.1	1998	MAGALI DE CASTRO	Ensino Superior no Limiar do Terceiro Milênio: algumas reflexões sobre autonomia e gestão de universidades	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas		Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais
02.01	v.14 n.1	1998	MARIA HELENA DE MAGALHAES CASTRO	Capacidade Administrativa, Eis a Questão: uma leitura dos dilemas atuais da administração pública e da gestão do ensino superior	Administracao	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro		Universidade Federal do Rio de Janeiro Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras Ministério da Educação
15.01	v.14 n.1	1998	JEAN-JACQUES PAUL	Conhecendo o seu Lugar: a auto-seleção na escolha da carreira	Sociologia	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia - Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ		Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro

02.01	v.14 n.1	1998	NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA	Gestão da Educação e Formação: notas para um projeto pedagógico	Educação	Doutorado		Laboratório Nacional de Computação Científica Universidade Tuiuti do Paraná Associação Nacional de Pós-graduação Educação Centro de Estudos Educação e Sociedade Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná Universidade Estadual de Londrina Ministerio da Educacao Governo do Estado do Paraná
13.01	v.14 n.1	1998		Educação: Principais Normas Vigentes (Ementário das normas editadas da Constituição Federal de 1988 até julho de 1999)				
03.01	v.14 n.2	1998	PEDRO DEMO	Política social do conhecimento e educação	Sociologia	Doutorado		Universidade de Brasília
04.01	v.14 n.2	1998	SOFIA LERCHE VIEIRA	Planejamento Educacional - entre a tecnocracia e a democracia	Educação	Doutorado		Universidade Estadual do Ceará Universidade Federal do Ceará
03.01	v.14 n.2	1998	LAURA DA VEIGA	Eficiência e Equidade: os impasses de uma política educacional	Sociologia	Pos-Doutorado	PPG em Administração Pública - Fundação João Pinheiro - FJP	Fundação João Pinheiro Fundação Getúlio Vargas - SP Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Research Foundation Hunter College of Cuny - RFCUNY - EUA Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG
03.01	v.14 n.2	1998	MARIA LIGIA DE OLIVEIRA BARBOSA		Ciências Sociais	Doutorado	PPG em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
02.05	v.14 n.2	1998	VITOR HENRIQUE PARO	O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB	Educação	Livre-Docencia	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo
02.05	v.14 n.2	1998	PEDRO AUGUSTO HERCKES MENIN	Alguns aspectos da democratização da gestão e autonomia da escola sob uma leitura micropolítica	Educação	Doutorando		Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarulhos
04.01	v.14 n.2	1998	BEATRICE LAURA CARNIELLI	Recursos Federais para Educação Fundamental: a Longa História do Descompromisso	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Brasília - UCB-DF	Universidade Católica de Brasília
14.01	v.14 n.2	1998	THIERRY CHEVAILLIER	O Financiamento do Ensino Superior na França				
01.01	v.14 n.2	1998	SPERANZA FRANÇA DA MATA	Administração e Política da Educação Ambiental	Educação	Doutorado	PPG - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

09.01	v.15 n.1	1999	AFRANIO MENDES CATANI	A Reestruturação da Educação Superior no Debate Internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação	Educação	Doutorado	PPG - Universidade de São Paulo - USP	Fundacao de Amparo à Pesquisa do Estado de Sao Paulo - FAPESP Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Universidade de São Paulo Universidade Federal de Goiás
09.01	v.15 n.1	1999	JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA		Educação	Doutorando		
09.01	v.15 n.1	1999	STELLA CECILIA DUARTE SEGENREICH	Novos Modelos de Organização: Um desafio a identidade da universidade neste final de milênio	Educação	Doutorado	PPG - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PPG - Universidade Santa Úrsula - USU	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Santa Úrsula
09.01	v.15 n.1	1999	CLAUDIA SOUZA PASSADOR	O Modelo de Estado Gerencial, as Organizações Sociais e o Ensino Universitário: virtudes e riscos iminentes	Educação	Doutorando		Rede Metrológica do Estado de São Paulo Centro Integrado de Metrologia Absi Indústria e Comércio Ltda Universidade Ibirapuera
04.01	v.15 n.1	1999	MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO	A Evasão no Ciclo Básico da UFMG	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
04.01	v.15 n.1	1999	MAURO MENDES BRAGA		Química	Doutorado		Universidade Federal de Minas Gerais
04.01	v.15 n.1	1999	TANIA FERNANDES BOGUTCHI		Estatística	Mestrando		Universidade Federal de Minas Gerais
07.01	v.15 n.1	1999	SABRINA MOEHLECKE	A Pesquisa em Educação e as Desigualdades Raciais no Brasil	Educação	Mestrando		Universidade de São Paulo
09.01	v.15 n.1	1999	CARMEM SILVIA BISSOLI DA SILVA	A Questão da Identidade do Curso de Pedagogia no Brasil: fase das propostas (1979-1998)	Educação	Mestrado		Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
03.01	v.15 n.1	1999	ISABEL MARIA SABINO DE FARIAS	Políticas de Formação no Magistério: experiências inovadoras no Ceará	Educação	Mestrado		Universidade Estadual do Ceará
03.01	v.15 n.1	1999	NOHEMY REZENDE IBANEZ					Universidade Estadual Ceará
03.01	v.15 n.1	1999	SOFIA LERCHE VIEIRA		Educação	Doutorado		Universidade Estadual Ceará
03.01	v.15 n.1	1999	PAULO ANGELO LORANDI	Formação Continua de Professores - reflexoes	Educação	Mestrado		Universidade Católica de Santos Centro Universitario Monte Serrat Universidade Santa Cecilia
03.01	v.15 n.1	1999	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA					
03.01	v.15 n.1	1999	ESTHER PACHECO DE ALMEIDA PRADO		Educação	Mestrado		Governo do Estado de São Paulo Colégio Sao Domingos
03.01	v.15 n.1	1999	MARIA ELISABETTE PRADO					
03.01	v.15 n.1	1999	IARA SANCHES ROSA		Educação	Doutorando		Universidade de Guarulhos

03.01	v.15 n.1	1999	CLOVIS ROBERTO DOS SANTOS		Educação	Doutorado			Centro Universitário de Santo Andre Universidade Metropolitana de Santos Universidade Presbiteriana Mackenzie
03.01	v.15 n.1	1999	ALEXANDRE T. SANTOS VIEIRA						
03.01	v.15 n.1	1999	ROSA GITANA KROB MENEGHETTI	A Elaboração do Projeto Pedagógico como Elemento de Formação do Profissional da Educação	Educação	Doutorado	PPG - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP		Universidade Metodista de Piracicaba
04.01	v.15 n.1	1999	JACQUELINE DE BLASI	Avaliação Institucional nas Instituições de Ensino Superior	Educação	Mestrado			Centro Federal de Educacao Tecnológica de Minas Gerais
04.01	v.15 n.1	1999	MARIA RITA NETO SALES OLIVEIRA		Educação	Pós-Doutorado	PPG em Tecnologia - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais		Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
14.01	v.15 n.2	1999	NORA RUT KRAWCZYK	As diferenças da homogeneidade pretendida na década de 90: a política educacional gestada na América Latina	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Cultura
14.01	v.15 n.2	1999	MARIA DE FATIMA FELIX ROSAR						
03.01	v.15 n.2	1999	IGNEZ MARTINS TOLLINI	Como conciliar coerência na burocracia estatal e descentralização: um desafio para as políticas de educação básica	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade de Brasília - UNB		Universidade de Brasília
02.01	v.15 n.2	1999	MARIA LUCIA DE ABRANTES FORTUNA	Sociedade, estado e educação: os contraditórios caminhos da gestão democrática	Educação	Doutorado			Universidade do Estado do Rio de Janeiro
02.03	v.15 n.2	1999	PEDRO JACOBI	Os desafios de inovar na gestão educativa					
13.01	v.15 n.2	1999	MARCIONE MARIA BANDIM VASCONCELOS	Conselho de direitos da criança e do adolescente: coadjuvante ou co-gestor da política educacional?	Educação	Mestrando			
02.01	v.15 n.2	1999	DORALICE MARQUES DE ARAUJO CERQUEIRA	Gestão da escola pública: uma análise da prática	Educação	Mestrando	PPG em Educação - Universidade Federal da Bahia - UFBA		Universidade Federal da Bahia
02.01	v.15 n.2	1999	KATIA SIQUEIRA DE FREITAS		Educação	Pós-Doutorado			Vice-Presidente Conselho Editorial
08.01	v.15 n.2	1999	SILVIA HELENA VIEIRA CRUZ	Eleicao de Diretores - uma mudança na cultura escolar	Psicologia	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Ceará - UFC		Universidade Federal do Ceará
08.01	v.15 n.2	1999	MAURICIO HOLANDA MAIA		Educação	Mestrado			Universidade Federal do Ceará
08.01	v.15 n.2	1999	SOFIA LERCHE VIEIRA		Educação	Doutorado			Universidade Estadual do Ceará
02.01	v.15 n.2	1999	SUELI AZEVEDO DE SOUZA DA CUNHA LIMA	Gestão da escola: uma construção coletiva - superando conflitos e rompendo com a rotina burocrática	Educação	Mestrado			Universidade Católica de Goiás
01.01	v.15 n.2	1999	JANE RANGEL ALVES BARBOSA	Administração pública e a escola cidadã	Filosofia	Doutorando	PPG - Fundação Educacional Unificada Campograndense PPG - Universidade Castelo Branco - UCB-RJ		Fundação Educacional Unificada Campograndense Universidade Castelo Branco

							PPG - Faculdades Integradas Simonsen - FIS PPG - Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO	Centro Universitário Serra dos Órgãos Faculdades Integradas Simonsen Universidade do Grande Rio
01.01	v.15 n.2	1999	JORGE ADELINO COSTA	A administração educacional na formação de professores: retrospectiva de duas décadas na Universidade de Aveiro				
08.01	v.16 n.1	2000	LUCIA HELENA GONCALVES TEIXEIRA	Cultura Organizacional da Escola: uma perspectiva de análise e conhecimento da unidade escolar	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
08.01	v.16 n.1	2000	MARIA LUCIA DE ABRANTES FORTUNA	O sujeito, a Escola Pública e a Voz Identificadora do Estado	Educação	Doutorado		Universidade do Estado do Rio de Janeiro
14.01	v.16 n.1	2000	FATIMA ANTUNES	Novas Diferenciações e Formas de Governação em Educação: o processo de criação das escolas profissionais em Portugal				
10.01	v.16 n.1	2000	FERNANDA HELENA PETRINI MARCOLA	Ensino Médio no Brasil e Reformas	Educação	Mestrado		
10.01	v.16 n.1	2000	TATIANA BEAKLINI MORAES	A Reforma do Ensino Médio e as Políticas de Currículo Nacional no Brasil	Educação	Mestrando		Colégio Santa Marcelina
13.01	v.16 n.1	2000	IRINEIA IVERS	Políticas para o Ensino Médio e Profissional; o Decreto 2.208/97				
11.01	v.16 n.1	2000	MARIA ISABEL NOGUEIRA TUPPY	Formação para o Trabalho: os limites da qualidade em educação	Educação	Doutorado		Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
16.01	v.16 n.1	2000	SILKE WEBER	Avaliação Externa da Ação da ANPAE no Quadriênio 1996-1999: Relatório Conclusivo	Psicologia	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Sociedade Brasileira de Sociologia Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SP Ministerio da Educacao Universidade Federal de Pernambuco Conselho Nacional de Educação Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
03.01	v.16 n.2	2000	BENNO SANDER	Educação, trabalho e cidadania: eixos de uma política social relevante na América Latina	Educação	Doutorado	PPG em Graduate School of Education - Harvard University - HARVARD	Harvard University Organização dos Estados Americanos - OEA
04.01	v.16 n.2	2000	NICHOLAS DAVIES	O financiamento da educação estatal no Brasil: velhos e novos desafios	Educação	Doutorado		Universidade Federal Fluminense
04.01	v.16 n.2	2000	ROBERT EVAN VERHINE	O financiamento da educação básica na década de 90: tendências longitudinais no estado da Bahia	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal da Bahia - UFBA	Universidade Federal da Bahia Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
								Sociedade Brasileira de Educação Comparada Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

04.01	v.16 n.2	2000	CANDIDO ALBERTO DA COSTA GOMES	O elo (as vezes perdido) da gestao: estudos de caso sobre resultados iniciais do FUNDEF	Educação	Doutorado		Universidade Católica de Brasília Universidade Católica de Brasília
04.01	v.16 n.2	2000	HELIO PASCOALINO		Educação	Mestrado		Universidade Católica de Brasília
04.01	v.16 n.2	2000	JACQUES SCHWARTZMAN	Desacertos do financiamento no ensino superior	Economia	Mestrado		Universidade Federal de Minas Gerais Fundação de desenvolvimento da Pesquisa
03.01	v.16 n.2	2000	LOURDES MARCELINO MACHADO	Política e práticas na formação de professores: riscos de corrupção da teoria	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
03.01	v.16 n.2	2000	ANTERITA CRISTINA DE SOUSA GODOY	Resgatando a formacao docente: a história do CEFAM no estado de São Paulo	Educação	Mestrado		Centro Universitário Anhanguera Faculdade de Ciencias e Letras de Araras associacao Educacional de Araras Governo do Estado de São Paulo
05.01	v.16 n.2	2000		Pronunciamento Latino-Americano sobre Educação para Todos				
13.01	v.17 n.1	2001	CARLOS ALBERTO VILAR ESTEVAO	Justiça complexa e educação: as gramáticas da justiça em educação		Doutorado		
13.01	v.17 n.1	2001	MARIA DE LOURDES RANGEL TURA	O direito a educação no Brasil: antecedentes e reflexões sobre a legislação	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
01.04	v.17 n.1	2001	SUELI MENEZES PEREIRA	Descentralização administrativa e autonomia escolar no mundo globalizado	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
01.04	v.17 n.1	2001	ALEXSANDRA P. ARAUJO					
01.04	v.17 n.1	2001	FLAVIA FLORES MARTINS					
01.04	v.17 n.1	2001	LUCIANA FUMACO HAITO		Pedagogia	Graduando		Universidade Federal de Santa Maria
14.01	v.17 n.1	2001	JUAN CARLOS TEDESCO	Algunos dilemas de la educacion secundaria em America Latina				
14.01	v.17 n.1	2001	NESTOR LOPES					
09.01	v.17 n.1	2001	MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE FAVERO	Anisio Teixeira e a UDF: que lições nos oferecem?	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Católica de Petropolis - UCP	Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Católica de Petropolis
16.01	v.17 n.1	2001	BENNO SANDER	Quadrágésimo aniversário da ANPAE: reassumindo o nosso compromisso com a administração da educacao no Brasil	Educação	Doutorado	PPG em Graduate School of Education - Harvard University - HARVARD	Harvard University
16.01	v.17 n.1	2001	JOAO GUALBERTO DE CARVALHO MENEZES	Da administração escolar a gestão democrática: um pouco da historia da ANPAE... e de como entro nesta historia	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Cidade de Sao Paulo - UNICID	Universidade Cidade de São Paulo Conselho Municipal de Educação - CME/SP

								Academia Paulista de Educação Centro do Professorado Paulista Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo	
02.02	v.17 n.2	2001	FLAVIA OBINO CORREA WERLE	Novos tempos, novas designações e demandas: diretor, administrador ou gestor escolar	Educação	Doutorado	PPG em Administração Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul Conselho Nacional de Pesquisas Sociedade Brasileira de História da Educação Assessoria Consultoria Pesquisas e Projetos em Educação Ltda	Vice-presidente Região Sul Consultor Editorial
02.02	v.17 n.2	2001	MARIA APARECIDA DA SILVA	Educação e administração participada	Educação	Doutorado		Universidade Federal da Bahia Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Car Instituto Anísio Teixeira	
02.02	v.17 n.2	2001	JOSE ALBERTINO CARVALHO LORDELO	Publicização da gestão escolar: descentralização radical, privatização ou desresponsabilização do Estado?	Educação	Doutorando		Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
04.03	v.17 n.2	2001	MARIA JOSE VIANA MARINHO DE MATTOS	A reforma educacional de Minas Gerais: promoção da autonomia escolar	Educação	Doutorando		Universidade Estadual de Campinas	
04.03	v.17 n.2	2001	JOSE ROBERTO RUS PEREZ		Metodologia do Ensino	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP		
04.03	v.17 n.2	2001	MARIA RUBIA ALVES MARQUES	A reforma educacional de Minas Gerais nos anos 80 e 90: a dialética da (des)qualificação					
04.01	v.17 n.2	2001	ELOIZA DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA	Por um zero consciente? - discussão proativa do Exame Nacional de Cursos	Educação	Doutorado	PPG em Engenharia de Segurança do Trabalho - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
04.01	v.17 n.2	2001	MARLY DE ABREU COSTA		Educação	Doutorado			
04.01	v.17 n.2	2001	VERA MARIA VIDAL PERONI	Avaliação Institucional: controle da produtividade e controle ideológico?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	
04.01	v.17 n.2	2001	CLAUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES	Avaliação institucional nas universidades latino-americanas e processo decisório	Engenharia de Produção	Doutorando		Universidade de Cruz Alta	
04.01	v.17 n.2	2001	JOSE LUIZ DUARTE RIBEIRO						
02.01	v.17 n.2	2001	BENNO SANDER	Política e gestão da educação no Brasil: momentos e movimentos	Educação	Doutorado	PPG em Graduate School of Education - Harvard University - HARVARD	Harvard University	Consultor Editorial
07.01	v.18 n.1	2002	NEIDSON RODRIGUES	As aventuras da razão educativa: a construção do futuro	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de	Universidade Federal de Minas Gerais	

							Minas Gerais - UFMG		
03.01	v.18 n.1	2002	MARIA DE LOURDES RANGEL TURA	Políticas educacionais, concepções pedagógicas e identidades profissionais	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
03.01	v.18 n.1	2002	MARIA INES MARCONDES		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	
02.01	v.18 n.1	2002	KATIA SIQUEIRA DE FREITAS	Políticas educacionais e a gestão da escola pública: cultura, liderança e legislação	Educação	Pós-Doutorado		Universidade Federal da Bahia	Conselho Editorial Comissão Editorial
02.01	v.18 n.1	2002	ROBERT HENRIQUES GIRLING		Educação	Doutorado		Sonoma State University - Estados Unidos	Conselho Editorial
02.01	v.18 n.1	2002	JUSSIARA XAVIER PINHEIRO		Pedagogia	Graduando		Universidade Federal da Bahia	
02.01	v.18 n.1	2002	LINDAMIR CARDOSO VIEIRA OLIVEIRA	Práticas clientelistas e gestão democrática na instituição escolar: a difícil travessia	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo - UNIMEP	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo Universidade Metodista de São Paulo	
03.01	v.18 n.1	2002	CLOVIS ROBERTO DOS SANTOS	O diretor de escola: análise crítica e reflexões sobre sua formação e atuação	Educação	Doutorado	PPG - Centro Universitário de Santo André - UNIA PPG - Faculdades Integradas Rio Branco - FIRB PPG - Universidade Metropolitana de Santos -	Centro Universitario de Santo André Faculdades Integradas Rio Branco Universidade Metropolitana de Santos	
09.01	v.18 n.1	2002	ANTONIO ELIZIO PAZETO	Universidade e diversidade: descaminhos do modelo universitário brasileiro	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	
							PPG em Educação - Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina	
09.01	v.18 n.1	2002	HELENA IBIAPINA LIMA	Refletindo sobre o exame nacional de cursos (provão)	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Universidade Católica de Petrópolis	
14.01	v.18 n.1	2002	SILVIA NOVICK DE SENEN GONZALEZ	Modernización o maquillaje? Reflexiones sobre la incorporación de las nuevas tecnologías en la educación argentina					
16.01	v.18 n.1	2002	VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA	A ANPAE que queremos: do Estatuto ao Regulamento Geral e sua reforma (1ª Parte)	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Universidade Católica de Petrópolis Instituto Metodista Bennett	Vice-Presidente
02.01	v.18 n.2	2002	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Gestão democrática da educação: exigências e desafios	Ciências Sociais	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Conselho Nacional de Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	Conselho Editorial
03.03	v.18 n.2	2002	MARGARET ANN GRIESSE	Políticas públicas, educação e cidadania: um modelo da teoria crítica e suas implicações	Educação	Doutorado		Universidade Católica Dom Bosco	

				para a educação brasileira				Universidade Metodista de Piracicaba	
10.02	v.18 n.2	2002	MARIA LUCIA JANNUZZI MACHADO	Educação comunitária e o exercício da cidadania no Brasil: dos anos 60 aos nossos dias	Educação	Doutorado	PPG - Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração Machado Sobrinho PPG - Instituto Metodista Bennett - IMB PPG - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações PPG em Educação - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF	Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração Machado Sobrinho Prisma Grupo de Ação Educacional Ltda Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora	
02.01	v.18 n.2	2002	MARGOT CAMPOS MADEIRA	Representações sociais do administrador escolar	Educação	Pos-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP PPG em Educação - Universidade Estácio de Sá	Universidade Católica de Petrópolis Universidade Estácio de Sá	
02.01	v.18 n.2	2002	VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Universidade Católica de Petrópolis Instituto Metodista Bennett	Vice-Presidente
08.01	v.18 n.2	2002	TANIA MARIZA KUCHENBECKER ROSING	O professor e a leitura em ambiente multimídia: a relação professor-aluno	Letras	Doutorado		Universidade de Passo Fundo Universidade Metodista de São Paulo Instituto Metodista de Educação e Cultura Instituto Porto Alegre	
08.01	v.18 n.2	2002	JOCILEI DALBOSCO		Letras	Graduando		Universidade de Passo Fundo Centro de Integração Empresa e Escola	
08.01	v.18 n.2	2002	VALTER SOARES GUIMARAES	Formação e profissionalização docente em debate: pauta e recomendações para discussão	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Goiás	
08.01	v.18 n.2	2002	JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás - UFG	Universidade Federal de Goiás	
08.01	v.18 n.2	2002	DALVA CAROLINA DE MENEZES YAZBECK	Avaliação educacional básica: por entre alguns projetos que tecem a história e os caminhos da institucionalização	Ciências Sociais	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	
09.01	v.18 n.2	2002	LUIZ FELIPPE PERRET SERPA	Sociedade e ensino superior no Brasil: a diferente trajetória do caso baiano				Universidade Federal da Bahia Faculdade Integrada da Bahia Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira	
09.01	v.18 n.2	2002	MARIA COUTO CUNHA		Educação	Doutorando			

16.01	v.18 n.2	2002	VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA	A ANPAE que queremos: do Estatuto ao Regulamento Geral e sua reforma (2ª Parte)	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estacio de Sá	Universidade Catolica de Petrópolis Instituto Metodista Bennett	Vice-Presidente
12.02	v.19 n.1	2003	DECIO AZEVEDO MARQUES DE SAES	Uma contribuicao teorica a analise de conflitos funcionais em instituicoes escolares da sociedade capitalista	Historia	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo - UESP	Universidade Metodista de São Paulo	
12.02	v.19 n.1	2003	MARIA LEILA ALVES		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo - UESP	Universidade Metodista de São Paulo	
17.01	v.19 n.1	2003	MARGARET ANN GRIESSE	Políticas públicas, educação e cidadania: um modelo da teoria crítica e suas implicações para a educação brasileira	Educação	Doutorado		Universidade Católica Dom Bosco Universidade Metodista de Piracicaba Concordia University	
14.01	v.19 n.1	2003	PEDRO GANZELI	Política educacional no municipio e diretores educacionais: a trama do encontro	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Universidade Estadual de Campinas Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho Organizacao Paulistana Educacional e Cultural Pontifica Universidade Catolica de Campinas Universidade Federal de Juíz de Fora	
20.01	v.19 n.1	2003	LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR	Vetar é preciso; educar nao é preciso: os vetos presidenciais ao plano nacional de educação	Educação	Mestrado			
20.01	v.19 n.1	2003	ANTONIO FERNANDO DE CASTRO ALVES BERALDO		Educação	Mestrado			
04.01	v.19 n.1	2003	IVAN MUNIZ DE MESQUITA	Intenções e realizações do financiamento federal da educação brasileira	Educação	Mestrado		Comando da Aeronautica	
04.01	v.19 n.1	2003	CANDIDO ALBERTO DA COSTA GOMES		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Brasília - UCB-DF	Universidade Católica de Brasília	
04.01	v.19 n.1	2003	NICHOLAS DAVIES	Tribunais de contas e os seus procedimentos de verificacao dos recursos da educação	Sociologia	Doutorado	PPG - Universidade Federal Fluminense - UFF	Universidade Federal Fluminense	
08.01	v.19 n.1	2003	MARIA TERESA SOKOLOWSKI QUEIROZ	Desafios a educação num mundo globalizado					
08.01	v.19 n.1	2003	MAGALI DE CASTRO	Política de formação de professores para a educação básica: polêmicas e perspectivas em torno da formação de professores no curso de pedagogia	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais	Comissão Editorial
08.01	v.19 n.1	2003	STELLA CECILIA DUARTE SEGENREICH	A escola como objeto de estudo por parte de seus proprios atores	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP PPG - Pontifica Universidade Catolica do Rio de Janeiro - PUC/RJ	Universidade Católica de Petrópolis Pontifica Universidade Catolica do Rio de Janeiro Fundacao Escola de Serviço Público Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Santa Úrsula	

01.01	v.19 n.2	2003	DJEISSOM SILVA RIBEIRO	Para uma teoria da administração escolar no Brasil: a evolução do conhecimento	Educação	Doutorando		Universidade Federal Paulista Júlio de Mesquita Filho	
01.01	v.19 n.2	2003	LOURDES MARCELINO MACHADO		Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	M3t Teconologia e Educação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Vice-presidente Região Sudeste
09.04	v.19 n.2	2003	LUCIANA ROSA MARQUES	A autonomia da escola nas representações sociais dos membros do conselho escolar	Sociologia	Doutorando		Universidade Federal de Pernambuco Faculdade Marista Recife Faculdade de Ciências Humanas de Olinda Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	
04.01	v.19 n.2	2003	JOSE RUBENS LIMA JARDILINO	A questão do financiamento da universidade brasileira: setores público e privado numa equidade de sistemas	Ciências Sociais	Doutorado		Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Universidade Nove de Julho	
13.01	v.19 n.2	2003	VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA	O desafio institucional da concepção e integração das funções de ensino, pesquisa e extensão	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Fundação Educacional Serra dos Órgãos Universidade Católica de Petrópolis Instituto Metodista Bennett	Vice-Presidente
04.01	v.19 n.2	2003	AFRANIO MENDES CATANI	O financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios	Sociologia	Doutorado	PPG - Universidade de São Paulo - USP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ Universidade de São Paulo	
04.01	v.19 n.2	2003	JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás - UFG	Universidade Federal de Goiás	
04.01	v.19 n.2	2003	NELSON CARDOSO AMARAL		Educação	Doutorado		Universidade Federal de Goiás	
02.01	v.19 n.2	2003	SILVANA APARECIDA DE SOUZA	Os sentidos da separação entre gestão pedagógica e gestão escolar nas políticas públicas educacionais do Paraná	Educação	Mestrado		Universidade Estadual do Oeste do Paraná	
09.01	v.19 n.2	2003	MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE FAVERO	Reflexões sobre universidade, pesquisa e iniciação científica	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Católica de Petrópolis	
08.01	v.19 n.2	2003	MARCELIA AMORIM CARDOSO	O movimento popular na construção da autonomia da criança pequena	Educação	Mestrado		Prefeitura Municipal de Belford-Roxo Universidade Iguacu Escola Família Agrícola Vale do Tingua	
08.01	v.19 n.2	2003	LINDAMIR CARDOSO VIEIRA OLIVEIRA	Cultura escolar: revisando conceitos	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo - UNIMESP	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo Universidade Metodista de São Paulo	

04.01	v.20 n.1	2004	NATERCIO AFONSO	Avaliação e desenvolvimento organizacional da escola				
08.01	v.20 n.1	2004		Um olhar sobre a liderança escolar em contexto de autonomia na perspectiva da cultura organizacional				
03.01	v.20 n.1	2004		Como docentes veem valores e violências escolares no ensino médio				
09.01	v.20 n.1	2004		Universidade e compromisso social				
10.01	v.20 n.1	2004		O causalismo, suas características e os obstáculos que desestimulam o conhecimento e o desenvolvimento integral				
10.01	v.20 n.1	2004		A política de aceleração de aprendizagem em Minas Gerais na experiência de professores e de alunos				
04.01	v.20 n.1	2004		Financiamento da educação no Brasil: estudos, legislações e autonomia financeira da escola pública municipal				
03.01	v.20 n.2	2004	CARLOS V. ESTEVAO	Sentidos de escola, profissionalidade docente e formação				
02.01	v.20 n.2	2004	HECTOR R. GERTEL	Hacia la calidad en la gestion de la educacion superior em America Latina: que indicadores deben prevalecer?				
02.01	v.20 n.2	2004	ALEJANDRO D. JACOBO					
02.01	v.20 n.2	2004	RUTH DA CUNHA PEREIRA	A educação do jovem trabalhador face as exigências do mundo do trabalho na contemporaneidade: a necessidade de repensar a gestão da educação	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Estácio de Sá	Universidade Estácio de Sá
02.01	v.20 n.2	2004	THEREZINHA DE JESUS CONDE PINTO		Educação	Mestrado		Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Universidade Estácio de Sá Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdades Integradas Moacyr Sreder Bastos
07.01	v.20 n.2	2004	MARIA ANTONIA JARDIM	A importância da ética na educação: a mais valia ricœuriana				
03.01	v.20 n.2	2004	CLOVIS ROBERTO DOS SANTOS	Princípios éticos e comportamento moral do professor competente	Educação	Doutorado	PPG - Centro Universitario de Santo André - UNIA PPG - Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE PPG - Faculdades Integradas Rio Branco - FIRB	Centro Universitário de Santo André Centro Universitário Monte Serrat Faculdades Integradas Rio Branco
02.05	v.20 n.2	2004	THEREZINHA FATIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS	Os colegiados escolares no contexto da democratização da gestão				
02.05	v.20 n.2	2004	GLORIA MARIA ALVES MACHADO	Democratizar a educação: uma questão da administração pública ou do gestor escolar	Educação Especial	Especialização		Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco Secretaria de Educação da Cidade do Recife Escola de Aplicação da AMEC
02.05	v.20 n.2	2004	RILVA JOSE PEREIRA UCHOA CAVALCANTI		Gestão Educacional	Especialização		Faculdade de Ciências humanas sociais Igarassu Faculdade de Formação de Professores de Nazare da Mata

								Secretaria de Educação da Cidade do Recife Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco Secretaria de Educação da Cidade de Itapissuma
07.01	v.21 n.1/2	2005	ROBERTO CARNEIRO	Aprender a educar no século XXI				
07.01	v.21 n.1/2	2005	PHILIP R. FLETCHER	A demografia do desenvolvimento da educação no Brasil				
03.01	v.21 n.1/2	2005	ALVARO CHRISPINO	Binóculo ou luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação	Educação	Doutorado	PPG em Ensino de Ciências - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Editor
02.01	v.21 n.1/2	2005	IGNEZ MARTINS TOLLINI	A gestão do multiculturalismo nas organizações educacionais	Educação	Doutorado		Universidade de Brasília
08.01	v.21 n.1/2	2005	M. JESUS COMELLAS CARBO	Comportamiento em las aulas de enseñanza secundaria. Analisis de factores relevantes: psicologicos, pedagogicos y familiares				
07.01	v.21 n.1/2	2005	FLAVIA OBINO CORREA WERLE	Terceirização e democratização na instituição escolar: serviços de merenda e limpeza	Educação	Pos-Doutorado	PPG em Administração Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Coordenacao de aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior - CAPES Sociedade Brasileira de História da Educacao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ Universidade do Vale do Rio dos Sinos Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS Fundação de Apoio à pesquisa científica e Tecnológica Estado de SC Comissão Editorial
02.07	v.21 n.1/2	2005	ELIONE MARIA NOGUEIRA DIOGENES	A gestão participativa e o projeto político- pedagógico: um exercicio de autonomia	Educação	Mestrado		Prefeitura Municipal de Fortaleza Secretaria da Educação do Estado do Ceará Secretaria da Educação Básica
02.07	v.21 n.1/2	2005	MARIA JOYCE MAIA COSTA CARNEIRO			Mestrado		
06.01	v.21 n.1/2	2005	MARIA NADURCE DA SILVA	ESTEVAO, Carlos Alberto Vilar. Educacao, Justica e Autonomia: os lugares da escola e o bem educativo. Porto, PT: ASA, 2004. 127p.	Educação	Mestrado	PPG - Instituto Superior de Educacao Montes Claros - ISEMOC	Universidade Presidente Antonio Carlos Prefeitura Municipal de Montes Claros Instituto Superior de Educação Montes Claros Faculdades Unidas do Norte de Minas Fundação de Apoio ao desenvolvimento de Ensino Superior do norte de Minas
06.01	v.21 n.1/2	2005	LICEROS ALVES DOS REIS	TRAMONTI, Guillermina (Org.) La trama de la desigualdad educativa: mutaciones recientes en la escuela media. Buenos Aires: Manantial, 2004.				Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis

02.02	v.22 n.1	2006	ANGELO RICARDO DE SOUZA	Os caminhos da produção científica sobre a gestão escolar no Brasil	Educação	Doutorando		Universidade Federal do Paraná	
10.01	v.22 n.1	2006	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Conselhos de educação: fundamentos e funções	Ciências Sociais	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Conselho Nacional de Educação Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	Conselho Editorial
08.01	v.22 n.1	2006	LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA	A questão local: um debate para a educação	Educação	Doutorado	PPG - Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPG - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos - ISEP	Associação Brasileira de Tecnologia Educacional Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Severino Sombra Instituto Superior de Estudos Pedagógicos	
10.01	v.22 n.1	2006	NALU FARENZENA	Oferta da educação básica no Rio Grande do Sul: divisão de responsabilidades e financiamento	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Parecerista Ad Hoc
02.02	v.22 n.1	2006	ARILENE MARIA SOARES DE MEDEIROS	Gestão escolar e a formação do sujeito: três perspectivas	Educação	Doutorado		Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	
02.02	v.22 n.1	2006	MARIA LUCIA DE ABRANTES FORTUNA		Educação	Doutorado		Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
02.02	v.22 n.1	2006	JOAQUIM GONCALVES BARBOSA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	Universidade Metodista de São Paulo	
06.01	v.22 n.1	2006	ANTONIO TEODORO	Stephen R. Stoer (1943-2005): cidadão do mundo					
13.01	v.22 n.1	2006	STEPHEN R. STOER	Educação como direito: o papel estratégico da educação pública na construção da igualdade e da justiça social					
06.01	v.22 n.1	2006		A produção bibliográfica de Stephen R. Stoer					
06.01	v.22 n.1	2006	ELENA MARIA BILLIG MELLO	Stephen R. Stoer; Antonio M. Magalhães. A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais	Educação	Doutorando		Secretaria de Estado da Educação Universidade de Cruz Alta Instituto Estadual de Educação Prof Annes Dias	
06.01	v.22 n.1	2006	MARIANGELA BAIRROS						
16.01	v.22 n.1	2006	BENNO SANDER	A ANPAE so e possível, reinventada. Pronunciamento de posse	Educação	Doutorado		Organização dos Estados Americanos - OEA	Presidente Conselho Editorial Parecerista Ad Hoc
04.01	v.22 n.2	2006	JOSE MARCELINO DE REZENDE PINTO	Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica		Livre-Docência	PPG em Psicologia - Universidade de São Paulo	Centro de Estudos em Educação e Sociedade Universidade de São Paulo Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto	
04.01	v.22 n.2	2006	ROBERT EVAN VERHINE	Quanto custa a educação básica de qualidade?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal da	Associação Brasileira de Avaliação Educacional	

							Bahia - UFBA	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Sociedade Brasileira de Educação Comparada Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Universidade Federal da Bahia	
04.01	v.22 n.2	2006	ANA LUCIA FRANCA MAGALHAES		Educação	Mestrado		Fundação de Amparo a Pesquisa Estado da Bahia Universidade Federal da Bahia	
04.01	v.22 n.2	2006	ANDREA BARBOSA GOUVEIA	Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano	Educação	Doutorando		Universidade Federal do Paraná	
04.01	v.22 n.2	2006	ROSANA EVANGELISTA DA CRUZ		Educação	Doutorando		Universidade Federal do Piauí	
04.01	v.22 n.2	2006	JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás - UFG	Universidade Federal de Goiás	
04.01	v.22 n.2	2006	RUBENS BARBOSA DE CAMARGO		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Prefeitura Municipal de Suzano Universidade de São Paulo Prefeitura Municipal de São Paulo	
04.01	v.22 n.2	2006	NALU FARENZENA	O custo das escolas públicas municipais: resultados de uma pesquisa e implicações políticas	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Editor
04.01	v.22 n.2	2006	MARIA GORETI FARIAS MACHADO		Educação	Mestrado		Prefeitura Municipal de Viamão Governo do Estado do Rio Grande do Sul	
04.01	v.22 n.2	2006	EMILIO LUIZ PEDROSO ARAUJO	Descentralização e financiamento da educação no Brasil e no Chile dos anos 1980 e 1990	Educação	Doutorando		Universidade do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	
02.07	v.22 n.2	2006	INALDA MARIA DOS SANTOS	Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola	Educação	Doutorando		Universidade Federal de Alagoas Universidade Federal de Pernambuco	
04.01	v.22 n.2	2006	VERA MARIA VIDAL PERONI	Financiamento da escola a luz do novo papel do Estado: o caso do Rio Grande do Sul	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
04.01	v.22 n.2	2006	MARIA ESPERANCA FERNANDES CARNEIRO	O financiamento da educação infantil no Brasil de 2003 a 2006	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIAS	Universidade Estadual de Goiás Pontifícia Universidade Católica de Goiás	
04.01	v.22 n.2	2006	MARIA CRISTINA DAS		Educação	Mestrado		Faculdade Alves de Faria	

			GRACAS DUTRA MESQUITA					Pontifícia Universidade Catolica de Goiás Universidade Estadual de Goiás	
04.01	v.22 n.2	2006	PATRICIA SOUZA MARCHAND	Financiamento da educação básica, custo- aluno-qualidade e as relações intergovernamentais	Educação	Mestrado		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
04.01	v.22 n.2	2006	FRANCISCO JOSE DA SILVA		Educação	Doutorando		Fundação Educacional do Distrito Federal Instituto de Ensino Superior Cenequista Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
04.01	v.22 n.2	2006	EMILIO LUIZ PEDROSO ARAUJO		Educação	Doutorando		Secretaria de Estado de Educacao do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Educacao do Rio de Janeiro	
01.04	v.23 n.1	2007	DJEISSOM SILVA RIBEIRO	Teorias de Administração Escolar em Querino Ribeiro e Lourenço Filho: raízes e processos de constituicao de modelos teóricos	Educação	Doutorado		Universidade Federal do Reconcavo da Bahia	
01.04	v.23 n.1	2007	LOURDES MARCELINO MACHADO		Educação	Livre- Docência	PPG em Educacao - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP	M3t Teconologia e Educação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Vice-Presidente
04.01	v.23 n.1	2007	CANDIDO ALBERTO DA COSTA GOMES	O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Catolica de Brasilia - UDB-DF	Universidade Católica de Brasília	Conselho Editorial
04.01	v.23 n.1	2007	BEATRICE LAURA CARNIELLI		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Catolica de Brasília - UDB-DF	Universidade Católica de Brasília	
04.01	v.23 n.1	2007	WELLINGTON FERREIRA DE JESUS		Educação	Doutorando		Secretaria de Estado da Educação Faculdade Santa Terezinha Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste	
04.01	v.23 n.1	2007	HELDER BUENO LEAL		Educação	Mestrado		Universidade Católica de Brasilia Secretaria de Estado da Segurança Pública do Tocantins Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste	
02.01	v.23 n.1	2007	SOFIA LERCHE VIEIRA	Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples	Educação	Pós-Doutorado		Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Universidade Estadual do Ceará	Conselho Editorial
04.01	v.23 n.1	2007	JUAN CASASSUS	El precio de la evaluacion estandarizada: la perdida de calidad y la segmentacion social					
13.01	v.23 n.1	2007	PATRICIA SOUZA MARCHAND	Direito ao ensino medio no ordenamento juridico brasileiro	Educação	Doutorando		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	

10.01	v.23 n.1	2007	RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI	A constituição do sistema de ensino paulista: das diretorias regionais e serviços de inspeção	Educação	Livre-Docencia	PPG em Educacao - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba	
10.01	v.23 n.1	2007	SANDRA APARECIDA RISCAL		Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	
02.01	v.23 n.1	2007	FABIANA SILVA FERNANDES	Significado do Congresso Internacional de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Educação (México, 1990)	Educação	Doutorado		Universidade Estadual de Campinas Fundação Carlos Chagas Pontifícia Universidade Católica de Campinas	
16.01	v.23 n.1	2007	GILSON RICARDO DE MEDEIROS PEREIRA	A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996)	Educacao	Doutorado	PPG em Educação - Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau	
16.01	v.23 n.1	2007	MARIA DA CONCEICAO LIMA DE ANDRADE		Ciências Sociais	Doutorado	PPG em Educação - Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Fundacao Universidade Regional de Blumenau	
16.01	v.23 n.1	2007	MARIA DAS GRACAS FREITAS SOUZA FILHO	RBAE: Índice cumulativo de autor e assunto (1983-1996)	Ciência da Informação	Mestrado			
16.01	v.23 n.1	2007	HORTENCIA ROCHA CUNHA DE OLIVEIRA						
16.01	v.23 n.1	2007	MARIA DA GRACA CASTRO MACEDO						
16.01	v.23 n.1	2007	LEONEL TRAGTENBERG						
03.01	v.23 n.2	2007	SILKE WEBER	Formação docente e projetos de sociedade	Psicologia	Pós-Doutorado	PPG em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Conselho Estadual de Desenvolvimento Economico e Social de Pernambuco Comissao Técnica de Avaliacao e de Acompanhamento/INEP Nucleo de Estudos sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília Sociedade Brasileira de Sociologia Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia Ministério da Educacao Universidade Federal de Pernambuco	
03.01	v.23 n.2	2007	MAGALI DE CASTRO	A formação de professores e gestores para os anos iniciais da educação básica: das origens às diretrizes curriculares nacionais	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Editor
03.01	v.23 n.2	2007	IRIA BRZEZINSKI	Formação de professores para a educação básica e o curso de Pedagogia: a tensão entre instituído e instituinte	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIAS	Universidade de Aveiro	
03.01	v.23 n.2	2007	ACACIA ZENEIDA KUENZER	Pedagogia ou normal superior?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Paraná - UFPR	Universidade Federal do Paraná	
03.01	v.23 n.2	2007	MARLI DE FATIMA		Educação	Doutorado		Conselho Municipal de	

RODRIGUES								Educação de Ponta Grossa Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Estadual do Centro-Oeste	
03.01	v.23 n.2	2007	LEDA SCHEIBE	Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: uma solução negociada	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	
							PPG em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	
03.01	v.23 n.2	2007	LOURDES MARCELINO MACHADO	A formação dos profissionais da educação a luz das novas diretrizes curriculares nacionais	Educação	Livre- Docência	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP	M3t Teconologia e Educacao Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Vice-Presidente
03.01	v.23 n.2	2007	GRAZIELA ZAMBAO ABDIAN		Educacao	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	
03.01	v.23 n.2	2007	FABIANA SENA DA SILVA	A nocao de competencia no ensino superior: o curso de pedagogia da UFPB	Pedagogia	Graduacao		Ministerio Publico do Para	
05.01	v.23 n.2	2007		Parecer CNE/CP 5/2005: Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia					
05.01	v.23 n.2	2007		Parecer CNE/CP 3/2006: Reexame do Parecer CNE/CP 5/2005, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia					
05.01	v.23 n.2	2007		Resolução CNE/CP 1/2006: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia					
13.01	v.23 n.2	2007		Pronunciamento conjunto das entidades da area de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia					
03.01	v.23 n.2	2007	MAGALI DE CASTRO	Bibliografia sobre formação de profissionais da educação e o curso de pedagogia	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Catolica de Minas Gerais	Editor
03.01	v.23 n.2	2007	MAGALI DE CASTRO	Referencias bibliograficas sobre profissão docente e formação de professores em publicações francesas	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educacao - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Editor
03.01	v.23 n.2	2007	MAGALI DE CASTRO	Grupos de pesquisa cadastrados no Diretorio do CNPq - formação de professores	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Editor
02.01	v.23 n.3	2007	BENNO SANDER	A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção	Educação	Doutorado		Organização dos Estados Americanos - OEA	Presidente Conselho Editorial Consultor Editorial
08.01	v.23 n.3	2007	PER-ERIK ELLSTRON	Quatro faces das organizações educacionais					

04.01	v.23 n.3	2007	INES AGUERRONDO	Racionalidades subyacentes en los modelos de planificacion educativa					
02.01	v.23 n.3	2007	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	A gestão democrática na escola e o direito a educação	Ciencias Sociais	Pos-Doutorado	PPG em Educação - Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontificia Universidade Catoólica de Minas Gerais Conselho Nacional de Educação Coordenacao de aperfeicoamento de Pessoal de Nivel Superior - CAPES	Consultor Editorial
02.01	v.23 n.3	2007	RAQUEL APARECIDA SOUZA	Modelos e práticas de gestão na educação superior: uma análise do processo de implantação da UFT	Educação	Mestrado	PPG em Gestao Escolar - Fundacao Universidade Federal de Tocantins - UFT	Fundacao Universidade Federal de Tocantins	
02.01	v.23 n.3	2007	MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Uberlandia - UFU	Universidade Federal de Uberlândia	
09.01	v.23 n.3	2007	MARTHA ABRAHAO SAAD LUCCHESI	Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Catolica de Santos - UNISANTOS	Universidade de Sao Paulo Universidade Catolica de Santos	
02.02	v.23 n.3	2007	ANGELA MARIA MARTINS	Gestão da escola pública e informática na educação: análise de um programa	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Santos - UNISANTOS	Universidade Catolica de Santos Fundação Carlos Chagas	Diretor Seção Estadual Região Sudeste Sao Paulo
01.04	v.23 n.3	2007	JOAO GUALBERTO DE CARVALHO MENEZES	A teoria de administracao escolar de Querino Ribeiro	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Cidade de São Paulo - UNICID	Ordem Nacional dos Escritores World Association for Educational Research Associacao Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Centro de Extensão Universitária Universidade Cidade de São Paulo Conselho Municipal de Educação Academia Paulista de Educação Centro do Professorado Paulista	Conselho Editorial
01.04	v.23 n.3	2007	JOSE AUGUSTO DIAS	Estudos de administracao escolar na Cadeira de Administracao Escolar da USP-FFCL entre 1951 e 1970					
01.04	v.23 n.3	2007	VITOR HENRIQUE PARO	José Querino Ribeiro e o paradoxo da Administração Escolar	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade de São Paulo	Cortez Editora e Livraria Ltda Universidade de São Paulo	
06.01	v.23 n.3	2007	JOAO GUALBERTO DE CARVALHO MENEZES	Jose Querino Ribeiro: principais trabalhos publicados de 1938 a 1978	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Cidade de Sao Paulo - UNICID	Ordem Nacional dos Escritores World Association for Educational Research	Conselho Editorial

								Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Centro de Extensão Universitária Universidade Cidade de São Paulo Conselho Municipal de Educação Academia Paulista de Educação Centro do Professorado Paulista	
12.01	v.24 n.1	2008	JEFFERSON MAINARDES	A organização da escolaridade em ciclos no Brasil: uma análise de pesquisas sobre processos de implementacao	Educação	Doutorado		Alumni Association - Institute of Education - University of London Universidade Estadual de Ponta Grossa	
16.01	v.24 n.1	2008	GRAZIELA ZAMBAO ABDIAN	As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	
02.01	v.24 n.1	2008	ANGELO RICARDO DE SOUZA	A produção do conhecimento e o ensino da gestão educacional no Brasil	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Paraná - UFPR	Universidade Federal do Paraná	
02.01	v.24 n.1	2008	ALVARO LUIZ MOREIRA HYPOLITO	Estado Gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação	Educação	Doutorado		Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Universidade Federal de Pelotas	
10.01	v.24 n.1	2008	FLAVIA OBINO CORREA WERLE	O sistema municipal de ensino e suas implicações para a atuação do Conselho Municipal de Educação	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Administração Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Coordenacao de aperfeicoamento de Pessoal de Nivel Superior - CAPES Sociedade Brasileira de História da Educação Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ Universidade do Vale do Rio dos Sinos Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de SC - FAPESC	Vice-Presidente Região Sul
10.01	v.24 n.1	2008	ADRIANE BRILL THUM		Engenharia Florestal	Mestrado		Universidade do Vale do Rio dos Sinos	

10.01	v.24 n.1	2008	ALENIS CLEUSA DE ANDRADE		Matemática	Graduação			Escola Estadual de Ensino Médio Polissinos Escola Estadual de Ensino Médio Amadeo Rossi Universidade do Vale do Rio dos Sinos
14.01	v.24 n.1	2008	ANTONIO JOAO FRANCISCO BAIXINHO	O contributo dos Conselhos Municipais de Educação para a construção de políticas locais: um caso português					
01.01	v.24 n.1	2008	VITOR HENRIQUE PARO	A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental	Educação	Livre-Docencia	PPG em Educação - Universidade de São Paulo		Cortez Editora e Livraria Ltda Universidade de São Paulo
02.02	v.24 n.1	2008	ANGELA MARIA MARTINS	Aspectos organizacionais e dinâmicos na gestão das escolas: dilemas e conflitos		Pos-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Santos - UNISANTOS		Fundação Carlos Chagas Universidade Católica de Santos
09.01	v.24 n.1	2008	LUIZ CARLOS NOVAES	A expansão do ensino superior público na UNIFESP: a turma inaugural de pedagogia	Educação	Doutorado			Universidade Federal de São Paulo
09.01	v.24 n.1	2008	DANIELA AUAD		Sociologia	Pós-Doutorado			Universidade Federal de São Paulo Universidade de Campinas
06.01	v.24 n.1	2008	ISABEL LETICIA PEDROSO DE MEDEIROS	Antonio Teodoro; Carlos Alberto Torres (orgs). Educação crítica e utopia: perspectivas para o século XXI	Educação	Doutorando	PPG em Gestão Escolar a Distância - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS		Universidade Federal do Rio Grande do Sul Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre
03.01	v.24 n.2	2008	RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI	Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional	Educação	Livre-Docencia	PPG em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP		Universidade Metodista de Piracicaba
03.01	v.24 n.2	2008	LUIZ ANTONIO GROppo	Terceira via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação	Ciências Sociais	Doutorado	PPG em Educação - Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL		Centro Universitário Salesiano de São Paulo
03.01	v.24 n.2	2008	MARCOS FRANCISCO MARTINS		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL		Centro Universitário Salesiano de São Paulo
04.01	v.24 n.2	2008	ROSIMAR DE FATIMA OLIVEIRA	O papel do poder legislativo na formulação das políticas sobre financiamento da educação	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Vicososa - UFV		Universidade Federal de Vicososa
02.05	v.24 n.2	2008	JOSIANE CAROLINA SOARES RAMOS DO AMARAL	A gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (1985-2001)	Educação	Doutorando	PPG em Escola de Gestores de Educação Básica - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS PPG em Psicologia Institucional - CESUCA		Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdades de Taquara CESUCA
03.01	v.24 n.2	2008	GESSICA PRISCILA RAMOS	Municipalização do ensino e proximidade local: o outro lado da valorização docente no FUNDEF	Educação	Doutorado			Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
09.01	v.24 n.2	2008	MAGNO GOMES	Atos autorizativos das instituições de ensino superior: procedimentos administrativos					
13.01	v.24 n.2	2008	SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA	Educação e a Constituição de 1988 - olhares sobre a produção acadêmica	Educação	Doutorado	PPG em Políticas Públicas - Universidade do Estado da Bahia - UNEB		Universidade do Estado da Bahia Unime Salvador Consultor Editorial

13.01	v.24 n.2	2008	TATTIANA TESSYE FREITAS DA SILVA		Educação	Doutorado		União Metropolitana de Educação e Cultura Faculdade Delta Faculdade da Cidade do Salvador Faculdade Delta Fundação de administração e Pesquisa Econômico-Social	
13.01	v.24 n.2	2008	NALU FARENZENA	Assembleia Nacional Constituinte de 1987 - 1988, educação e cidadania. Entrevista com Hermes Zaneti	Educação	Doutorado		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Editor
06.01	v.24 n.2	2008	NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA	Mariano Fernandez Enguita; Eduardo Terren (orgs). Repensando la organizacion escolar: crisis de legitimidad y nuevos desarrollos	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade Tuiuti do Parana - UTP	Sociedade Brasileira de Historia da Educacao Universidade Estadual de Maringá Universidade do Moinho Universidade Tuiuti do Paraná Associação Nacional de Pesquisa e Pos-Graduação em Educação Centro de Estudos Educacao e Sociedade	
								Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná	
05.01	v.24 n.2	2008		Carta de Porto Alegre: Por uma educação pública de qualidade para todos. XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação					
02.01	v.24 n.3	2008	ALDA MARIA DUARTE ARAUJO CASTRO	Administração gerencial: a nova configuração da gestão educacional na América Latina	Educação	Doutorado		Universidade Federal do Rio Grande do Norte Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do RN	
01.01	v.24 n.3	2008	MARIANA AFONSO BRA	La politica y la administracion en nuevos tiempos					
04.01	v.24 n.3	2008	ANDREA BARBOSA GOUVEIA	Financiamento da educação e o município na federação brasileira	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Parana - UFPR	Universidade Federal do Paraná	
04.01	v.24 n.3	2008	CALINCA JORDANIA PERGHER	Condições de oferta e financiamento do ensino público municipal de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul	Educação	Mestrado		Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária Universidade Federal do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Getulio Vargas	
10.01	v.24 n.3	2008	DIRCE NEI TEIXEIRA DE FREITAS	Conselhos municipais de educação e qualificação da educação básica	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	

10.01	v.24 n.3	2008	FLAVIA ROBERTA CORREA DE CARVALHO		Gestão Escolar	Especialização		Prefeitura Municipal de Educação de Dourados
02.01	v.24 n.3	2008	MARIA DILNEIA ESPINDOLA FERNANDES	Gestão da educação básica em Mato Grosso do Sul nos anos 1990	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
13.01	v.24 n.3	2008	ADRIANA APARECIDA DRAGONE SILVEIRA	A exigibilidade do direito a educação básica pelo Sistema de Justiça	Educação	Doutorando		Associação de Escolas Reunidas Ltda Prefeitura Municipal de Rio Claro Universidade de São Paulo
13.01	v.24 n.3	2008	ADRIANA BAUER	Do direito a educação à noção de quase-mercado: tensões na política de educação básica brasileira	Educação	Doutorando		Escola Graduada de São Paulo Universidade Bandeirante de São Paulo
05.01	v.24 n.3	2008	BENNO SANDER	Direitos humanos e educacao - pronunciamento por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas	Educação	Doutorado		Organização dos Estados Americanos - OEA Presidente Conselho Editorial
04.01	v.25 n.1	2009	CARLOS ROBERTO JAMIL CURY	Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo	Ciências Sociais	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Conselho Nacional de Educação Conselho Editorial Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
14.01	v.25 n.1	2009	ANA ISABEL MADEIRA	O ensino superior na Europa e sua relação com a América Latina: a cooperação entre Portugal e Brasil	Educação	Doutorado		Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
09.01	v.25 n.1	2009	ARMANDO TERRIBILI FILHO	Ensino Superior noturno no Brasil: história, atores e políticas	Educação	Doutorado	PPG em Administração de Empresas - Fundação Armando Alvares Penteado PPG em Educação Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui - FATEB	Fundação Armando Alvares Penteado Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
09.01	v.25 n.1	2009	ANA CLARA BORTOLETO NERY		Educação	Livre- Docência	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Unisys Brasil Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira INEP/MEC Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
09.01	v.25 n.1	2009	MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES	A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio	Educação	Doutorado		Universidade Federal da Paraíba Universidade Federal de Pernambuco
09.01	v.25 n.1	2009	ADRIANA RIVOIRE MENELLI DE OLIVEIRA	Mudança Institucional na educação superior: estudo de caso de um centro universitário	Educação	Pos-Doutorado		Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil Prefeitura Municipal de Porto Alegre

02.05	v.25 n.1	2009	MARISA SCHNECKENENBERG	Democratização da gestão e atuação do diretor da escola municipal					
02.01	v.25 n.1	2009	PASCHOAL QUAGLIO	Gestão da Educação e dialogicidade problematizadora	Educação	Livre-Docência	PPG em Educação - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	
14.01	v.25 n.1	2009	ANGELA MARIA MARTINS	Reformas recentes da educação em Portugal: uma discussão de contexto. Entrevista com João Barroso		Pos-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Católica de Santos - UNISANTOS	Universidade Católica de Santos Fundação Carlos Chagas	
05.01	v.25 n.1	2009		Declaracao da Conferencia Regional de Educacao Superior na America Latina e no Caribe - CRES/2008					
03.03	v.25 n.2	2009	DALILA ANDRADE OLIVEIRA	As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Red Latino-americana de Estudios sobre Trabajo Docente Universidade Federal de Minas Gerais Institut Nacional de Recherche Pedagogique Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales	Diretor de Cooperação Internacional
02.01	v.25 n.2	2009	JANETE MARIA LINS DE AZEVEDO	Programas Federais para a gestão da educação básica: continuidade e mudanças		Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Editor Conselho Editorial
02.01	v.25 n.2	2009	MARILIA FONSECA	A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Goiás Universidade de Brasília	Vice-Presidente Regiao Centro-Oeste
02.01	v.25 n.2	2009	JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás - UFG	Universidade Federal de Goiás	Diretor de Pesquisa Editor
03.01	v.25 n.2	2009	MARCIA ANGELA DA SILVA AGUIAR	O movimento dos educadores e sua valorização profissional: o que há de novo em anos recentes?	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Universidade de Brasilia	
02.01	v.25 n.2	2009	ALFREDO MACEDO GOMES	Escola de Gestores: politica de formacao em gestao escolar	Educação	Doutorado		Universidade Federal de Pernambuco Coordenacao de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	
02.01	v.25 n.2	2009	ANA LUCIA FELIX DOS SANTOS		Educação	Doutorado		Universidade Federal de Pernambuco Escolar Superior de Educação Fisica da UPE	
02.01	v.25 n.2	2009	DARCI BARBOSA LIRA DE MELO		Educação	Doutorando		Universidade Federal de Pernambuco	
04.01	v.25 n.2	2009	VERA MARIA VIDAL PERONI	Avaliação Institucional em tempos de redefinição do papel do Estado	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	

04.01	v.25 n.2	2009	ARTUR GOMES DE MORAIS	Provinha Brasil: monitoramento da aprendizagem e formulacao de politicas educacionais		Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	
04.01	v.25 n.2	2009	TELMA FERRAZ LEAL		Psicologia	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	
04.01	v.25 n.2	2009	ELIANA BORGES CORREIA DE ALBUQUERQUE		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Ministério da Educacao Universidade Federal de Pernambuco	
04.01	v.25 n.2	2009	JOSE MARCELINO DE REZENDE PINTO	O financiamento da educação no governo Lula		Livre-Docência	PPG em Psicologia - Universidade de São Paulo	Universidade de São Paulo	
04.01	v.25 n.2	2009	RUBENS BARBOSA DE CAMARGO	Financiamento da educação e remuneracao docente: um comeco de conversa em tempos de piso salarial	Educação	Doutorado	PPG em Educacao - Universidade de Sao Paulo	Universidade de São Paulo	
04.01	v.25 n.2	2009	ANDREA BARBOSA GOUVEIA		Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal do Parana - UFPR	Universidade Federal do Paraná	
04.01	v.25 n.2	2009	I-JUCA PIRAMA CAMARGO GIL		Educação	Doutorado		Universidade Federal do Rio Grande do Sul Editora Abril/ Fundação Vitor Civita	
04.01	v.25 n.2	2009	MARIA ANGELICA PEDRA MINHOTO		Educação	Doutorado		Universidade de Sao Paulo Universidade Federal de São Paulo Universidade Federal de Alfenas Universidade de São Paulo Pontifica Universidade Católica de São Paulo	
04.01	v.25 n.2	2009	LUIZ FERNANDES DOURADO	A Conferência Nacional de Educação, o Plano Nacional e a construção do Sistema Nacional de Educação	Sociologia	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Goiás - UFG	Universidade Federal de Goiás Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação	Conselho Editorial
13.01	v.25 n.2	2009	BENNO SANDER	A Conferência Nacional de Educação na dimensão dos direitos humanos	Educação	Doutorado		Organização dos Estados Americanos - OEA	Presidente Conselho Editorial
03.01	v.25 n.3	2009	MAGALI DE CASTRO	Formação superior de professores da educação básica no Brasil e na França: uma aproximação possível	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educação - Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais	Conselho Fiscal
14.01	v.25 n.3	2009	ELSA GATTI	La valorizacion de los docentes de educacion basica del Uruguay en el marco de las politicas educativas nacionales					
03.01	v.25 n.3	2009	LILIANA SOARES FERREIRA	Professoras e professores como autores de sua professoralidade: a gestão do pedagógico na sala de aula	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Universidade Federal de Santa Maria Universidade Federal de Pelotas Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
09.01	v.25 n.3	2009	MARIA JOAO DE CARVALHO	Paulo Freire: a construção da escola democrática a partir da decisão					
02.02	v.25 n.3	2009	MIGUEL HENRIQUE RUSSO	Problemas Centrais da Gestão na Escola Pública e sua incidência na prática cotidiana segundo os gestores	Educação	Doutorado		Centro Universitario Nove de Julho Universidade Nove de Julho	Diretor Secao Estadual Regiao Sudeste Sao Paulo

03.03	v.25 n.3	2009	ANTONIO BOSCO DE LIMA	Estado, Educação e Controle Social: introduzindo o tema	Educação	Doutorado	PPG em Educação - Universidade Federal de Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia	
01.01	v.25 n.3	2009	MARTA LUZ SISSON DE CASTRO	Temáticas privilegiadas em periódicos nacionais: uma análise das publicações na área de administração da educação (1982-2000)	Educação	Pós-Doutorado	PPG em Educacao - Pontifica Universidade Catolica do Rio Grande do Sul - PUCRS	International Society for Teacher Education Pontifica Universidade Católica Rio Grande do Sul Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Sociedade Brasileira de História da Educacao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ Universidade do Vale do Rio dos Sinos Fundação de Amparo a Pesquisa Rio Grande do Sul Fundação de Apoio a Pesquisa Cientifica e Tecnológica do Estado SC	Vice-Presidente Região Sul
01.01	v.25 n.3	2009	FLAVIA OBINO CORREA WERLE		Educação	Doutorado	PPG em Administracao Escolar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos		
10.01	v.25 n.3	2009	DANIELE APARECIDA RUSSO	A escola como objeto de estudo da ciencia da educacao no Brasil (1990-2005)	Educação	Mestrando			
10.01	v.25 n.3	2009	GRAZIELA ZAMBAO ABDIAN		Educação	Doutorado	PPG em Educação- Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	
13.01	v.25 n.3	2009	LUIZ ANTONIO MIGUEL FERREIRA	Educação infantil e a família: perspectiva juridica desta relacao na garantia do direito a educação	Educação	Mestrado			
13.01	v.25 n.3	2009	GILZA MARIA ZAUHY GARMS		Educação	Doutorado		Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	